TRABALHADORES RURAIS VOLANTES DA REGIÃO DE JABOTICABAL: CRESCIMENTO, CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

JOSÉ GIACOMO BACCARIN

Orientador: Prof. Dr. ORIOWALDO QUEDA

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Agronomia. Área de Concentração: Economia Agrária.

PIRACICABA
Estado de São Paulo - Brasil
Maio - 1985

D E D I C A T Ó R I A

À Mirian, companheira de
todos os momentos, sempre
segurando a barra dē um marido
nervoso e "encucado" e também
pela nossa união tão forte e amorosa.

A Mariana, Maria Clara e Pedro,
pelas mudanças, maus-humores e
omissões que tiveram que suportar
para que o pai fizesse o curso de
Pós-Graduação.

Aos companheiros de Pós-Graduação,
especialmente o Barnes, o Rafael,
o Bob, o João Aurélio e o Vicente
pela amizade e boa convivência sem
pre presente, apesar da competiti
vidade do Pós-Graduação.

A G R A D E C I M E N T O S

Apesar da individualização da autoria, esta dissertação resulta de um esforço coletivo de trabalho com participação acentuada dos Professores Argemiro Oliveira Sousa, José Jorge Gebara e Maria Madalena Zocoller (companheiros de discussão e de trabalho do Departamento de Economia Rural da FCAVJ/UNESP), de alunos do curso de Agronomia da FCAVJ e de companheiros da Comissão Pastoral da Terra. A todos eles meus agradecimentos e minha estima.

Não poderia deixar de agradecer especialmente ao Gebara, colega, compadre e amigo. Sua paciência, seu equilíbrio, suas preocupações sociais foram sempre suporte e estímulo a esta dissertação e contribuíram para selar entre nós uma inestimável amizade.

Aos trabalhadores rurais volantes, bóias-frias, objetos deste trabalho, que sempre nos receberam bem e tiveram paciência de nos revelar seu sofrido mundo. Nesta dissertação vai embutida a esperança de uma sociedade justa e igualitária, que não considere o trabalhador como cidadão de terceira categoria.

Ao Queda, orientador desta dissertação, por ter dado liberdade de trabalho ao seu teimoso orientado e por sempre ter mostrado em nossas discussões que as ciências sociais não comportam verdades absolutas e acabadas, que nossas pretensas certezas e respostas devem ser sempre relativizadas por outros conhecimentos e outros fatos da realidade social.

Ao Prof. Rodolfo Hoffmann pelas valiosas sugestões e críticas, muitas das quais foram incorporadas neste tra

balho. Também pela sua extrema racionalidade e precisão no julgamento desta dissertação.

Ao Aparecido Luiz Cremonez, datilógrafo preciso e paciente, que depois desta dissertação está conseguindo distinguir quase sempre meu a do meu o.

Aos demais colegas do Departamento de Economia Rural da FCAVJ/UNESP (Antonio Carlos Manduca Ferreira, Francisco Graziano Neto, João Luiz Cardoso, José Roberto Medina Landim, Manoel Antonio de Almeida Monteiro, Tsunehisa Tamaki) pela cordial convivência e por terem assumido minhas obrigações docentes na época do afastamento para a Pós-Graduação.

Ao CNPq e à CAPES pelo auxílio financeiro através da concessão de bolsas de estudo.

Í N D I C E

	Página
RESUMO	vii
SUMMARY	ix
1 - INTRODUÇÃO	1
2 - TRABALHADOR VOLANTE: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E EXPLICAÇÕES	8
2.1. Conceitos e Características dos Bóias-Frias	12
2.2. Formação do Bóia-Fria	25
2.3. Conceito Síntese e Hipóteses	36
3 - AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE JABOTICABAL	39
3.1. Utilização da Área Agrícola de Jaboticabal	42
3.2. A Distribuição da Posse e Propriedade da Terra no Município de Jaboticabal	50
3.3. A Técnica na Agricultura de Jaboticabal	54
3.3.1. Técnicas Usadas na Cana-de-Açúcar	60
3.4. População e Relações de Trabalho na Agricultura de Jaboticabal	64
4 - O MERCADO DE TRABALHO VOLANTE E AS CARACTERÍSTICAS ATUAIS DOS BÓIAS-FRIAS	76

4.1. O Mercado de Trabalho Volante e as Formas de Contratação dos Bóias-Frias	78
4.2. Condições de Trabalho	89
4.3. Procedência, a Família e Condições de Vida	111
5 - REIVINDICAÇÕES E MOBILIZAÇÃO DOS BÓIAS-FRIAS	124
5.1. As Reivindicações e as Dificuldades de Mobilização dos Bóias-Frias	126
5.2. Os Movimentos de Guariba e Bebedouro	135
5.2.1. A Revolta de Guariba	137
5.2.2. A Revolta de Bebedouro	142
5.2.3. Conseqüências e Perspectivas	144
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
7 - LITERATURA CITADA	154

R E S U M O

Trabalhadores Rurais Volantes da Região de Jaboticabal: Crescimento, Características e Aspectos Organizacionais

Autor José Giacomo Baccarin
Orientador Oriowaldo Queda

Este trabalho trata do trabalhador volante ou bóia-fria na agricultura, tomando-se como universo empírico basicamente o município de Jaboticabal (SP). Foram analisadas as transformações da agricultura do município a partir de 1940 e seus efeitos sobre a formação da categoria dos volantes local, as condições atuais de vida e trabalho dos bóias-frias bem como as suas reivindicações e a sua organização política.

Além de dados de Censos Agropecuários, foram utilizados dados primários obtidos através de questionários aplicados a 50 trabalhadores bóias-frias em agosto de 1983. Destes, 11 foram selecionados e acompanhados com entrevistas bimensais até agosto de 1984. A análise permitiu chegar a alguns resultados e conclusões, apresentados a seguir.

De 1940 em diante as principais alterações observadas na agricultura do município foram a expansão da cultura da cana-de-açúcar, o aumento do tamanho médio dos estabelecimentos, o crescimento na utilização de técnicas químicas e mecânicas e o aumento da participação do trabalho assalariado,

especialmente o temporário, na força de trabalho da agricultura. Em 1980, mais da metade da força de trabalho agrícola do município se constituía de bóias-frias.

As condições de trabalho dos bóias-frias apresentam variações ao longo de um ano, podendo considerar-se dois períodos básicos. Um deles, o da safra da cana-de-açúcar e da laranja, onde o mercado de trabalho volante é mais organizado, com maiores vínculos formais de emprego, maior estabilidade e com pequena participação do empreiteiro individual de mão-de-obra. No outro período, a entressafra, ocorre maior instabilidade de emprego, os contratos de trabalho, em sua maior parte, não são formalizados e o empreiteiro individual volta a ter importância fundamental na organização deste mercado. Dos volantes entrevistados, 94% revelaram ganhar menos que 3 salários mínimos no período da safra, sendo que na entressafra a tendência observada foi de achatamento deste nível salarial.

As condições de vida dos entrevistados revelaram-se precárias, caracterizando-se principalmente pelo alto grau de analfabetismo e semi-analfabetismo e por problemas de deficiência nutricional. A fome foi constatada várias vezes, especialmente na entressafra.

Os movimentos reivindicatórios dos bóias-frias observados na região sempre se caracterizaram por envolverem pequeno número de trabalhadores e serem isolados. Na safra de 1984, ocorreram movimentos abrangentes, iniciados pelos apanhadores de laranja em Bebedouro e pelos cortadores de cana de Guariba e que tenderam a envolver toda a categoria de trabalhadores volantes. As relações entre empresários e trabalhadores mudaram a partir de então, com início de negociações coletivas sobre as condições dos contratos de trabalho.

S U M M A R Y

RURAL TEMPORARY WORKERS IN THE REGION OF JABOTICABAL: GROWTH, CHARACTERISTICS, AND ORGANIZATION.

Author: José Giacomo Baccarin

Adviser: Oriowalvo Queda

This study dealt with the rural hired labor force in the municipality of Jaboticabal, State of São Paulo. The changes which have taken place in the agriculture of that municipality from 1940 to date, and the effects of these changes on the local labor force and on worker's current living and working conditions, as well as their demands and political organization were analyzed.

The data utilized in this study was taken from the IBGE Agricultural Census and also primary data were obtained by interviewing fifty temporary workers in August, 1983. In addition, eleven workers were selected from that group to be interviewed every two months, up to August 1984.

The main changes which occurred in agriculture in that municipality are: the expansion of sugarcane cropping; increased utilization of chemical and mechanical techniques; increased participation of hired labor force, especially of temporary workers; in fact, in 1980 over half of the rural labor force in that municipality was made up of temporary workers.

The working conditions of temporary workers change during the year, where two basic distinct periods may be

considered: a) the sugarcane and orange harvest seasons, in which the temporary worker market is better organized, and there are formal employment links, a higher stability and a lower participation of contractors; b) the off-season, in which there is a greater employment instability, most employment contracts are not formalized, and contractors once again gain importance in organizing the market. It was found that 94% of the workers interviewed earned less than three times the value of the minimum wage during the harvest season, and much less in the off-season.

The high illiteracy or quasi-illiteracy levels found, along with mal nutrition are associated with the very poor living conditions of the workers interviewed. Several cases of near-starvation were found, mainly in the off-season period.

Although there have been some temporary worker picketing and other claim movements in the region, these have been of a dispersed nature and involved a low number of workers. In the 1984 harvest season, however, movements tending to involve the whole class of temporary workers were initiated by orange pickers in Bebedouro and sugarcane harvesters in Guariba. After that, the relationship between employers and temporary workers has changed, and employment contract arrangements are being negotiated collectively.

1 - INTRODUÇÃO

A participação dos trabalhadores rurais volantes ou bóias-frias no total da força de trabalho empregada na agricultura brasileira passou por intenso crescimento após 1960, especialmente em regiões de agricultura mais intensiva. No Estado de São Paulo, em 1981, cerca de 26% da força de trabalho empregada na agricultura se constituía de volantes, sendo que na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Ribeirão Preto esse valor se elevava para aproximadamente 50% (IEA, 1982).

Estudando a evolução da composição da força de trabalho agrícola no período 1964/75 para o Estado de São Paulo, GRAZIANO DA SILVA & GASQUES (1982:90) afirmam que "em 11 anos, a população ocupada na agricultura paulista reduziu-se do índice 100 para 96, sendo que os residentes no imóvel reduziram-se a menos da metade e os não-residentes aumentaram em

quase 30%. Como consequência, a composição relativa evoluiu no sentido de maior participação dos trabalhadores não-residentes que passaram de 15,8% a 33,1% da mão-de-obra ocupada no período. A relação entre o número de trabalhadores residentes e não-residentes baixou de 5,4 para 2,0 nesse período. Observa-se que os trabalhadores volantes representavam, em 1975, mais de um quarto da força de trabalho ocupada na agricultura paulista".

O crescimento da participação dos volantes na força de trabalho do Estado de São Paulo não se deu com a mesma intensidade em todas as suas regiões. Analisando as DIRAs do Estado no período 1970-75, ANTUNIASI (1976:10) constatou "aumentos mais significativos dos volantes nas regiões urbanizadas e industrializadas como Campinas (11,52% para 33,56% do total de trabalho efetivo), Ribeirão Preto (25,81% para 47,85%) e Vale do Paraíba (3,35% para 9,28%), justamente as áreas em que se registraram maiores quedas na utilização de mão-de-obra de parceiros e arrendatários. Nota-se que são áreas industrializadas em que a cultura da cana se faz presente de forma significativa"*/ (Grifado na transcrição). Em contraste a estas regiões, situava-se a DIRA de Presidente Prudente, que apresentou o menor aumento relativo do porcentual de utilização de mão-de-obra volante na agricultura.

A formação da categoria de trabalhadores volantes tem sido explicada como resultado do processo de transfor

*/ A colocação da DIRA do Vale do Paraíba na mesma situação das DIRAs de Campinas e Ribeirão Preto se mostra forçada. Sua agricultura é menos intensiva e a cana-de-açúcar tem pequena expressão no local.

mações capitalistas pelo qual passou a agricultura brasileira, que implicou na substituição de antigas relações de trabalho (colonato, p. ex.) por novas relações, onde o assalariamento monetário torna-se quase que exclusivo (BRANT, 1977; GONZALES & BASTOS, 1982). Os dois últimos autores colocam o trabalho volante como uma forma concreta de relação social de produção capitalista, a qual pressupõe, por um lado, um mínimo e sempre crescente volume de capital nas mãos dos empresários agrícolas e, por outro, um contingente de trabalhadores despojados de seus meios de produção.

Como componente do proletariado o bóia-fria tem sido singularizado pela instabilidade de emprego a que está sujeito, o que, unido aos baixos salários recebidos, faz com que esta categoria apresente precárias condições de vida e trabalho. O trabalho instável e incerto, que estimula forte competição entre os trabalhadores pelos empregos existentes, dificulta a organização do bóia-fria como categoria e diminui seu poder reivindicatório. Ao mesmo tempo, da precariedade da existência do bóia-fria resulta um foco de constante tensão social e desejos de mudanças prementes, o que tem resultado, mais recentemente, em movimentos reivindicatórios com alto grau de violência. No ano de 1984 ocorreram revoltas dos volantes em vários locais do Centro-Sul do País, atingindo áreas produtoras de café, laranja e cana-de-açúcar, entre outras. Destacou-se o movimento dos cortadores de cana que atingiu o Estado de São Paulo (Região de Ribeirão Preto, principalmente), o Sul de Goiás e a Região de Campos (RJ), sendo que, especialmente na cidade de Guariba (SP), a violência do movimento foi elevada com a ocorrência de saques, depredações, sabotagens (queima

de canaviais) e conflitos armados entre trabalhadores e policiais.

Na tentativa de se conhecer melhor esta realidade social, procurando maior entendimento da formação, da vida e das reivindicações e organização dos bóias-frias é que se desenvolve este estudo tomando-se como universo empírico o município de Jaboticabal (SP).

Este estudo pretende especificamente analisar:

a) as transformações ocorridas na agricultura do município a partir de 1940, especialmente no que se refere à composição do produto agrícola, distribuição da posse da terra e desenvolvimento técnico, relacionando-as com as alterações verificadas nas relações de trabalho da agricultura local;

b) as condições de trabalho (formas de contratação, período de emprego, jornada de trabalho etc.) e as condições de vida (educação, saúde, moradia e nutrição) dos bóias-frias de Jaboticabal;

c) as reivindicações dos trabalhadores, sua organização e os movimentos reivindicatórios, especialmente dos cortadores de cana de Guariba e apanhadores de laranja de Bebedouro.

Embora o universo empírico considerado tenha sido Jaboticabal, sempre que possível e necessário utilizam-se informações referentes a municípios próximos, como Guariba e Bebedouro. Esses três municípios pertencem à Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Ribeirão Preto, situada no Nordeste do Estado de São Paulo e que se caracteriza pela grande produção agrícola (entre as DIRAs estaduais, Ribeirão Preto é a primeira

produtora de amendoim, cana-de-açúcar, laranja, milho e soja, segunda produtora de arroz e café, terceira de algodão e quinta de feijão, IEA: 1983) e pelos altos índices de tecnificação de sua agricultura.

Dentro da DIRA distinguem-se 5 sub-regiões, cada uma situada próxima, respectivamente, à cidade de Franca, onde predomina o café; à cidade de Orlândia, com destaque para soja e milho; a São Carlos, com predomínio da pecuária leiteira; a Bebedouro, onde a laranja ocupa a maior parte da área agrícola e a parte central da DIRA, próxima à cidade de Ribeirão Preto, onde se destaca a cultura da cana-de-açúcar.

O município de Jaboticabal se encaixa nesta última sub-região, sendo que, em 1980, a cultura da cana-de-açúcar ocupava 31.250 ha, representando 53% da área total de lavouras do município (FIBGE, 1980).

Embora a cultura da laranja não seja tão expressiva em Jaboticabal - em 1980 ocupava 2.496 ha ou 4,2% da área de lavouras do município (FIBGE, 1980) - parte considerável dos volantes locais se desloca diariamente para alguns municípios vizinhos, especialmente Bebedouro, para trabalhar na colheita daquele produto.

É sabido que a produção de cana-de-açúcar assim como a da laranja, se faz com a utilização intensa do trabalhador volante, especialmente em suas colheitas. E basta recordar a informação anteriormente apresentada de que cerca de 50% da força de trabalho ocupada na agropecuária da DIRA de Ribeirão Preto se constituem de volantes, para se constatar a importância destes trabalhadores na agricultura de Jaboticabal.

O trabalho inicia-se com um capítulo que, revisando a literatura pertinente, procura discutir conceitos, características e explicações sobre o crescimento do bóia-fria na agricultura brasileira. Este capítulo serve como suporte teórico ao restante do trabalho e ao seu final algumas hipóteses são estabelecidas.

Os três capítulos seguintes analisam as evidências para o município de Jaboticabal, sendo que o primeiro refere-se ao estudo das transformações da agricultura e alterações nas relações de trabalho do município no período de 1940-80, tendo sido utilizados dados secundários obtidos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Estes dados foram complementados com informações obtidas de questionários aplicados a trabalhadores e proprietários rurais mais velhos que vivenciaram as mudanças no período, consequindo-se assim melhor qualificação dos dados fornecidos pelos Censos Agrícolas.

Nos outros dois capítulos de evidências, são analisadas, respectivamente, as condições de trabalho e de vida dos bóias-frias locais e as reivindicações e organização destes trabalhadores. Os dados, neste caso, foram obtidos, inicialmente, pela participação do autor em reuniões da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), em passeatas reivindicatórias e em outras atividades desenvolvidas pelos volantes, bem como pelo contato direto com trabalhadores, empreiteiros e proprietários rurais.

Também se realizou aborgagem mais sistematizada ou formal dos trabalhadores pela aplicação de questionários a 50 bóias-frias em agosto de 1983. Neste caso tomou-se o cuidado

do de selecionar trabalhadores de diferentes bairros da cidade de Jaboticabal que trabalhassem para diferentes empregadores e na medida do possível, em diferentes culturas.

Dos 50 questionários iniciais foram selecionados 11, cujos trabalhadores entrevistados foram acompanhados no período de um ano, até agosto de 1984, com 6 entrevistas bimensais. O objetivo foi o de aprofundar as informações obtidas inicialmente, além de poder acompanhar as variações de emprego do volante durante o ano, especialmente entre os períodos da safra e entressafra da cana e da laranja.

Embora a amostra seja pequena, acredita-se que a confiabilidade das informações é grande, mesmo porque os contatos informais já referidos serviram também para confirmar as informações obtidas nos questionários.

2 - TRABALHADOR VOLANTE: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E EXPLICAÇÕES

A utilização de trabalhadores temporários ou volantes na agricultura não é algo recente. MARX (1982, cap. XXIII) relata a existência de um tipo de trabalhador na agricultura britânica na primeira metade do século passado, constituindo os chamados "bandos ambulantes" que, morando nas cidades, se deslocavam diariamente - quando havia disponibilidade de emprego - para os serviços no setor rural, sendo característica na vida destes trabalhadores a intermitência dos vínculos de emprego.

Também Max Weber descreve a existência de trabalhadores sazonais na agricultura alemã no final do século passado. Para o autor "o problema mais importante que qualquer constituição do trabalho no campo tem que resolver, em

especial nas grandes unidades agrícolas que utilizam, não a força de trabalho familiar do proprietário, mas exclusivamente a força de trabalho alheia, é a questão da distribuição desigual de trabalhadores requeridos em cada uma das estações do ano (...). Por isso, via de regra, a agricultura, especialmente a da grande propriedade, além do conjunto fixo de trabalhadores, permanentemente à disposição da propriedade e ocupados todo o ano, necessita periodicamente de força de trabalho adicional; e as peculiaridades típicas de qualquer constituição do trabalho estão fundamentadas nas formas de suprimento destes dois tipos de demanda da força de trabalho" (WEBER, 1981: 29). E conforme afirma o autor, a força de trabalho adicional necessitada pela agricultura alemã era suprida ou por trabalhadores já totalmente proletarizados que se deslocavam de fazenda em fazenda ou por pequenos produtores que migravam sazonalmente para outras propriedades, com a finalidade de complementar os seus rendimentos.

Na análise de Karl Marx a existência dos "bancos ambulantes" ou dos trabalhadores temporários, como parcela do proletariado, resulta do processo de acumulação de capital que, diminuindo a parte variável do capital e, em consequência elevando sua composição orgânica, aumenta o exército de reserva de mão-de-obra e o número de desempregados. Acumular é, portanto, aumentar o proletariado que passa a contar somente com sua força de trabalho para sobreviver, recebendo em troca de sua venda no mercado de trabalho mero salário de subsistência. "A acumulação de riqueza num polo é ao mesmo tempo aumento da miséria, de trabalho atormentante, de escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído

pela classe cujo produto vira capital" (MARX, 1982:749).

O processo de acumulação de capital, gerando excedente de mão-de-obra, é compensado pela criação de novos ramos produtivos e pela ampliação de outros. Na agricultura esta compensação não se dá em seu interior, pois a criação de novos ramos produtivos ocorre basicamente no setor urbano. Assim, a penetração do capital na agricultura apresenta como consequência a expulsão de parcela da população rural.

Analisando especificamente a agricultura da Inglaterra, MARX (1982) afirma que a formação de uma população supérflua nos campos, que é expulsa em direção às cidades, resulta principalmente da concentração dos arrendamentos, da transformação de lavouras em pastagens e do emprego de maquinaria. Ou seja, a proletarianização decorre da concentração da posse da terra, da alteração na composição do produto agrícola e da mecanização.

Ao mesmo tempo que parcela da população agrícola era expulsa em direção aos centros urbanos, em algumas fases do ciclo agrícola os empresários necessitavam de braços extras para as operações das lavouras. Os arrendatários ingleses solucionavam este problema, mantendo em suas posses apenas os trabalhadores especializados e, quando a necessidade de braços aumentava, especialmente nas colheitas, usavam trabalhadores extras provenientes das cidades, agrupados nos "bandos ambulantes"*/ Estes se compunham de 10, 40, 50 pessoas comanda

*/ "Meu arrendamento se estende por 320 acres, tudo terra para plantar trigo. Não tem nenhuma habitação. Um trabalhador mora comigo. Quatro que trabalham com cavalos estão alojados nas proximidades. O trabalho leve é feito pelos bandos". Palavras de um arrendatário inglês, citados por MARX (1982: 807).

das por um chefe que ajustava o serviço por empreitada com o arrendatário. Todo início de dia os bandos saíam das cidades, andando 3-4 milhas até o local de trabalho e no final do dia voltavam para suas moradias.

Na agricultura da Irlanda, conforme relata MARX (1982), também se verificou o processo de expulsão da população rural, especialmente devido à introdução de pastagens em larga escala. Parcela desta população, que passava a habitar o setor urbano, voltava em épocas de maiores necessidades de mão-de-obra, a trabalhar temporariamente no meio rural. "Todo ano as cidades tinham de receber o que se considerava excedente de trabalhadores, e havia gente que se surpreendia por haver excesso de trabalhadores nas cidades e aldeias e carência nos campos. A verdade é que só se sente essa carência por ocasião de trabalhos prementes da lavoura na primavera e no outono, ficando muitos braços ociosos no resto do ano; que após a colheita, de outubro até a primavera, praticamente não há emprego, e que os trabalhadores durante o tempo em que estão ocupados frequentemente perdem dias inteiros e ficam sujeitos a toda espécie de interrupções" (MARX, 1982:822). Ficam evidenciadas na vida do trabalhador irlandês a incerteza e irregularidade de ocupação, as interrupções do trabalho, frequentemente repetidas e longas, todos esses sintomas de uma superpopulação relativa.

O processo de expulsão da população rural e formação dos excedentes de mão-de-obra apresentava semelhanças na Inglaterra e Irlanda. Entretanto, enquanto o primeiro país se industrializava rapidamente, o segundo se mantinha essencialmente agrícola, implicando em diferenças na absorção do excedente.

dente de mão-de-obra. "Mas há uma diferença: na Inglaterra, país industrial, sua reserva industrial é recrutada nos campos; na Irlanda, país agrícola, a reserva da agricultura é recrutada nas cidades, onde se refugiam os trabalhadores agrícolas enxotados. No primeiro país, os braços supérfluos da agricultura se convertem em trabalhadores de fábrica; no segundo, os que foram tangidos para as cidades, ao mesmo tempo que pressionam no sentido de rebaixar os salários urbanos, continuam sendo trabalhadores agrícolas e voltam constantemente aos campos à procura de trabalho" (MARX, 1982:823).

Conforme demonstram os relatos de Karl Marx e de Max Weber, a utilização de trabalhadores temporários na agricultura tem sido constatada em diferentes momentos históricos e se relaciona ao processo de penetração capitalista na agricultura. No Brasil, o trabalhador temporário torna-se mais evidente e significativo, após 1960, quando se acentua a modernização da agricultura brasileira. Guardadas as devidas proporções entre os diferentes momentos históricos considerados, a formação e mesmo algumas das características do trabalhador temporário no Brasil apresentam semelhanças com a dos trabalhadores temporários da agricultura britânica e alemã do século passado. No restante deste capítulo, discutir-se-ão conceitos, características e a formação do trabalhador temporário ou bóia-fria na agricultura brasileira.

2.1. Conceitos e Características dos Bóias-Frias

Em um dos primeiros estudos sobre o bóia-fria,

realizado em Piracicaba no ano de 1966, Bombo e Brunelli, citados por SAINT (1980:504), definem os volantes como sendo: "pessoas com empregos periódicos e relações de trabalho informais que vivem fora do estabelecimento rural em que trabalham, habitualmente na periferia de cidades próximas".

Nesta definição dois aspectos são destacados: a precariedade de emprego e a moradia fora do setor rural, fazendo com que o vínculo do bóia-fria com o setor rural não seja permanente e criando a possibilidade do bóia-fria também poder ser empregado pelo setor urbano. Desta forma, o bóia-fria representaria a unificação do mercado de trabalho da economia, podendo ser usado tanto pelo setor rural como pelo setor urbano. "A característica singular do trabalhador volante é que, apesar de ser um assalariado rural, tem o seu custo de reprodução determinado ao nível do setor urbano... Ele personifica a união entre o proletário rural e urbano no sentido de que força a convergência do custo de reprodução da mão-de-obra entre agricultura e indústria. Ou seja, a disseminação do trabalhador volante na agricultura implica a unificação do mercado de trabalho de toda a economia, com os benefícios que daí derivam para o capital" (GRAZIANO DA SILVA, 1982:155).

A não existência de vínculos permanentes de emprego obriga os volantes a constantes deslocamentos à procura de serviço. Isto fica explicitado na definição de GONZALES & BASTOS (1982:38) que consideram o bóia-fria "como uma relação de trabalho na qual os produtores diretos vivem exclusivamente da venda de sua força de trabalho e, para tanto, são obrigados a se deslocarem continuamente, seja de um local fixo a diferentes lavouras, ou de uma fazenda a outra, a fim de executarem

tarefas em regime de empreitada direta ou intermediada^{*/}.

Nesta colocação fica reforçada a idéia de que o volante representa a "unificação do mercado de trabalho de toda a economia" pelo fato de poder se deslocar, além de empregos no setor urbano para o rural, entre as empresas do setor rural. Assim, estaria caracterizada uma massa de trabalhadores disponíveis, "livres" da posse dos meios de produção e que, na medida das necessidades, pode ser utilizada pelos diversos ramos da economia.

Tanto GONZALES & BASTOS (1982), como GRAZIANO DA SILVA (1982) e KAGEYAMA (1982) reforçam a idéia de que o trabalhador volante se encontra totalmente despojado dos meios de produção, distinguindo-o do "trabalho sazonal" ou "assalariamento temporário". Nesta modalidade encontram-se os parceiros e pequenos proprietários que não conseguem subsistir exclusivamente como tais e que, portanto, necessitam de complementar os seus rendimentos como assalariados, em determinadas épocas do ano. Diferentemente dos volantes, estes indivíduos não estão desprovidos totalmente dos meios de produção. Teoricamente, esta distinção teria importância por separar duas classes sociais (camponeses pobres e proletários) que poderiam apresentar diferentes interesses políticos.

Nas conceituações sobre trabalhador volante encontradas na literatura, uma característica sempre citada se refere à precariedade e à instabilidade de emprego. Esta idéia

^{*/} Os trabalhadores que se deslocam de um local fixo (urbano) para executarem tarefas na área rural, os autores designam por "rurbanos"; enquanto os que se deslocam periodicamente de uma fazenda a outra, hospedando-se provisoriamente nos locais de trabalho, são chamados "itinerantes".

é destacada, por exemplo, por D'INCAO E MELLO (1975:100) afirmando que "o bóia-fria é contratado para desempenhar determinada tarefa, num curto espaço de tempo e sem qualquer vínculo de natureza trabalhista com o empregador" (Grifado na transcrição).

A mesma perspectiva, embora mais detalhada, é apresentada por IANNI (1974:41) ao dizer: "o que singulariza o bóia-fria, em face de outros setores do proletariado rural e também industrial... (é que)... ele é um trabalhador que recebe seu salário com base na realização de tarefa ou empreita; é contratado - verbalmente antes do que por escrito - por tempo limitado, tempo esse que pode durar dias, semanas, meses, mas não o ano todo; e pode ser arbitrariamente substituído por outro trabalhador, se não realizar a tarefa ou empreita a contento do empreiteiro de mão-de-obra, fazendeiro, usineiro, dono da terra ou plantação. São instáveis os seus vínculos empregatícios com os compradores de sua força de trabalho". (Grifado na transcrição).

O tipo de remuneração mais típica do volante é a por empreita ou tarefa (colheita da cana, café, laranja, amendoim, milho, raleação do algodão, etc.), embora também ocorra o pagamento por diária fixa, especialmente nas capinas. O pagamento por tarefa ou empreita traz grande vantagem ao produtor, pois estimula o bóia-fria a produzir o máximo possível em seu dia de trabalho, realizando mais trabalho excedente, do qual resultam lucros maiores para o empresário agrícola. "Assim, as condições sob as quais o bóia-fria é empregado garantem que ele realize (com bastante autonomia ou reduzidos constrangimentos, por parte do gato ou do proprietário) o máximo possível de trabalho excedente..." (IANNI, 1977:44).

IANNI (1977:43) vai adiante com o seu raciocínio, dizendo que "o que singulariza o bóia-fria é que ele é produtor de mais-valia absoluta", posto que "seu trabalho é minimamente potenciado por um outro instrumento". Esta afirmação sugere a não ocorrência de aumento da produtividade do trabalho nas operações realizadas pelo bóia-fria, sendo que isso nem sempre é a realidade. Como se verá com maiores detalhes posteriormente, o corte manual da cana-de-açúcar, por exemplo, teve o rendimento do trabalhador duplicado a partir da adoção da queima dos canaviais.

De qualquer maneira, dado um determinado nível de técnica, o pagamento por produção estimula o bóia-fria a trabalhar até o limite de sua força física, beneficiando o processo de acumulação capitalista. Do ponto de vista da racionalidade do capital, o volante representa a vantagem de somente ser pago em troca da concretização do trabalho (pagamento por tarefa), além de ser contratado somente nos momentos de necessidade prementes de mão-de-obra, implicando a redução do custo de produção.

Além da jornada de trabalho, que tende a ser alongada para aumentar o seu ganho, o volante perde boa parte do seu dia no transporte da moradia, nos centros urbanos, para o local de trabalho, no setor rural, e vice-versa.^{*/} O trans

^{*/} Para a Região da Alta Sorocabana, D'INCAO E MELLO (1975) estimou uma jornada de trabalho de 10 a 12 horas, à qual se acrescentava o tempo gasto com o transporte, totalizando 15 a 16 horas diárias. Para a Região de Avaré e Cerqueira Cesar GRÁZIANO DA SILVA & FREITAS (1976) calcularam que, em média, o volante fica "fora de casa" 12 horas, para um período de trabalho efetivo de 8 horas.

porte é realizado, normalmente, em caminhões lotados, muitos dos quais em precárias condições de conforto e segurança, ocasionando desgaste extra de energia ao volante e, repetidas vezes, acidentes com vítimas fatais.

Os conceitos até aqui apresentados caracterizam o mercado de trabalho volante pela instabilidade de emprego e pela inexistência de vínculo empregatício formal. O trabalhador se vê obrigado a mudar constantemente de emprego entre as empresas do setor rural e, algumas vezes, trabalhar em serviços urbanos, sendo comum passar por fases de desemprego puro e simples. Além disso, fica sujeito aos rigores climáticos, sendo que quando chove, por exemplo, não trabalha e nada ganha. A organização deste mercado, pela sua própria instabilidade, depende em grande parte do empreiteiro de mão-de-obra que arregimenta, transporta, fiscaliza, gerencia e mesmo distribui a mão-de-obra disponível entre as propriedades agrícolas, de acordo com a época e o número de trabalhadores necessários. Isto garante grande autonomia ao empreiteiro ou gato que, recebendo porcentagem do salário do volante e controlando número considerável de trabalhadores, pode vir a pressionar os salários para cima, representando ameaça ao lucro do empresário agrícola.*

*/ O gato tem sido descrito, muitas vezes, como ladrão do ganho do bóia-fria. Sua atuação, entretanto, é mais complexa; conhecem-se casos, inclusive, onde ele organizava greves dos trabalhadores para que se aumentasse os salários destes. Não se pode esquecer que a exploração se dá na relação empresário agrícola - trabalhador volante, servindo o gato de mero intermediário. Vide ZOCOLLER et alii (1984).

Essas duas características típicas do mercado de mão-de-obra volante - a instabilidade de emprego e a informalidade de vínculo empregatício - merecem ser melhor discutidas. Pode-se começar pela informalidade do contrato de trabalho.

Alguns autores consideram que a contratação dos volantes por empreita ou tarefa dissimula a relação de emprego, posto que na aparência a relação entre bóia-fria e proprietário passa a ser societária. "A Legislação Trabalhista Brasileira, ou mais precisamente, o Estatuto do Trabalhador Rural não considera a relação de trabalho em regime de empreitada (eventual, temporário, volante, etc) como uma relação de emprego. Juridicamente a relação de emprego implica em vínculo de permanência, individualidade, subordinação, dependência hierárquica, salário, etc. O que a relação de trabalho por tarefa, na aparência não apresenta. Assim, esta relação de trabalho sai do domínio da Lei Trabalhista e se dissolve na Lei Comum através dos chamados 'contratos agrários', quando existem" (GONZALES & BASTOS, 1982:40). Além disso, a presença do gato, intermediando a relação de emprego entre proprietário e bóia-fria, também tem servido de justificativa para se tentar desobrigar o contratante dos encargos trabalhistas.

Na realidade, entretanto, como os próprios autores acima citados reconhecem, o salário por tarefa é um modo transfigurado do salário controlado por tempo que existe onde o trabalhador vende sua força de trabalho, ou seja, o pagamento do trabalho volante por tarefa não lhe retira o caráter essencial de trabalho assalariado. E é assim que a Justiça tem entendido a relação entre bóia-fria e proprietário, existindo

jurisprudência firmada que garante ao volante todos os direitos dos trabalhadores rurais previstos no Estatuto do Trabalhador Rural (ETR); mesmo em caso de ação judicial a responsabilidade legal é do proprietário, e não do turmeiro, já que este é considerado mero preposto daquele (FREITAS & ARANHA, 1975; FREITAS, 1977).

A existência de amparo legal, contudo, não é garantia de que os bóias-frias se empreguem com os direitos trabalhistas assegurados. Grande parte deles ainda trabalha sem carteira de trabalho assinada, recebendo só o dia de trabalho, sem receber o 13º salário, férias, descanso semanal, etc.

Quanto à instabilidade de emprego, encontram-se citações na literatura de casos onde os volantes apresentam vínculos mais permanentes com o proprietário, trabalhando na mesma propriedade por períodos superiores a 1 ano, constituindo as chamadas turmas firmes. "Investigação recente apurou que a natureza temporária e curta desses grupos de trabalho (volantes) não é nem de longe tão generalizada como se pensava inicialmente. Numa série de casos, verificou-se que o grupo de trabalho era de natureza bastante permanente e estável. Nesses grupos 'fixos' (chamados de 'turma firme') pode haver um grupo constante, cujos membros trabalham juntos regularmente para o mesmo 'gato' e, freqüentemente, no mesmo estabelecimento por um ano ou mais. Em épocas de demanda máxima esse grupo aumenta através da incorporação de amigos e parentes"*/ (SAINT,

*/ Esta afirmação baseia-se especialmente nos trabalhos de SILVA (1977) e MARTINEZ-ALIER (1977), sendo que o primeiro analisa uma "turma firme" que trabalhava já por 5 anos seguídos em uma mesma propriedade e com o mesmo turmeiro, inclusive com a situação trabalhista regularizada. A segunda analisa o caso de uma turma que há dois anos trabalhava em local fixo, embora os trabalhadores não contassem com carteira assinada.

1982:152).

Contudo, existem também os volantes que são obrigados a se transferirem constantemente de empreiteiros e empregadores, procurando assegurar seus empregos durante todo o tempo, no que muitas vezes não são bem sucedidos. Na região da Alta Sorocabana, D'INCAO E MELLO (1975) constatou que somente 15% dos bóias-frias estavam permanentemente empregados como tais, os demais passavam por fases de desemprego ou se empregavam no meio urbano, em serviços de menor qualificação.

A instabilidade de trabalho e a inexistência de vínculos formais de emprego são dois fatores ligados entre si. Quanto mais intenso for o primeiro mais facilmente tenderá a ocorrer o segundo e vice-versa. A pergunta que se pode fazer é: a evolução do mercado de mão-de-obra volante se dá em direção ao aumento da instabilidade e informalidade das relações de trabalho ou em sentido contrário?

Para alguns autores, o primeiro caso é que se ria verificado. "Resultado do desenvolvimento, simultâneo ou sucessivo, das formas de apropriação da terra e dos níveis de acumulação do capital, esse processo implica não só na radical separação entre os trabalhadores e o meio de subsistência como também numa crescente instabilidade de emprego" (BRANT, 1975: 39, grifado na transcrição). "Em sua forma mais desenvolvida e visível, os assalariados volantes servem ao capital simultaneamente na produção agrícola, na indústria de transformação, construção civil e serviços. Constituem uma categoria 'intermitente' do contingente operário ativo já que a produção ora os repele, ora os atrai. Dependendo ainda fundamentalmente do emprego agrícola, estão submetidos a constantes períodos de

desemprego cuja duração depende da diversidade das culturas e do desenvolvimento das atividades urbanas" (LANGE et alii 1982: 132, grifado na transcrição).

Já para GRAZIANO DA SILVA, contrariamente, a tendência se daria no sentido de consolidação do bóia-fria permanente.^{*/} Assim, o autor afirma que "... esse tipo de trabalhador volante que tem uma relação de emprego intermitente não é produto final, acabado, processo de proletarização do camponês. Essa é apenas uma forma transitória, que prevalece enquanto se organiza o mercado de trabalho urbano-rural de mão-de-obra não qualificada. A partir daí, as 'turmas firmes' de trabalhadores rurais volantes, bem como os operários 'semi-qualificados' (especialmente operadores de máquinas) passam a substituir essa relação de emprego intermitente que ameaça às vezes a própria reprodução do capital no campo, especialmente nos momentos cruciais de pico de serviço como na época das colheitas" (GRAZIANO DA SILVA, 1981:5, grifado na transcrição).

Pelo menos dois fatores têm importância na maior ou menor estabilidade de emprego dos volantes. Um é a própria sazonalidade das tarefas agrícolas; à medida que as ta

^{*/} O autor considera como (a) bóia-fria permanente aquele que constitui praticamente um trabalhador efetivo da propriedade agrícola, onde trabalha quase ou ininterruptamente por um ou vários anos, em contraponto ao (b) bóia-fria eventual ou esporádico, constituído de menores, mulheres e crianças que se empregam em épocas de maior necessidade de mão-de-obra no meio rural, não fazendo parte regularmente da força de trabalho, e ao (c) bóia-fria temporário que alterna em pregos rurais e urbanos, personificando a unificação do mercado de trabalho da mão-de-obra não qualificada.

refas agrícolas são mais dispersas dentro do ano e de curta duração, ou seja, à medida que as necessidades de mão-de-obra por parte do empresário sejam mais descontínuas, a vinculação do volante tenderá a ser menor.

Entretanto, a inexistência de vínculos mais definitivos da mão-de-obra com a empresa pode trazer problemas a sua organização (este seria o segundo fator). "Acontece ... que a relação de produção típica do capitalismo pressupõe não só uma força de trabalho 'livre', no duplo sentido de sem propriedade e sem peias à sua mobilidade, mas a sua venda sistemática e contínua por ponderáveis períodos de tempo a uma mesma unidade de produção. Sendo o processo de produção capitalista uma sucessão de ciclos que se entrelaçam continuamente - donde se deriva o caráter permanente da empresa, que se distingue por isso mesmo do empreendimento - o fornecimento de força de trabalho tem que ser igualmente contínuo sob pena de interromper aquele processo, retirando-lhe sua eficácia. É fácil visualizar a importância que o problema de continuidade da força de trabalho assume para o capital, imaginando o que ocorreria a uma fábrica que tivesse que recrutar diária ou mesmo semanalmente seus operários" (SINGER, 1977:1, grifado na transcrição). Além disso, como o autor acentua, a reprodução "normal" da força de trabalho estaria comprometida com uma relação de emprego que se faz, desfaz e refaz em intervalos curtos e irregulares.

As afirmações de SINGER são importantes, mas merecem dois reparos. Em primeiro lugar, a produção agrícola apresenta certas especificidades que a distinguem da industrial, pois "... com raríssimas exceções, os processos elementares na agricultura não podem ser dispostos em linha, como um

processo fabril. Eles podem ser dispostos apenas paralelamente, todos começando, em cada lugar, na fase apropriada do ciclo climático anual" (GEORGESCU-ROEGEN, 1970). Além disso, a organização dos volantes pode se dar fora da empresa agrícola, seja através das firmas empreiteiras de mão-de-obra ou através das cooperativas de bóias-frias (BACCARIN et alii, 1984).

Em suma, a necessidade de maior controle e organização da força de trabalho agria no sentido de estimular maiores vínculos e estabilidade da mão-de-obra volante, ao passo que a dispersão e curta duração das tarefas agrícolas agria no sentido contrário.

Independente do maior ou menor vínculo de emprego do bóia-fria, a literatura tem sido unânime em considerar suas condições de vida como bastante precárias, caracterizadas pelo baixo nível nutricional de sua alimentação, pelo elevado grau de analfabetismo, pelas moradias deficientes e por sérios problemas de saúde (FETAEG, 1977; FREITAS, 1977; OLIVEIRA & OLIVEIRA, 1981).

As precárias condições vivenciadas pelo bóia-fria provocam um estado de constante insatisfação com o "status quo" e, em consequência, desejos prementes de melhores condições de vida. Para D'INCAO E MELLO (1975) esta aspiração é de difícil viabilização, pois o bóia-fria tem a sua vida definida dentro de um campo de carência material e cultural, que tende a persistir através dos anos. Além disso, a própria natureza do trabalho dos volantes traz algumas implicações que dificultam a união desses trabalhadores e, por consequente, diminuem o seu poder de pressão reivindicatória.

Assim, a autora destaca as dificuldades de con

centração dos bóias-frias. "Eles só se concentram no período da colheita e, embora residam próximos um dos outros - existem bairros inteiros de 'bóias-frias' - não desenvolvem maiores contatos entre si, uma vez que se dispersam para trabalhar aqui e ali, nos demais períodos do ano" (D'INCAO E MELLO, 1975: 138).

Também, a concorrência pelo trabalho aparece como grande obstáculo à união dos bóias-frias. "Preocupados com a garantia de trabalho, nos períodos em que não há colheita, eles assumem os valores do empregador e competem com os próprios companheiros" (D'INCAO E MELLO, 1975:143).

E quais seriam as reivindicações básicas dos volantes? A literatura tem destacado duas ordens distintas de reivindicações: uma dirigida a melhores condições de trabalho (regularização trabalhista, emprego fixo e salário mais alto) e outra dirigida à posse da terra para plantar (D'INCAO E MELLO, 1975; GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Para D'INCAO E MELLO (1975), os trabalhadores que almejam trabalho fixo, especialmente nas cidades, são ex-proletários rurais que sofreram todo um processo de perda de sua identidade e da consciência de sua própria especialização, no decorrer de longos anos de experiências frustradas como parceiros no meio rural. Já os que querem ser lavradores autônomos são aqueles que passaram diretamente das condições de camponeses no meio rural para a condição de bóia-fria.

GRAZIANO DA SILVA (1982) afirma que as reivindicações por terra são maiores nas regiões onde o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura é menor, ou seja, em locais onde a proletarianização da força de trabalho agrícola ainda

da não se consolidou. Também, os trabalhadores mais velhos tenderiam a querer voltar para as fazendas, enquanto os mais novos almejavam melhores condições de vida na cidade.

2.2. Formação do Bóia-Fria

Genericamente, a formação do bóia-fria tem sido explicada como resultante da expansão do capital à agropecuária brasileira, vinculada a fenômeno mais amplo que é o próprio processo de industrialização brasileira (GONZALES & BASTOS 1982; LANGE et alii, 1982). "A transformação do escravo em proletário ... somente se desenvolveu na medida em que se desenvolveram as forças produtivas e as relações sociais de produção, no setor agrário e no conjunto do subsistema econômico brasileiro. Em outras palavras, o surgimento do proletariado rural, como categoria política fundamental da sociedade brasileira, somente ocorreu na época em que se verificou a hegemonia da cidade sobre o campo, quando o setor industrial su plantou o setor agrícola (econômica e politicamente) no contro le das estruturas de poder do país" (IANNI, 1976).

A expansão do capital à agropecuária brasileira passou por intenso crescimento, especialmente a partir de 1960, fazendo com que a produção mercantil simples de mercadorias fosse perdendo importância em favor da produção mercantil capitalista,^{*/} aumentasse o volume de capital nas mãos dos empre

^{*/} Este fato se relaciona à elevação dos preços das terras agrícolas, o que resulta na expulsão da "agricultura de subsistência para fora dos limites dos Estados mais desenvolvidas tornando mais barato o pagamento de salário monetário do que a cessão da terra para que o trabalhador produza seus próprios alimentos dentro da propriedade" (KAGEYAMA, 1982: 11).

sários agrícolas e ocorresse a substituição de antigas relações de trabalho (parceria, colonato, pequenos proprietários semi-assalariados) por novas relações de trabalho, onde o assalariamento monetário tendeu a assumir papel primordial. Estas transformações apresentaram, como consequência, a liberação de parcela de mão-de-obra despojada dos meios de produção, grande parte expulsa em direção aos centros urbanos.

Alguns autores, IANNI (1976b) e BRANT (1977) entre outros, têm analisado as transformações pelas quais passou a agricultura paulista no presente século, especialmente no que se refere às alterações das relações de trabalho. O primeiro utiliza como universo empírico a cidade de Sertãozinho, na Região de Ribeirão Preto e o segundo, o município de Assis na Alta Sorocabana. Ambos tomam, como tendência predominante nas alterações das relações de trabalho, a passagem do colono, vinculado à cultura cafeeira, ao trabalhador volante ou bóia-fria.

Para BRANT (1977:48) este processo se acentua após 1940, sendo que "o surgimento do bóia-fria, diferentemente de outras situações de desemprego rural, não resulta de modo imediato de modificações na estrutura fundiária (expropriação de camponeses, etc) nem da aparição de excedentes populacionais frente à escassez dos meios de subsistência (queda de produção agrícola, cataclismas, etc). O novo exército industrial de reserva resulta de transformações nas empresas agropecuárias capitalistas que se desembaraçam da sua mão-de-obra residente, sem que haja possibilidade de outras formas de emprego rural permanente para a maior parte dos trabalhadores". (Grifado na transcrição).

O contingente de colonos do café foi constituído, em grande parte, por imigrantes, provenientes especialmente da Itália. Vinham para o Brasil, porque em seu país de origem haviam sofrido processo de expropriação, passando de camponeses a proletários, sendo que a economia italiana não conseguia absorver totalmente estes trabalhadores, gerando-se grande número de desempregados e subempregados, o que representava grave problema social. A emigração destes trabalhadores para a América foi a "válvula de segurança" encontrada pela Itália e outros países europeus para evitar possíveis convulsões sociais (SOUSA & GEBARA, 1984).

Os italianos emigravam com a promessa de terem acesso fácil à posse da terra no país de destino. O que encontravam no Brasil, entretanto, era uma realidade totalmente diferente, caracterizada pela alta concentração da posse da terra e pelas dificuldades de acesso à terra, impostas pela política oficial, vinculada aos interesses dos cafeicultores. Aos latifundiários interessava que os imigrantes permanecessem "livres" dos meios de produção, para que pudessem trabalhar nas plantações de café.

Chegando ao Brasil, o italiano, após breve passagem pela Hospedaria dos Imigrantes, era contratado pelos fazendeiros do café, cultura que se expandia em direção ao oeste paulista - região de escassa população na época - e que demandava um número considerável de trabalhadores.

O contrato de colonato do imigrante com o proprietário rural estipulava que a família do primeiro ficava responsável pelo cultivo de certo número de pés de café (contado em milhares), realizando os tratos culturais e a colheita

do produto. Em troca recebia uma remuneração em dinheiro, normalmente não suficiente para a subsistência da família. Esta era complementada pela permissão de se plantar gêneros de subsistência nas entrelinhas do café ou em áreas não aproveitadas pela cultura principal. Também contava o colono com a infraestrutura da fazenda, especialmente moradia, e tinha permissão de criar pequeno número de animais domésticos.

O sistema de colonato fazia com que o colono cumprisse duas funções básicas. Em primeiro lugar, servia como fonte de mão-de-obra à cultura do café, que se expandia por áreas onde não havia uma população prévia. A segunda função assumida pelo colono era que ele próprio ficava responsável pela produção dos gêneros de subsistência de sua família, já que o café se expandia por áreas onde o mercado de alimentos não estava estabelecido.

"Como em outras regiões em que a agricultura comercial implanta-se em terras virgens ou pouco exploradas, o capitalismo teve que transportar consigo os pressupostos do seu funcionamento. Se a infraestrutura necessária à própria produção e à sua comercialização desenvolvia-se na mesma proporção em que se estendiam as plantações, as dificuldades maiores decorreriam da inexistência prévia de um mercado de trabalho local, dado o escasso povoamento da área. Esse mercado de trabalho exigiria não só a presença, em número necessário, de trabalhadores mobilizáveis para as plantações, como também a existência de um setor de produção dedicado a proporcionar-lhe os bens necessários à subsistência, ou um mercado de importação desses bens (o que ficaria mais caro)" (...) "A solução mais frequente foi a de associar a instalação dos trabalhado

res, como moradores, nas próprias unidades produtivas com a inserção nos interstícios das grandes plantações comerciais, da produção de mantimentos" (BRANT, 1977:50).

Se o colonato teve seu desenvolvimento associado à expansão do café, é a partir da crise cafeeira que o sistema começa a perder importância.

IANNI (1976b), na análise do município de Sertãozinho, revela que após a crise cafeeira decorrente de geada, secas e especialmente da crise econômica de 1929/30, a área cultivada com café declina, sendo substituída pela policultura, especialmente a cana-de-açúcar e o algodão. Alguns colonos tornaram-se sitiantes pela compra de parte de latifúndios, outros transformaram-se em parceiros e arrendatários (diminui a concentração da propriedade e da posse da terra) e ainda outros foram proletarizados, desvinculando-se das fazendas de café e passando a habitar o meio urbano, sendo que parcela desta população vem a constituir o contingente de bóias-frias.

Já em seu estudo BRANT (1977) considera a década de 40 como ponto de inflexão tanto de crescimento populacional como de emprego agrícola na Região de Assis, quando finda a etapa de penetração da agricultura capitalista e inicia-se a etapa de desenvolvimento do capitalismo agrícola. A partir de então, a região deixa de ser de imigração e passa a ser de emigração - acentua-se o deslocamento da população rural para o meio urbano e a emigração para fora da região - sem que tenha ocorrido decadência das atividades econômicas, mas, ao contrário, na presença de um crescimento diversificado da produção agropecuária e agroindustrial. Isto revelaria o surgimento de um excedente populacional relativo, cujo incremento

se relacionaria aos ritmos de transformação da estrutura produtiva, associando a diversificação da estrutura produtiva (substituição da agricultura por pecuária, cafeicultura por culturas que exigem menos mão-de-obra) à concentração do capital agropecuário. Esta última se acentua na década de 50, com modificações nas relações de produção pelo aumento da composição orgânica do capital e, em consequência, sendo permitida a utilização mais intensiva da força de trabalho (emprego temporário para tarefas determinadas, mecanização e uso de insumos - herbicidas^{*/} - que multiplicam a capacidade produtiva do trabalho).

O autor também considera como causa explicativa do desaparecimento do colonato, o desvinculamento entre culturas permanentes e temporárias que levou à constituição de um cultivo comercial de alimentos (mercado de alimentos) capaz de abastecer a população não implicada em sua produção.

As transformações da agricultura regional, conforme relata BRANT (1977), levaram à intensificação do uso do trabalhador temporário, bóia-fria, sendo que nas empresas agrícolas (propriedades de 100-1000 ha) a quase totalidade da força de trabalho não qualificada foi excluída do emprego permanente, sendo substituída por força mecânica (ou química, como é o caso dos herbicidas), ou empregada apenas temporariamente nos "picos" do processo produtivo.

"A proporção crescente do trabalho temporário em relação ao permanente revela dois aspectos da evolução da

^{*/} O emprego de herbicidas na agricultura brasileira, na verdade, é constatada mais recentemente, especialmente após 1970.

empresa agrícola: primeiro, a restrição das despesas com a remuneração da força de trabalho aos momentos do processo produtivo em que ela se faz realmente necessária; segundo, a separação entre as tarefas qualificadas e não qualificadas. Ambos os aspectos estão ligados à transformação da agricultura em indústria e à formação do exército industrial de reserva. Eles correspondem a um momento de desenvolvimento da agropecuária em que as determinações do mercado atingem simultaneamente os produtos e as forças produtivas, inclusive a força de trabalho" (BRANT, 1977:81).

O surgimento do bóia-fria se relaciona, portanto, com as transformações capitalistas ocorridas na agricultura brasileira, responsáveis pela expulsão de uma parcela da população para a fronteira agrícola e de outra para o meio urbano. A sua persistência, como exército de reserva de mão-de-obra, no meio urbano, mostra a incapacidade deste setor em absorver totalmente, ou grande parte, da mão-de-obra liberada pela agricultura. Isto decorre do processo de industrialização brasileira ter se dado com a utilização de técnicas altamente intensivas em capital criadas originalmente para as condições de países desenvolvidos e que não conseguiram apresentar uma oferta de emprego compatível com o crescimento da população urbana, ocasionando o desemprego urbano e a hipertrofia do setor de serviços (ÂNGELO, 1980).

Antes que se siga adiante, um comentário merece ser feito especialmente sobre a colocação de BRANT (1977). Como já referido, o autor privilegia na análise das alterações nas relações de trabalho a passagem do colono ao bóia-fria. Outros autores acentuam que na formação do bóia-fria também te

ve contribuição a expropriação de pequenos proprietários. Dos trabalhadores agrícolas do Estado de São Paulo, por exemplo, parcela considerável se constitui de migrantes, especialmente provenientes do Nordeste, onde, muitos deles, foram pequenos proprietários.

Formada a categoria de bóias-frias, despossuídos dos meios de produção, moradores, embora não empregados, pelo menos de forma definitiva, no setor urbano, a utilização destes trabalhadores pela agricultura tende a se dar de forma sazonal. Isto porque a agricultura, por sua própria natureza, apresenta diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho, ou seja, durante o ciclo de uma determinada cultura existe um tempo de trabalho e um de não-trabalho. Isto faz com que a demanda por mão-de-obra não seja a mesma durante o ciclo da cultura, ocorrendo momentos de picos e momentos de retração na utilização da mão-de-obra agrícola. A existência de um contingente de trabalhadores disponíveis nos centros urbanos possibilita aos empresários rurais a contratação da mão-de-obra somente nos momentos em que ela se faz necessária.

O fato da utilização dos volantes se dar de forma sazonal leva alguns autores, especialmente GRAZIANO DA SILVA (1981, 1982), a considerar que o aumento da sazonalidade das tarefas agrícolas teve contribuição acentuada para o crescimento do emprego de volantes na agricultura. E, entre os fatores que estimulariam o aumento da sazonalidade, são destacados: o tipo de modernização da agricultura brasileira e a especialização das propriedades e regiões em determinados produtos agrícolas.

Quanto ao primeiro fator, a argumentação é a

seguinte: a modernização da agricultura brasileira não se deu de maneira homogênea durante o ciclo de grande número de culturas. Enquanto que operações como o preparo do solo e plantio não apresentaram maiores dificuldades de serem mecanizadas, permaneceram alguns entraves de natureza técnico/econômica para mecanizar as colheitas de culturas como o café, cana, laranja, algodão e amendoim. Assim, reduziram-se significativamente as necessidades de mão-de-obra naquelas fases das culturas, permanecendo nesta praticamente a mesma necessidade de mão-de-obra anterior à modernização, ou mesmo a necessidade foi aumentada nesta fase devido a ganhos de rendimento cultural, exigindo emprego de maior número de trabalhadores na colheita.

Dada esta "heterogeneidade" de modernização no ciclo das principais culturas brasileiras, este fato estimularia os empresários agrícolas a manterem em suas unidades produtivas um pequeno número de trabalhadores, normalmente especializados, utilizados praticamente durante todo o ciclo produtivo, ao mesmo tempo que dispensariam o restante da mão-de-obra, que se transforma em volante e que, esporadicamente, nos momentos de pico, seria recontratada para a realização das tarefas sazonais. GRAZIANO DA SILVA (1982:144) chega a dizer: "... além do volante ser um produto do desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura, enquanto proletário rural ele é, ao mesmo tempo, resultado da insuficiência e da fraqueza desse desenvolvimento. De insuficiência do capital em submeter as forças da natureza do ponto de vista técnico; da fraqueza de generalizar essa subordinação, não apenas do ponto de vista formal, mas sobretudo de uma maneira real e ampla, revolucionando a produção agrícola em todas as suas fases".

O efeito da especialização de propriedades e regiões sobre a sazonalidade da mão-de-obra é descrito por KAGEYAMA (1982:11) "... conjugando-se duas ou mais atividades com ciclos de demanda de trabalho alternados se poderia garantir um patamar mais elevado do emprego permanente. No entanto, a tendência verificada no Brasil teve sentido oposto, de especialização das propriedades num ou noutro produto. Têm-se, hoje, as fazendas de laranja, as fazendas de gado, as fazendas de cana, etc., e, pior do que isso, houve uma especialização regional das monoculturas, de forma que se têm também as regiões de cana, as regiões de soja, etc. A especialização regional veio agravar ainda mais a situação dos empregados temporários, que são obrigados a percorrer distâncias cada vez maiores para conseguir emprego durante todo o ano".

Mais adiante, quando se falar das técnicas empregadas na cana-de-açúcar (ítem 3.3.1.), voltar-se-á a discutir o papel da sazonalidade de mão-de-obra e de seus citados condicionantes (a modernização e a especialização) na formação do bóia-fria. Pode-se dizer, entretanto, que a especialização da área agrícola em determinados produtos não é exclusivo do Brasil, mas também se verifica em outros países onde o trabalho temporário não assume grande importância. Também pode-se argumentar que a sazonalidade da necessidade de mão-de-obra nas culturas, como a cana-de-açúcar e o café, não é recente, mas já verificada em fases onde o bóia-fria era de somenos importância na agricultura brasileira.

Por fim, pode-se comentar o papel da implantação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), a partir de 1963, sobre as transformações das relações de trabalho na agricultu

ra brasileira, especificamente, sobre o crescimento do número de bóias-frias. O ETR, que proporcionou uma série de direitos e garantias ao trabalhador rural, tais como salário mínimo, férias remuneradas, indenização em caso de dispensa etc., tem sido apresentado como catalizador do aumento da participação dos trabalhadores não-residentes ou volantes na agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1982; KAGEYAMA, 1982). A dispensa dos trabalhadores residentes e a contratação de trabalhadores volantes, agenciados pelos turmeiros e considerados como autônomos, desobrigariam o proprietário rural dos encargos trabalhistas^{*/}, além do que diminuiria o pagamento em espécie (moradia, leite, lenha, etc.), tornando mais econômica a utilização dos bóias-frias (GONZALES & BASTOS, 1982).

Outros autores dão maior importância ao papel ocupado pelo ETR. "Essa transformação provocada pelo poder do Estado (implantação do ETR) que ao fazê-lo criava certas condições gerais propícias ao desenvolvimento das formas capitalistas incipientes já implantadas; gerando portanto novas relações de produção; emprestando um conteúdo próprio às formas já existentes e cuja existência se deve a condições de desenvolvimento já anteriormente criadas no interior de relações de produção pré-existentes; esta transformação, dizíamos, teve o efeito de produzir um imenso deslocamento espacial de popula

^{*/} Conforme discussão anterior, este ponto não é pacífico. Se na época da implantação do ETR esta afirmação podia ser considerada como verdadeira, hoje em dia há toda uma jurisprudência firmada que garante ao volante os direitos trabalhistas instituídos pelo ETR. Entretanto, há ainda muitas empresas agrícolas que não legalizam a situação de seus trabalhadores volantes.

ção, que é a forma pela qual a existência das novas relações se revela" (GNACCARINI, 1981:180).

Na verdade, a real participação do ETR nas mudanças ocorridas nas relações de trabalho da agricultura brasileira ainda não foi suficientemente esclarecida e estudada, pelo menos até onde se conhece. Idéias de senso comum verbalizadas por proprietários rurais e até mesmo por trabalhadores atribuem toda a responsabilidade do crescimento do bóia-fria ao ETR. Entretanto, não se pode perder de vista que as modificações na população e no emprego, especialmente no Estado de São Paulo, iniciaram-se em período bem anterior à implantação do ETR. Se o Estatuto teve realmente alguma influência, foi a de acelerar estas transformações.

2.3. Conceito Síntese e Hipóteses

Adota-se o seguinte conceito básico do bóia-fria: O bóia-fria é um trabalhador assalariado, despossuído dos meios de produção, morador dos centros urbanos e que constitui um contingente de trabalhadores disponíveis tanto para empregos do setor rural (especialmente), quanto para empregos do setor urbano. No mais das vezes, os serviços que realiza não exigem maiores qualificações da mão-de-obra e não são contínuos, daí decorrendo a instabilidade de emprego desta categoria social.

A formação dos bóias-frias decorre do processo de transformações capitalistas da agricultura brasileira, que consolidou uma categoria de trabalhadores despojadas dos meios

de produção e que passou a contar somente com a venda da força de trabalho para sobreviver. Especialmente para o Estado de São Paulo, a vertente principal na formação do bóia-fria não foi o processo de concentração fundiária (expropriação de camponeses etc.), mas sim as transformações nas empresas capitalistas que resultaram na passagem do colono ao assalariado, especialmente temporário.

O fato do trabalhador volante morar no setor urbano implica na unificação do mercado de trabalho de toda a economia. Revela também a "urbanização" da agricultura, na medida em que as empresas agrícolas tendem a usufruir da infraestrutura urbana (moradia, água, luz, etc.) fornecida pela sociedade como um todo e não ficam como únicas responsáveis pelo seu fornecimento aos trabalhadores.

A característica a privilegiar no conceito do bóia-fria, que lhe confere certas especificidades em face a outros segmentos do operariado, é a instabilidade de emprego. O bóia-fria é empregado intermitente em diversas propriedades e culturas e também no setor urbano em serviços não-qualificados. Para o empregador, o uso do bóia-fria significa redução dos custos, à medida que só emprega a mão-de-obra nos momentos quando ela se mostra necessária.

A necessidade de melhor organização e controle da mão-de-obra por parte da empresa agrícola pode fazer com que ocorra aumento nos vínculos de emprego, diminuindo a instabilidade de trabalho do bóia-fria.

Da instabilidade de emprego e dos baixos níveis salariais recebidos decorrem as precárias condições de vida

dos bóias-frias. O caráter disperso de seu trabalho dificul
ta a mobilização do bóia-fria como categoria social e diminui
seu poder reivindicatório. A precariedade em que vive provoca
no trabalhador desejos prementes de mudança em sua situação e
caracteriza a categoria como um foco de constante tensão so
cial.

3 - AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE JABOTICABAL

A fundação do município de Jaboticabal data de 1828. Até por volta de 1880 a vida e a economia locais eram pouco desenvolvidas, sendo que "seus antigos habitantes oriundos, em grande parte, da província de Minas, em vista da dificuldade de transporte e pela falta de boas estradas não cogitavam da lavoura de café e entregavam-se, exclusivamente, à criação de gado vacum e cavalari" (WHITAKER, 1978:17).

A agricultura praticamente se limitava à subsistência, sendo que as pequenas roças existentes tinham a função de alimentar a esparsa população que vivia da pecuária extensiva localizada em áreas mal exploradas. "É este aspecto desprovido, primitivo, com propriedades de divisas imprecisas, e com produção pouco vinculada ao mercado, que tinha a região antes

de ser atingida pelo café" (ZAMBONI, 1978:64).

No último quartel do século passado, com a chegada da estrada de ferro ao município, o café começa a se desenvolver aceleradamente em Jaboticabal, como de resto em toda a Região de Ribeirão Preto. É a partir daí que a economia local ganha novo alento, ampliando suas relações econômicas com o restante do país, bem como com o mercado internacional, através da exportação do café.

O dinamismo da lavoura cafeeira, com sua grande necessidade de mão-de-obra, fazia com que a escassa população local se mostrasse insuficiente e estimulava a vinda de muitos imigrantes para a região, especialmente italianos. "Aproximadamente a metade da população em 1901, segundo publicação da época, era composta de imigrantes, predominando entre eles o italiano, que devido às crises no seu país de origem, não hesitou em emigrar para o Brasil" (ZAMBONI, 1978:64).

O desenvolvimento da cultura cafeeira ora passava por momentos de euforia, quando os preços internacionais se elevavam, ora passava por momentos de crises decorrentes de geadas (especialmente no ano de 1918), de secas e, principalmente, de quedas dos preços internacionais do produto. A crise definitiva, que veio interromper o ciclo cafeeiro, ocorre em 1929/30 quando, devido a sérios problemas da economia mundial, os preços do produto caíram vertiginosamente e as perspectivas de venda dos seus estoques se mostravam reduzidas. Foi erradicado grande número de cafeeiros, sendo que em Jaboticabal, entre 1924 e 1944, a produção do café caiu em 85% (ZAMBONI, 1978).

Acompanhando a queda na área com café, verifica-se no município uma diversificação de cultivos, crescendo em importância culturas como o feijão, o milho, o arroz e, especialmente, o algodão que, de 1924 a 1944, aumenta a produção em 11.492% e propicia a instalação de três firmas beneficiadoras do produto no município. Este período de agricultura diversificada que se estende da crise cafeeira até o início dos anos 50 ficou conhecido como a "fase cerealista".

Além da diversificação de culturas, observada, de modo geral, em toda a Região de Ribeirão Preto, caracteriza a "fase cerealista" o deslocamento das atividades artesanais para as cidades e o início do uso industrial do solo urbano, caracterizando um processo de urbanização que se acentua continuamente daí em diante (SEP, 1978).

A fase cerealista não chegou a se consolidar plenamente e já a partir de 1950, começa a se caracterizar uma nova fase na agricultura do município, associada ao rápido crescimento da cultura da cana-de-açúcar. "Esta estrutura de produção - fase cerealista - não se modificou muito até a década de 50, quando de forma mais significativa, começou a se implantar no município a cultura da cana-de-açúcar. Era a volta de um produto tropical de exportação a cobrir o solo do município e a tornar a concentrar a propriedade agrícola, que no pós-crise, tendeu à desconcentração" (ZAMBONI, 1978:65).

O período básico analisado neste capítulo refere-se ao que ocorre de 1940 em diante. Isto porque parece ser a partir de então que se acentuam as mudanças na população e no emprego no setor agrícola paulista (BRANT, 1977), e também porque a análise deste período permite uma visão abrangente da

"fase canavieira" que começa a se consolidar a partir de 1950.

Uma observação merece ser feita antes que se inicie a análise propriamente dita. Após 1940, ocorreram dois desmembramentos no município de Jaboticabal, o primeiro na década de 40, quando foi desmembrado o município de Taiúva e o segundo na década de 50, com a saída do município de Taiapu.

Diante disso, havia duas opções para a análise dos dados dos Censos Agropecuários: uma, a de considerar a soma das áreas dos três municípios; outra, de somente levar em conta a área de Jaboticabal, tomando-se o cuidado da análise ser realizada em termos de números relativos e não absolutos.

Esta última opção foi a adotada, mesmo porque, embora inicialmente houvesse certa homogeneidade entre os municípios, após 1950 Jaboticabal tendeu a se tornar um "município canavieiro", enquanto os outros dois tenderam a expandir as áreas plantadas com laranja. Na tentativa de privilegiar essa tendência de especialização municipal, a análise é feita sem somar as áreas dos municípios. De qualquer forma, sempre que necessário, os dados censitários de Taiuva e Taiapu são considerados na análise.

3.1. Utilização da Área Agrícola de Jaboticabal

Os dados apresentados no Quadro I revelam que, em 1940, a ocupação do município de Jaboticabal já estava consolidada, sendo que mais de 90% da área dos estabelecimentos agropecuários já eram explorados economicamente com atividades agropecuárias. A área de lavouras representava 45,4% da área

Quadro 1 - Área dos estabelecimentos agropecuários segundo as condições de utilização, município de Jaboticabal, período 1940-1980 (em ha)

Ano	número estabel.	área total estabel.	Área Explorada *		Área de Lavouras		Lav. Permanentes		Lav. Temporárias		Área de Pastagens	
			número	% área estabel.	número	% área ex- plorada	número	% área de lavouras	número	% área de lavouras	número	% área ex- plorada
1940	1.410	92.668	84.952	91,7	38.579	45,4	13.238	34,3	25.341	65,7	38.768	45,6
1950	1.160	78.366	72.038	91,9	24.996	34,7	3.797	15,2	21.199	84,8	43.222	60,0
1960	693	65.128	61.603	94,6	25.562	41,5	4.187	16,4	21.375	83,6	30.152	48,9
1970	748	65.218	61.024	93,6	40.299	66,0	2.469	6,1	37.830	93,9	17.539	28,7
1975	555	66.640	63.225	94,9	52.748	83,4	4.113	7,8	48.635	92,2	8.896	14,1
1980	485	68.533	64.899	94,7	58.928	90,8	3.338	5,7	55.590	94,3	4.842	7,5

Fonte: FIBCE Censos Agropecuários, diversos números

* inclui a área ocupada com matas

explorada, enquanto a pecuária ocupava 45,6% desta mesma área.

Durante a década de 40, a área de lavouras perdeu importância relativa (de 45,4% para 34,7% da área explorada) em favor da área de pastagens, que aumentou sua participação de 45,6% para 60,0% da área explorada. Isto se associa, como se verá adiante, à queda da cultura cafeeira, que foi inicialmente substituída pela policultura e pela pecuária. Uma vez que a pecuária utiliza, normalmente, menor quantidade de mão-de-obra por hectare do que as atividades agrícolas, este crescimento da importância da pecuária acentuou o processo de migração rural-urbana.

Após 1950, o crescimento da área de pastagens é interrompido e a área de lavouras expande-se acentuadamente, especialmente após 1960, até atingir 90,8% da área explorada em 1980. A área de pastagens, ao contrário, se reduz, passando a ocupar somente 7,5% da área explorada em 1980. Portanto, após 1950, caracteriza-se uma redução da atividade pecuária e consolidação da atividade agrícola.

A evolução da área de lavouras deu-se com uma importante alteração na composição do produto agrícola, qual seja, a perda de importância das lavouras permanentes (reduziram sua participação de 34,3% para 5,7% da área de lavouras, entre 40 e 80) e o crescimento das lavouras temporárias (crescimento de 65,7% para 94,3%, entre 40 e 80).

Conforme pode ser visto no Quadro 2, a perda de importância das lavouras permanentes associa-se à queda da área ocupada pela cultura cafeeira. Enquanto que em 1937/38

Quadro 2 - Evolução da área cultivada das principais culturas no município de Jaboticabal, período 1940-80 (em ha)

Anos	Café		Laranja		Algodão		Amendoim		Arroz		Cana		Folhoso		Milho		Soja		Total das Culturas consideradas	
	área	% área culturas	área	% área culturas	área	% área culturas	área	% área culturas	área	% área culturas	área	% área culturas	área	% área culturas	área	% área culturas	área	% área culturas	área	% área culturas
1937/38	15.539	43,2	105	0,3	11.137	31,0	-	-	2.007	5,6	295	0,8	1.087	3,0	5.807	16,1	-	-	35.977	100*
1950	3.321	13,3	31	0,1	2.974	11,9	-	-	5.715	22,9	1.370	5,5	270	1,1	8.725	34,9	-	-	22.406	89,6
1960	2.104	8,2	481	1,9	3.583	14,0	215	0,8	2.029	7,9	4.570	17,9	462	1,8	6.074	23,8	-	-	19.518	76,4
1970	601	1,5	1.132	2,8	4.157	10,3	3.567	8,9	3.546	8,8	13.929	34,6	324	0,8	8.455	21,0	590	1,5	36.301	90,1
1975	323	0,6	4.776	9,1	5.578	10,6	2.947	5,6	1.416	2,7	16.723	31,7	17	0,0	5.556	10,5	5.246	9,5	42.582	80,7
1980	457	0,8	2.496	4,2	3.936	6,7	4.082	6,9	440	0,7	31.250	53,0	62	0,1	3.615	6,1	6.403	10,9	52.741	89,5

Fonte: DEC, Anuário Estatístico do Estado de São Paulo (1937/38 e FIBGE, Censo Agropecuário (décadas anos)

* Não se dispunha da área total de lavouras para este ano. Os cálculos foram realizados em relação a área das culturas consideradas, por isto este valor de 100%

o café ocupava 43,2% da área com as culturas consideradas^{*/}, em 1980 só restavam 457 ha da cultura, representando apenas 0,8% da área com lavouras no município. Uma informação complementar a estes dados é que em 1920 o café representava 63,6% da área cultivada no município de Jaboticabal. O declínio do café na região tem seu início, provavelmente, na crise de 1929/30, caindo a importância da cultura acentuadamente a partir de então.

Em 1937/38, após o café, despontavam as culturas do algodão, com 31,0% da área das culturas consideradas e o milho com 16,1%. O arroz e o feijão tinham certa importância com 5,6% e 3,0% respectivamente, da área das culturas consideradas. A cana, com 295 ha plantados, tinha participação bastante reduzida na ocupação da área agrícola do município.

A composição da produção agrícola alterou-se bastante no período analisado. Os cultivos do café, arroz e feijão tornaram-se praticamente insignificantes no município. As culturas do algodão e do milho ainda mantêm certa importância na agricultura local, embora nos últimos 5 anos analisados para a primeira e nos últimos 10 para a segunda, esta importância tenha se reduzido. A cultura da laranja, ainda que tenha alcançado 9,1% da área de lavouras em 1975, vem caindo a par

^{*/} O Censo de 1940 traz somente a área total com lavouras, não especificando a área de cada cultura. Por isto, utilizou-se informações do Anuário Estatístico de 1937/38 que fornecem as áreas das principais culturas agrícolas, mas não a área total de lavouras. A participação do café neste ano foi calculada em relação somente às 9 culturas consideradas e não à área total de lavouras. Assim, a participação do café, bem como das demais culturas na área de lavoura, está superestimada para este ano.

tir de então, não se firmando como uma das principais culturas locais. E, no período, duas novas culturas despontaram, ganhando importância no município, o amendoim após 1950 e a soja após 1960.

Mas o fato mais importante a ser destacado no Quadro 2 é o crescimento da participação da área de cana. De 0,8% em 1937/38, a cultura salta para 53,0% da área de lavoura em 1980, sendo que a tendência do crescimento, ao que tudo indica, se manteve daí para diante. Chama a atenção o intenso crescimento da cultura de 1975 a 80, quando passa de 16.723 ha para 31.250 ha (87% de aumento), fato esse diretamente associado aos incentivos provenientes do Proálcool.

O crescimento da área de cana se relaciona com o aumento da capacidade da agroindústria sucro-alcooleira na região. A evolução da produção de açúcar e álcool das duas usinas do município (Santa Adélia e São Carlos) é apresentada no Quadro 3. Observa-se que tanto a produção de açúcar quanto a de álcool cresceu acentuadamente, sendo que este, nos últimos 8 anos (75 a 83), mais que decuplicou sua produção.

Atualmente, além das duas usinas de açúcar e álcool já citadas, existem no município uma destilaria autônoma de álcool e 2 aguardenteiras.

A tendência observada no município de Jaboticabal é, portanto, de especialização na cultura de cana, que passa a ocupar 45,6% da área dos estabelecimentos e mais da metade da área de lavouras em 1980 (FIBGE, 1980). As culturas que vêm a seguir, a soja (10,9% da área de lavouras) e o amendoim (6,9%), "convivem" bem com a cana, pois sendo leguminosas e de ciclo curto, são normalmente plantadas nas áreas de renovado

ção dos canaviais.

Quadro 3 - Produção de açúcar e álcool no período 1950-83, no município de Jaboticabal

Anos	Açúcar (sacos)	Álcool (litros)
1950	39.240	3.650
1960	213.451	-
1970	511.506	6.516.000
1975	1.110.640	11.496.840
1980	2.017.060	74.740.000
1983	2.220.360	121.068.000*

Fonte dos dados básicos: IAA, Boletim de Safras, diversos números

* Inclui a produção de uma nova destilaria instalada no município após 1980.

E não foi só a agricultura do município como um todo que tendeu a se especializar; as unidades produtivas apresentaram a mesma tendência. Se há 40 anos atrás era comum o cultivo associado da cultura do café com arroz, milho e feijão, hoje a cana é cultivada isoladamente, somente permitindo o cultivo de soja e amendoim nas áreas de reforma. A tendência de especialização das unidades produtivas fica bem evidenciada no Quadro 4, que mostra a participação de cada cultura no número total de estabelecimentos no município.

Em 1940, várias culturas tinham importância em vários estabelecimentos - o café era plantado em 43,2% deles, o algodão em 62,3%, o arroz em 68,7%, o feijão em 35,7% milho em 76,5%. Em 1980, somente o milho era plantado em um

Quadro 4 - Participação das principais culturas no número de estabelecimentos agropecuários do município de Jaboticabal, período 1940-80

Anos.	Estabelecimentos com café		Estabelecimentos com laranja		Estabelecimentos com algodão		Estabelecimentos com amendoim		Estabelecimentos com arroz		Estabelecimentos com cana		Estabelecimentos com feijão		Estabelecimentos com milho		Estabelecimentos com soja	
	número	% nº estabel.	número	% nº estabel.	número	% nº estabel.	número	% nº estabel.	número	% nº estabel.	número	% nº estabel.	número	% nº estabel.	número	% nº estabel.	número	% nº estabel.
1940	609	43,2	244	17,3	879	62,3	-	-	968	68,7	20	1,4	503	35,7	1.078	76,5	-	-
1950	319	27,5	239	20,6	390	33,6	-	-	905	78,0	95	8,2	215	18,5	1.074	92,6	-	-
1960	286	41,3	80	11,5	299	43,1	41	5,9	469	67,7	116	16,7	215	31,0	524	75,6	-	-
1970	123	16,4	95	12,7	249	33,3	306	40,9	403	53,9	119	15,9	51	6,8	486	65,0	13	1,7
1975	78	14,1	123	22,2	213	38,4	167	30,1	216	38,9	71	12,8	9	1,6	287	51,7	100	18,0
1980	80	16,5	94	19,4	120	24,7	104	21,4	133	27,4	133	27,4	11	2,3	206	42,5	135	27,8

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários, diversos números

grande número de estabelecimentos (42,5%), as demais culturas eram plantadas por menos de 30% dos estabelecimentos, inclusive a cana, a soja e o amendoim.

É interessante observar que no caso da cana-de-açúcar, enquanto a cultura ocupava, em 1980, 45,6% da área dos estabelecimentos, somente 27,4% do número total dos estabelecimentos cultivavam este produto, o que indica que a área média cultivada com esta cultura tende a ser maior que para as demais. Aliás, para todas as outras culturas consideradas, o inverso se verificava, ou seja, a participação na área era menor que a participação no número de estabelecimentos.

Uma última observação a fazer nesta seção é que, enquanto Jaboticabal tendeu a se especializar na produção de cana, os municípios de Taiúva e Taiaçu (desmembrados de Jaboticabal), próximos às agroindústrias de suco, tenderam a se especializar na cultura da laranja. Em 1980, Taiúva apresentava 53,6% da área com lavouras ocupadas com laranja e Taiaçu 44,5% (FIBGE, 1980).

3.2. A Distribuição da Posse e Propriedade da Terra no Município de Jaboticabal

As análises conhecidas sobre a atual região canavieira da DIRA de Ribeirão Preto consideram dois importantes momentos na história de sua estrutura agrária: o primeiro caracterizado por um movimento de desconcentração da propriedade (loteamento de latifúndios) e da posse da terra (aumento do número de parceiros e arrendatários) que passa a ocorrer após a

crise cafeeira de 1929/30 e, o segundo, quando se verifica um movimento de reconcentração da posse e propriedade da terra, que se associa à expansão acelerada da cultura da cana-de-açúcar após 1950 (GEBARA, 1976; IANNI, 1976b; ZAMBONI, 1979).

Com a crise cafeeira, muitos empresários rurais, premidos por dívidas junto ao sistema bancário e sob a perspectiva de que os preços do café não se recuperariam de imediato no mercado internacional, vieram a lotear áreas de suas fazendas, ou cederam suas terras em parceria para cultivo de outros produtos, especialmente algodão. ZAMBONI (1979) destaca o papel da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) no loteamento de latifúndios da região, após a crise do café em 1929/30. Foram loteados, por exemplo, a Fazenda São Martinho que abrangia os atuais municípios de Barrinha e Pradópolis e a Fazenda Dumont, no atual município de Dumont. Especificamente no município de Jaboticabal a CAIC loteou cerca de 3.000 ha de terras.

Com a expansão da área plantada com cana-de-açúcar, a tendência se alterou verificando-se a reconcentração da posse da terra na região, devido especialmente às economias de escala existentes na cultura e também às pressões dos usineiros para controlar diretamente a maior parte da matéria-prima que suas indústrias necessitam para produção do açúcar e álcool (GEBARA, 1976).

Com dados dos Censos Agropecuários pode-se verificar a evolução da distribuição da posse da terra no município de Jaboticabal após 1940, período coincidente basicamente com a "fase canavieira". No Quadro 5, em suas duas últimas colunas, observa-se que em todo período analisado (1940-80) a

Quadro 5 - Distribuição dos estabelecimentos por estrato de área, 1940-80, valores absolutos e relativos *

Anos	Estabelecimentos, segundo estratos de área (ha)									
	menos de 100			100-1.000			mais de 1.000			Total
	número	área	número	área	número	área	número	área	número	área média área mediana
1940	1.212 (86,0)	32.874 (35,5)	192 (13,6)	52.042 (56,2)	6 (0,4)	7.752 (8,4)	1.410	92.668	65,7	23,7
1950	974 (84,0)	25.186 (32,1)	181 (15,6)	46.380 (59,2)	5 (0,4)	6.800 (8,7)	1.160	78.366	67,6	25,7
1960	543 (78,3)	18.938 (29,1)	143 (20,6)	35.441 (54,4)	7 (1,0)	10.749 (16,5)	693	65.128	94,0	41,1
1970	590 (78,9)	18.576 (28,5)	155 (20,7)	40.993 (62,9)	3 (0,4)	5.649 (8,7)	748	65.218	87,2	38,0
1975	430 (77,5)	14.014 (21,0)	115 (20,7)	33.976 (51,0)	10 (1,8)	18.650 (28,0)	555	66.640	120,1	39,2
1980	344 (70,9)	11.175 (16,3)	131 (27,0)	41.393 (60,4)	10 (2,1)	15.965 (23,3)	485	68.533	141,3	43,4

* Números entre parenteses se referem a porcentagens dos totais

Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários, diversos números.

se mostrou maior que a área mediana, indicando assimetria na distribuição da área dos estabelecimentos em favor das maiores unidades produtivas.

Além disso, a área média dos estabelecimentos apresentou tendência de crescimento (com o ano de 1960 destoando), tendo passado de 65,7 ha em 1940 para 141,3 ha em 1980^{*/}. Chama a atenção o salto ocorrido na década de 70, quando a área média passa de 87,2 ha para 141,3 ha, o que se relaciona à expansão intensiva da área de cana-de-açúcar no período.^{**/}

O que pode-se considerar, portanto, é que na "fase canavieira" ocorre consolidação das maiores unidades produtivas. Isto pode ser facilmente visualizado no Quadro 5, onde se observa que no período analisado, os estabelecimentos menores que 100 ha tenderam a diminuir sua participação relativa tanto na área quanto no número de estabelecimentos, enquanto que as unidades produtivas maiores que 100 ha apresentaram tendência inversa. Este fenômeno se acentua na década de 70, especialmente devido ao crescimento dos estabelecimentos maiores que 1.000 ha, que passam de menos de 10% da ocupação da área agrícola para mais de 20%.

Em 1980, os estabelecimentos menores que 100 ha representavam 70,9% do número de estabelecimentos e 16,3% da área agrícola. Já os estabelecimentos maiores que 100 ha, embora representassem apenas 29,1% do número de estabelecimentos,

^{*/} Até 1960 esta evolução é afetada pelos desmembramentos dos municípios de Taiúva e Taiapu, que apresentam - estrutura agrária caracterizada até os dias atuais pela grande participação da pequena unidade produtiva.

^{**/} De 1970 a 1975 o aumento da área média dos estabelecimentos em parte se deve à mudança de conceito do estabelecimento entre os Censos, o que não invalida a afirmação acima.

área média sempre ocupavam 83,7% da área agrícola do município.

Os números revelam a distribuição desigual da posse da terra em Jaboticabal, com as grandes propriedades produtoras de cana controlando a maior parte da área agrícola local. E este controle na verdade não é mostrado em sua totalidade nos dados censitários, pois como afirma RAMOS (1982), as usinas dissimulam a real posse da terra, colocando as unidades produtivas em nome de parentes dos proprietários.

3.3. A Técnica na Agricultura de Jaboticabal

No período analisado, profundas mudanças ocorreram na técnica agrícola utilizada na agricultura do município de Jaboticabal. Pelo Quadro 6, percebe-se a evolução do tipo de força empregada nos serviços dos estabelecimentos a partir de 1950 (o Censo de 1940 não fornece esta informação). Em 1950, 63,5% dos estabelecimentos usavam tração animal, 33,9% não utilizavam nenhum tipo de tração, empregando somente a força de trabalho humana, 2,4% utilizavam tração animal-mecânica e somente 0,2% dos estabelecimentos empregavam exclusivamente tração mecânica. A evolução verificada no tipo de tração empregada na agricultura do município apresenta uma tendência nítida, qual seja, a diminuição da importância dos estabelecimentos que utilizavam tração animal ou exclusivamente força de trabalho humana em relação aos estabelecimentos que utilizavam tração mecânica. Em 1980, 90,7% dos estabelecimentos utilizavam tração mecânica, sendo 71,5% exclusivamente e 19,2% em combinação com tração animal.

Quadro 6 - Emprego de força nos trabalhos agrários dos estabelecimentos em Jaboticabal, período 1950-80

Anos	número total de estabelec.	Distribuição dos estabelecimentos de acordo como emprego de força							
		animal		mecânica		animal e mecânica		sem emprego de força	
		número	%	número	%	número	%	número	%
1950	1.160	737	63,5	2	0,2	28	2,4	393	33,9
1960	693	425	61,3	30	4,3	103	14,9	135	19,5
1970	748	162	21,7	96	12,8	418	55,9	72	9,6
1975	555	207	37,3	244	44,0	51	9,2	53	9,5
1980	485	23	4,7	347	71,5	93	19,2	22	4,5

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários, diversos números

A alteração no tipo de força utilizada na agricultura está associada ao crescimento da utilização de tratores agrícolas no município como pode ser visto no Quadro 7. Em 1940 havia 0,1 trator/1000 ha e somente 0,7% dos estabelecimentos utilizavam-se de tratores. O crescimento do número de tratores se acentuou, especialmente após 1950 e no fim do período existiam 15 tratores/1000 ha e 63,3% dos estabelecimentos usavam esta máquina.

Quanto aos arados, os dados do Quadro 7 revelam a ocorrência de considerável mudança qualitativa no período. Os arados de aiveca, normalmente utilizados em conjunto com a tração animal, diminuíram sua importância, enquanto crescia a participação dos arados de disco, associados à tração mecânica. De 1975 a 80 cai um pouco a importância dos arados de disco, provavelmente devido à alteração no preparo de solo observado na cultura da cana-de-açúcar, que tendeu a substituir o arado pela utilização de pesadas grades puxadas por tratores de grande potência.

Acompanhando a utilização das técnicas mecânicas, o uso de técnicas químico-biológicas apresentou a mesma tendência de crescimento na agricultura do município. A análise fica prejudicada neste ponto, pois os dados só se encontram disponíveis a partir de 1960, os quais se encontram no Quadro 8. Os números revelam o crescimento da utilização da prática de adubação, tendo-se elevado de 72,6% para 94,2% a porcentagem de estabelecimentos que realizavam qualquer tipo de adubação, entre 1960 e 80. Este crescimento do número de estabelecimentos que realizavam adubação foi acompanhado de aumentos da importância da adubação química, em detrimento da orgânica.

Quadro 7 - Utilização de tratores e arados nos estabelecimentos agropecuários de Jaboticabal - 1940-80

Anos	Tratores			Aradosde aiveca		Arados de disco	
	número	número/ mil ha	% estabelec. c/ tratores	número	% estabelec. c/arado aiveca	número	% estabel. c/ arado disco
1940	10	0,1	0,7	1.667*	74,3	-	-
1950	41	0,5	2,8	1.115	55,5	96	5,1
1960	226	3,5	20,1	628	64,8	260	37,5
1970	532	8,2	40,6	338	30,2	509	40,1
1975	807	12,1	60,4	264	30,1	721	58,2
1980	1.026	15,0	63,3	83	10,7	607	57,9

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários, diversos números

* O Censo de 1940 não especifica o tipo de arado (se de aiveca ou de disco). Preferiu-se considerar todos eles como arados de aiveca, superestimando assim esta informação.

Em 1960, 34,9% dos estabelecimentos usavam adubação química, 25,7% químico-orgânica e 12,0% orgânica. O primeiro valor elevou-se para 66,6% em 1980, o segundo caiu até 1975 e se elevou a partir daí, atingindo 24,5% em 1980 e o terceiro caiu até atingir 3,1% no final do período. A elevação da porcentagem dos estabelecimentos que realizavam adubação químico-orgânica nos últimos 5 anos da análise (1975-80) novamente se deve a mudanças ocorridas na cultura da cana-de-açúcar, pois nos últimos anos a vinhaça (resíduo da produção do açúcar e álcool) vem sendo utilizada como adubo orgânico, não sendo despejada totalmente nos cursos d'água, mesmo porque esta ação passou a sofrer maior fiscalização.

Quadro 8 - Percentual de utilização de fertilizantes e calcário nos estabelecimentos agropecuários de Jaboticabal - 1960-80

Anos	% Estabelecimentos que Realizam Adubação				% estabel. que realizam calagem
	de qualquer tipo	química	orgânica	química orgânica	
1960	72,6	34,9	12,0	25,7	4,0
1970	86,0	65,0	10,1	24,9	33,8
1975	88,6	73,7	3,4	11,5	53,7
1980	94,2	66,6	3,1	24,5	59,4

Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários, diversos números

A prática de calagem também se generalizou, aumentando de 4,0% para 59,4% a porcentagem de estabelecimentos que realizavam esta prática entre 1960 e 1980, conforme o Quadro 8.

A utilização intensificada de técnicas químico-biológicas contribui para aumento do rendimento cultural das culturas do município, especialmente do amendoim, cana, milho, algodão e soja. No caso da cana, a evolução foi a seguinte: 9 toneladas por hectare em 1940, 46 t/ha em 50, 50 t/ha em 60, 57 t/ha em 70 e 78 t/ha em 1980 (FIBGE, diversos anos).

O aumento das inversões em técnicas mecânicas (tratores, arado, etc.) e técnicas químico-biológicas (fertilizantes, defensivos, sementes, etc.) resultou em alterações na composição do capital empregado na agricultura do município, perdendo importância a participação dos salários agrícolas. Assim, enquanto que em 1940 os salários representavam cerca de 75% das despesas dos estabelecimentos, em 1980 este valor havia se reduzido para aproximadamente 25%. Ao mesmo tempo, as despesas com fertilizantes, defensivos, sementes, etc., passaram, no mesmo período, de cerca de 8% das despesas totais para próximo a 27% (FIBGE, diversos anos).

Portanto, as transformações ocorridas na técnica empregada na agricultura do município levaram a um aumento da participação do capital constante e diminuição da importância relativa do capital variável. A produtividade bruta do trabalho aumentou, já porque o crescimento do emprego de máquinas diminuiu a necessidade de trabalhadores por hectare, já porque a elevação do uso de técnicas químico-biológicas e algumas mecânicas (irrigação, aração mais profunda, etc.) fez com que crescesse o rendimento por hectare das principais culturas do município.

3.3.1. Técnicas Usadas na Cana-de-Açúcar

Dada a importância que a cultura da cana-de-açúcar assume no município de Jaboticabal, resolveu-se abrir este sub-item procurando caracterizar mais pormenorizadamente a evolução técnica desta cultura, principalmente em sua colheita, sendo utilizadas especialmente informações obtidas de entrevistas realizadas com proprietários rurais e trabalhadores do município.

A cultura da cana-de-açúcar caracteriza-se por apresentar em seu ciclo duas fases distintas no que se refere à utilização da mão-de-obra; uma delas a safra, onde a necessidade de mão-de-obra se mostra consideravelmente maior que na outra fase, a entressafra. Nesta se realizam operações como o preparo do solo, plantio e tratos culturais que, de maneira geral, são feitos com utilização intensa de mecanização^{*/}. Já na safra a mecanização é menor, com a operação do corte de cana sendo realizada, na grande maioria das vezes, de forma manual. Isto pode sugerir que, ao longo dos anos, a modernização do cultivo da cana-de-açúcar foi parcial, tendo ocorrido incidência efetiva de progresso técnico e ganho na produtividade apenas na fase da entressafra e não durante a safra. Assim, enquanto na primeira fase a necessidade de mão-de-obra diminuiria, na segunda, a necessidade de mão-de-obra se manteria ou mesmo seria aumentada pelos ganhos em termos de rendimento cultural, que obriga a utilização de maior número de cortadores. Como se verá a seguir, esta idéia não é correta, tendo havido

^{*/} Na realidade a operação do plantio ainda é realizada com emprego de grande número de trabalhadores.

grande aumento de eficiência do trabalhador no processo de colheita da cana, tanto no corte propriamente dito, como no carregamento do produto para ser transportado para as usinas.

No início da década de 50 a quase totalidade das operações da cana era realizada manualmente ou com auxílio de tração animal. A cana era colhida crua (sem queimar) numa operação conjunta de cortadores e carregadores. O cortador "levava" 3 a 4 ruas da cultura por oito de serviço, cortando a cana, limpando-a das palhas e a depositando no chão em forma de pequenos feixes amarrados. Os carregadores (4 em cada caminhão ou carreta) pegavam os feixes, punham-nos às costas, subiam uma escada e depositavam o produto colhido no caminhão ou carreta receptadora.* /

Já neste período (início de 50) a sazonalidade de mão-de-obra se mostrava presente na cultura da cana-de-açú car. Conta um ex-carregador entrevistado (hoje ele se encontra inválido) que após a colheita, a necessidade de mão-de-obra diminuía acentuadamente na lavoura de cana. Era comum os cortadores e carregadores de cana - que na quase totalidade moravam nas fazendas - se dedicarem, na fase da entressafra, ao cultivo de culturas de subsistência em áreas cedidas em parceria pelos fazendeiros, ao mesmo tempo que ficavam disponíveis para trabalharem em troca de diária nas culturas principais (cana e café, principalmente), quando isto se mostrava necessário.

* / O carregamento da cana era tido como um dos serviços mais duros na lavoura. Os trabalhadores costumam relatar casos de pessoas que se tornaram inválidas realizando esta operação.

O crescimento do setor canavieiro no Estado de São Paulo, com a ampliação da capacidade das agroindústrias, estimulou o aumento da eficiência na operação de colheita do produto. Era necessário que chegasse às moendas das usinas maior volume de cana cortada. No início da década de 60 os canaviais começaram a ser queimados, fazendo com que o cortador não mais precisasse limpar as palhas da cana cortada e facilitando o deslocamento no interior da cultura. Dessa forma, aumentou-se o rendimento diário do trabalhador cortador, sendo que numerosos relatos dão conta que o rendimento foi dobrado.

"A gente cortava 2,5 toneladas por dia. Com a cana queimada dava para cortar 5 a 6 toneladas/dia".

No início dos anos 70 outra inovação começou a ser verificada na colheita da cana, com a introdução da carregadeira mecânica que, eliminando os carregadores braçais, aumentou ainda mais o rendimento do trabalho. Já então o cortador não precisava deixar a cana cortada em feixes, mas a depositava no chão em leiras contínuas, pois a "boca" da carregadeira passou a fazer o serviço de amontoamento do produto colhido. Também a largura do eito do trabalhador havia passado de 3 para 5 ruas, facilitando o processo de carregamento mecânico do produto.

O efeito destas várias inovações sobre a eficiência da colheita de cana é assim descrito por AZZI(1972:2): "no caso de emprego do sistema de carregamento manual de canas enfeixadas, o rendimento físico médio do trabalho de corte situa-se em torno de 3 toneladas por homem-dia. Com o emprego das máquinas carregadeiras e conseqüente queima dos canaviais,

a operação de corte se reduz a um golpe de facão na base do colmo, para separá-lo do solo, e outro na ponta, para separá-lo da folhagem. Nessas condições, o rendimento físico do trabalho de corte aumenta para 7 t/HD, em média. Considerando-se a operação conjunta de corte e carregamento, a introdução da carregadeira mecânica veio proporcionar uma eficiência física do trabalho que supera, no cômputo geral, a 10 vezes o processo manual".

A carregadeira aumenta a produtividade do trabalho na colheita, mas apresenta o problema de prejudicar a qualidade do produto colhido. No carregamento manual, não ocorre revolvimento do solo e as canas vão bastante limpas para as usinas. Já a máquina, ao juntar a cana cortada através de rastelamento mecânico, revolve a terra que adere ao produto colhido. Isto traz problemas ao setor industrial, pois implica em aumento nos custos pela instalação de sistemas de lavagem da cana, além do que a presença de terra desgasta peças das usinas, especialmente as moendas, e prejudica o rendimento industrial do açúcar e álcool (MONTEIRO et alii, 1983).

As alterações técnicas na colheita da cana-de-açúcar culminaram com a introdução do sistema de corte de 7 ruas na safra de 1983. Com essa mudança, além de aumentar a largura do eito do cortador em 2 ruas, as usinas que a instituíram exigiam que a cana cortada fosse depositada no chão em forma de montes ou "bandeiras" e não mais em leira contínua. Com isto o serviço de rastelamento mecânico feito pela carregadeira de cana é facilitado, reduzindo-se a quantidade de terra aderida ao produto colhido, o que por sua vez diminui os custos industriais, especialmente os de lavagem do produto, e aumenta o rendimento industrial no processamento do açúcar e ál

cool. Na parte agrícola o novo sistema também traz vantagens, pois a carregadeira e o caminhão receptor do produto colhido têm que passar menos vezes nos talhões, economizando combustível e diminuindo as injúrias às soqueiras, com isso propiciando o aumento no rendimento cultural da cana. Os ganhos gerais em termos de rendimento industrial e agrícola compensam uma eventual queda localizada no rendimento do trabalho na operação de corte em 7 ruas, estimado em torno de 20% (GEBARA & BACCARIN, 1983). Os efeitos da instituição das 7 ruas sobre os trabalhadores são discutidos no item 4.2. do próximo capítulo e as reações dos trabalhadores a este sistema no item 5.2.1.

Portanto, a colheita da cana passou por uma série de mudanças técnicas que tenderam a aumentar a produtividade do trabalho, seja na operação do corte de cana em si, seja no setor produtor de açúcar e álcool como um todo. A modernização da cultura não foi parcial ao longo do seu ciclo, pois assim como diminuíram as necessidades de mão-de-obra na fase de entressafra com a introdução de tratores, as alterações na colheita, especialmente pela utilização da carregadeira mecânica e da queimada, também tiveram efeito no mesmo sentido, embora a intensidade possa ter sido diferente.

3.4. População e Relações de Trabalho na Agricultura de Jaboticabal

A série de transformações pelas quais passou a agricultura do município de Jaboticabal teve implicações diretas sobre a distribuição da população local. Como pode ser

visto no Quadro 9, entre 1940 e 80, enquanto a população urbana aumentava em valor absoluto e em termos relativos, a população rural apresentava tendência contrária. Em 1940, 59,4% da população do município morava no setor rural e 40,6% no setor urbano; em 1980, o primeiro valor havia se reduzido para 12,7% e o segundo aumentado para 87,3%.

De 1940 a 1950, a população rural do município diminuiu em mais de 4.000 pessoas, bem mais do que a diminuição verificada na década seguinte. Provavelmente esta queda se relaciona à já referida substituição da cultura cafeeira por pastagens, o que reduziu a necessidade de mão-de-obra na agricultura local. Nesta década, inclusive, a população como um todo do município diminuiu, indicando a ocorrência de migração para outras regiões. O município ainda sentia os efeitos da crise da cultura cafeeira.

Quadro 9 - População rural urbana e total no município de Jaboticabal, período 1940-80*

Anos	Popul. Rural		Popul. Urbana		Popul. Total	
	número	%	número	%	número	%
1940	17.664	59,4	12.079	40,6	29.743	100
1950	13.313	48,3	14.252	51,7	27.565	100
1960	13.162	39,0	20.610	61,0	33.772	100
1970	9.187	23,7	29.592	76,3	38.779	100
1980	5.958	12,7	41.044	87,3	47.002	100

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos, diversos números

* Os dados do Censo permitiram separar desde 1940 a população da área ocupada atualmente pelo município de Jaboticabal.

De 1950 a 1960 a população rural pouco diminuiu em termos absolutos, (151 pessoas) embora a diminuição relativa tenha sido considerável (9,3%). Nesta década a atividade pecuária perde importância em favor das atividades agrícolas, o que contribui para retenção da população no meio rural. A partir de 1960 a queda da população rural, tanto em termos absolutos quanto relativos, se acentua e este fato provavelmente se relacione com as alterações verificadas na base técnica da agricultura local, tendo ocorrido aumento do capital constante e diminuição da necessidade da mão-de-obra por hectare cultivado.

Acompanhando a diminuição da população rural, as relações de trabalho encontradas na agricultura do município vão se alterando. O colonato, ao longo do tempo, sofre uma série de transformações, a parceria em determinada fase ganha importância e, finalmente, o assalariamento monetário passa a predominar na agricultura de Jaboticabal. Os relatos dos trabalhadores e proprietários rurais entrevistados costumam considerar o final da década de 1950 e início de 1960 como marco nas alterações das relações de trabalho locais, quando o colonato e a parceria são suplantados pelo assalariamento monetário exclusivo.

As alterações nas relações de trabalho no município ficam bem detalhadas no relato de um trabalhador de 63 anos, dos quais mais de 50 passados na região.

Sua família veio para a região trabalhar como colonos em uma fazenda de café. No contrato com o proprietário ficava estipulado que a família cuidaria de determinado número de pés de café, realizando os tratos culturais e a colheita, recebendo em troca um salário monetário. Também podia-se

utilizar as entrelinhas do café e uma área anexa à cultura principal onde eram cultivados arroz, feijão e milho destinados à subsistência da família e ao trato de alguns animais.

Praticamente toda a família participava dos serviços agrícolas, especialmente na colheita do café, quando a necessidade de braços aumentava. Os serviços eram realizados quase todos "na base da enxada", normalmente, ou com auxílio de tração animal.

Embora os colonos não passassem necessidades em termos de alimentação, quase não lhes sobrava dinheiro para adquirir bens de consumo. "A gente era pobre, mas vivia com fartura".

Com a perda de importância do café, este trabalhador passou a trabalhar em diferentes culturas, especialmente no algodão. Nesta cultura predominavam os contratos de parceria, com o parceiro recebendo a meia ou a terça parte da produção.

De maneira geral o que parece ter acontecido, após a crise do café, é que uma parcela de colonos se transformou em parceirose outra parcela (certamente em menor número) conseguiu tornar-se proprietária rural pela compra de lotes de antigas fazendas de café. Não que o colonato de imediato tenha desaparecido da agricultura do município; ele é ainda encontrado na década de 50 em fazendas remanescentes de café e também em fazendas de cana, embora já bastante transformado e tendendo a se tornar uma relação de assalariamento monetário exclusivo.

Voltando ao relato do trabalhador entrevistado: em 1960 sua família veio para a cidade de Jaboticabal. Já en

tão o trator era usado com maior intensidade nas operações agrícolas e os proprietários passaram a dificultar o acesso à terra para as culturas de subsistência. As relações puramente monetárias entre proprietários rurais e trabalhadores tenderam a prevalecer, evidenciando que se tornava mais econômico o pagamento de salário monetário do que a cessão de terra para o trabalhador garantir parte de sua subsistência.

Este trabalhador, após ter vindo para a cidade, trabalhou em empregos no setor urbano e também como bóia-fria pegando caminhão de turma. Nos dias de hoje, embora morando no meio urbano, ele continua a trabalhar no meio rural, não mais como volante, mas sim como trabalhador permanente.

Já outros ex-colonos e ex-parceiros deslocados do meio rural para a cidade continuam a trabalhar como volantes, constituindo a maior parte do contingente de bóias-frias do município.

Com o acirramento da expansão da cultura da cana-de-açúcar observado na década de 70, a importância do assalariamento monetário aumenta ainda mais na agricultura do município. O crescimento da área plantada com cana foi acompanhado de um processo de concentração da posse e da propriedade da terra, com os pequenos proprietários sendo pressionados a venderem ou cederem suas terras em arrendamento ou parceria para os grandes fornecedores ou para as usinas. É na década de 70 que, como já discutido, a área média dos estabelecimentos aumenta de 87,2 ha para 141,3 ha, resultado da diminuição de seu número de 748 para 485. (a nota do rodapé da pg. 53 é válida aqui).

Os proprietários rurais que perdem suas terras para os empresários da cana-de-açúcar dificilmente se proletam

rizam. Com o dinheiro adquirido da venda de suas terras, alguns compram propriedades agrícolas em regiões de fronteira, onde o preço da terra é mais barato e outros passam a viver de rendas ou pequenos estabelecimentos comerciais instalados no meio urbano. Entretanto, a expansão da cultura da cana-de-açúcar, do,omiomdp a "classe média" rural representada por pequenos produtores de alimentos e parceiros, evidencia no campo a dicotomia de duas classes sociais: a dos grandes proprietários, de um lado e a do proletariado, de outro. Nesta última a maior parte se constitui de bóias-frias.

Os dados dos Censos Agropecuários servem para confirmar as alterações ocorridas nas relações de trabalho na agricultura do município.

Nos Quadros 10 e 11 são apresentadas respectivamente a evolução da distribuição do número e da área dos estabelecimentos de acordo com a qualidade do responsável pela exploração. Observa-se que, em 1940, a importância dos parceiros e arrendatários era considerável, sendo que ocupavam 28,2% do número de estabelecimentos e 10,1% da área total.

De 1940 em diante a participação dos parceiros e arrendatários na administração dos imóveis diminui em relação à dos proprietários rurais até 1960, no que refere à porcentagem de área ocupada e até 1970, no que refere à porcentagem do número de estabelecimentos. Na década de 70, a participação relativa dos parceiros e arrendatários cresce acentuadamente, tanto no número de estabelecimentos quanto na área, especialmente nesta última.

Os dados censitários sugerem a ocorrência de

Quadro 10 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários pela qualidade do responsável pela exploração 1940-80

Anos	Qualidade do Responsável pelo Estabelecimento					
	Proprietário		Arrend. e parceiros		Outros	
	número	%	número	%	número	%
1940	1.011	71,7	398	28,2	1	0,1
1950	826	71,2	274	23,6	60	5,2
1960	592	85,4	93	13,4	8	1,2
1970	659	88,1	88	11,8	1	0,1
1975	472	85,0	80	14,4	3	0,5
1980	368	75,9	116	23,9	1	0,2

Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários, diversos números

Quadro 11 - Distribuição da área dos estabelecimentos pela qualidade do responsável pela exploração 1940-80

Anos	Qualidade do responsável pelos estabelecimentos					
	Proprietário		Arrend. e parceiros		Outros	
	número	%	número	%	número	%
1940	83.289	89,9	9.349	10,1	30	0,0
1950	70.459	89,9	7.001	8,9	906	1,2
1960	61.215	94,0	3.571	5,5	342	0,5
1970	61.193	93,8	3.996	6,1	29	0,0
1975	57.535	86,8	8.991	13,5	114	0,2
1980	52.951	68,3	24.538	31,7	33	0,0

Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários, diversos números

uma reversão na tendência de evolução da administração dos estabelecimentos rurais em Jaboticabal, com a parceria voltando a ter papel importante na sua agricultura. Entretanto, estes dados devem ser melhor qualificados, sendo que os atuais parceiros da agricultura de Jaboticabal em nada se assemelham aos antigos parceiros do algodão ou pequenos produtores de alimentos. Os atuais arrendatários ou parceiros são, em sua maior parte, as usinas de açúcar e álcool, que alugam as terras dos pequenos proprietários e têm total controle sobre a administração da área.^{*/} O passo seguinte desta relação de "parceria" entre usina e pequeno proprietário, muitas vezes, é a compra das terras deste por aquela.

Uma evidência de que os atuais parceiros e arrendatários não se assemelham aos parceiros de 1940 pode ser conseguida pela análise de sua participação na área e no número de estabelecimentos. Em 1940, a participação relativa dos parceiros e arrendatários na área era de 10,1%, bem menor do que a participação no número de estabelecimentos, de 28,2%. Já em 1980 os parceiros e arrendatários exploravam 31,7% da área dos estabelecimentos, embora detivessem o controle de somente 23,9% de seu número. Neste mesmo ano a área média dos estabelecimentos sob arrendamento ou parceria era de 211,5 ha, acima da área média dos estabelecimentos dos proprietários que era de 143,9 ha. Isto sugere que grande parte dos atuais parceiros são as usinas de açúcar e álcool, plantadoras de gran

^{*/} Embora de fato a relação entre usinas e pequenos proprietários seja de arrendamento, na aparência legal ela surge muitas vezes como contrato de parceria, de forma que os descontos do Imposto de Renda sejam menores para os proprietários da terra.

des lavouras de cana-de-açúcar.

Por fim pode-se analisar, através do Quadro 12, a evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do município, no período 1940-80. De 1940 a 1950 o pessoal ocupado na agricultura diminui em mais de 4.000 pessoas, tendo decrescido principalmente o número de empregados permanentes. Em parte este decréscimo se deve à mudança de critério entre os 2 Censos, pois em 1940 a determinação dos permanentes era feita de maneira diferente e provavelmente englobava os parceiros. Observe-se que, enquanto em 1940 nenhum parceiro foi levantado nos estabelecimentos de Jaboticabal, em 1950 já foram constatados 1.352 parceiros. Entretanto, a explicação mais plausível é de maior importância para esta queda é a substituição do café pela pecuária observada na década e que teve um efeito maior sobre o pessoal assalariado (colonos) do que sobre a categoria responsável e membros não remunerados da família, cujo número também caiu, mas com menor intensidade.

A partir de 1950 duas tendências se tornaram nítidas na agricultura de Jaboticabal. A primeira é a perda de importância dos responsáveis e membros não remunerados, que passaram de 42,1% em 1950 para 15,8% do pessoal ocupado em 1980. Já os assalariados (permanentes + temporários) aumentaram sua participação no pessoal ocupado, passando de 46,2% em 1950 para 83,4% em 1980.

Entre os assalariados, o temporário vem ganhando importância ao longo dos anos, passando de 7,9% do pessoal ocupado em 1950 para 54,5% em 1980, representando na atualidade mais da metade da força de trabalho empregada na agricultura.

Quadro 12 - Distribuição do pessoal ocupado por categoria na agricultura do município de Jabotica-
bal, período 1940-80

Anos	Categorias de Pessoal Ocupado							
	Resp. e membros n remun. família		empregado permanente		empregado * temporário		parceiros + outros	
	número	%	número	%	número	%	número	%
1940	3.570	33,1	7.086	65,7	137	1,3	-	10.793
1950	2.622	42,1	1.760	28,3	492	7,9	1.352	21,7
1960	2.264	21,9	1.649	16,0	4.935	47,7	1.490	14,4
1970	1.464	38,7	1.573	41,6	728	19,3	14	0,4
1975	1.241	26,3	1.842	39,0	1.435	30,4	208	4,4
1980	1.165	15,8	2.136	28,9	4.020	54,5	58	0,8
								7.379

Fonte: FIBGE Censos Agropecuários, diversos números

* A partir de 1970, o número de trabalhadores temporários foi calculado pela soma dos valores de
clarados em 31/12 pelos proprietários rurais, mais o número de trabalhadores estimados dividin-
do-se o gasto com empreitada pelo salário médio dos trabalhadores.

ra do município. Assim, fica evidenciado que na "fase cana
vieira", a agricultura do município de Jaboticabal teve aumen
tado grandemente o número de bóias-frias.

Os parceiros e outros tiveram sua participação
relativa diminuída - até 1970 e depois apresentaram pequena re
cuperação, sem atingir, entretanto, os níveis anteriormente ob
servados em 1950 e 60.

Um comentário merece ser feito sobre os dados
de 1960, que fogem das tendências da evolução das categorias
do pessoal ocupado, observadas de 1950-80. O que distoa neste
ano é o grande número de trabalhadores temporários recenseados,
4.935 pessoas ou 47,7% do pessoal ocupado. Uma provável expli
cação para isto pode ser encontrada na data de referência para
a coleta de informações sobre o número de temporários: enquan
to em 1960, esta data era primeiro de setembro (período coïn
cidente com a safra de cana) a partir de 1970 esta data passou
a ser 31 de dezembro, período de entressafra, quando a utiliza
ção de temporários é consideravelmente reduzida. Daí a queda
do número de temporários de 1960 para 1970. De qualquer for
ma, o grande número de trabalhadores temporários observados em
1960 serve como evidência de que o Estatuto do Trabalhador Ru
ral (ETR) teve pequeno efeito na geração do bóia-fria, posto
que sua implantação só ocorre posteriormente, no ano de 1963.

O Quadro 12 revela também que durante a década
de 1970 ocorreu aumento de emprego no meio rural de Jabotica
bal, tendo o pessoal ocupado passado de 3.779 para 7.379 pes
soas. Entre 1970-75 o emprego cresceu à taxa de 5% ao ano e

entre 75-80 a 11% ao ano.^{*/} Este fato está associado à expansão da cultura canavieira que, da mesma forma que o crescimento do número de empregos, foi maior no segundo quinquênio da década.

Interessante é que, enquanto o emprego rural crescia na década de 70, a população rural decrescia (vide Quadro 9), fazendo com que no ano de 1980 o pessoal ocupado na agricultura superasse a população do setor. Isto mostra que grande parte dos trabalhadores rurais do município (os bóias-frias e mesmo trabalhadores permanentes) moravam no setor urbano.

^{*/} O crescimento entre 70 e 75 deve ser visto com muito cuidado, pois em 70 os dados do Censo não permitiram calcular o número de trabalhadores temporários através do gasto com emreitada (vide observação do Quadro 12). Este aumento no emprego de 70 a 75, portanto, está muito influenciado por esta mudança de critério.

4 - O MERCADO DE TRABALHO VOLANTE A AS CARACTERÍSTICAS ATUAIS DOS BÓIAS-FRIAS

Nesta parte as principais informações foram obtidas de dados primários relativos a 50 questionários levantados junto a bóias-frias em agosto de 1983. Os objetivos destes questionários eram caracterizar as condições de vida e de trabalho dos volantes, além de se tentar captar informações sobre a percepção dos trabalhadores sobre sua realidade e dos níveis de organização desta categoria social.

Procurou-se seleccionar trabalhadores de diferentes bairros da cidade, de diferentes locais de trabalho e de diferentes culturas. No final do levantamento, observou-se que a maior parte dos volantes (42) trabalhava na cultura da cana e uma parte menor (8) na cultura da laranja, porque o

período em que foi feito o levantamento coincidiu com a safra dessas duas culturas.

Dos 42 bóias-frias que trabalhavam na cana, 2 se dedicavam à catação das sobras após a colheita, 2 ao arranquio de colonião das entrelinhas da cultura e 38 ao serviço de corte. Destes, 7 trabalhavam em engenhos, 16 em usinas de açúcar e álcool e 15 em fornecedores.

Feita a classificação dos 50 questionários iniciais, alguns trabalhadores foram selecionados para serem acompanhados pelo período de um ano (até agosto de 1984) com entrevistas periódicas, procurando-se aprofundar algumas informações obtidas inicialmente e também ter noção mais efetiva das variações das condições de trabalho e de vida do bóia-fria ao longo do ano. Tentou-se acompanhar mais de perto a instabilidade de trabalho do bóia-fria, especialmente entre o período de safra e entressafra.

Dos trabalhadores selecionados para o acompanhamento, um inicialmente se dedicava ao arranquio de colonião, 8 se dedicavam ao corte de cana, sendo um em engenho, 3 em usinas e 4 em fornecedores e 2 se dedicavam à colheita de laranja. Ao todo foram 11 trabalhadores acompanhados com 6 entrevistas bimensais.

Das seções que se seguem, a 4.1. descreve o mercado de trabalho volante e os tipos de contratação dos bóias-frias, a 4.2. refere-se às condições de trabalho e a 4.3. trata da procedência, da família e das condições de vida.

4.1. O Mercado de Trabalho Volante e as Formas de Contratação dos Bóias-Frias

Como já descrito anteriormente, na DIRA de Ribeirão Preto ocorre uma tendência das sub-regiões se especializarem em determinados produtos. Assim, por exemplo, próximo à cidade de Bebedouro localizam-se as firmas produtoras de suco de laranja e a área agrícola tendeu a se especializar na produção citrícola. Já o município de Jaboticabal, que conta atualmente com 2 usinas de açúcar e álcool, uma destilaria de álcool e 2 aguardenteiras, situa-se na área que se especializou na cultura da cana.

Tanto a colheita da cana-de-açúcar quanto a da laranja, que se estendem basicamente de maio a outubro, são realizadas, quase que totalmente, de forma manual. Por isso, a necessidade de mão-de-obra é muito grande nesta fase, sendo utilizado grande contingente de trabalhadores volantes.

Já nas operações de preparo do solo, plantio e tratos culturais, realizadas na entressafra, a necessidade de mão-de-obra é bem menor em relação à safra, pelo fato destas operações apresentarem, de maneira geral, maiores índices de mecanização. A entressafra engloba, aproximadamente, os meses de novembro a abril.

Em decorrência, enquanto na entressafra se acentua o excedente de mão-de-obra, na safra o aumento da demanda por força de trabalho, agravado pela coincidência das colheitas da cana e da laranja, provoca inclusive certa tendência de escassez de mão-de-obra na região. Na prática esta escassez não chega a se confirmar posto que, especialmente para "faze

rem a safra" de cana, vêm para a região migrantes sazonais, provenientes em grande parte do norte de Minas Gerais, mas também do sul da Bahia e, mais recentemente, do norte de Goiás. Esses migrantes são genericamente chamados de "mineiros".

A variação durante o ano na demanda por mão-de-obra nas regiões da laranja e da cana tende a se acentuar à medida que estas culturas expandem suas áreas, substituindo culturas anuais como milho, amendoim e algodão. Estas têm os seus ciclos produtivos coincidentes com a entressafra da cana e da laranja e, desta forma, serviriam como fonte de emprego para os volantes dispensados ao final da safra da cana e da laranja. Entretanto, como suas áreas tendem a diminuir, também diminui esta possibilidade de emprego.

Na literatura o mercado "típico", por assim dizer, de trabalhadores volantes tem sido apresentado como se caracterizando pela instabilidade e informalidade de vínculos de emprego, com o empreiteiro individual ocupando papel fundamental na organização deste mercado. Como se discutirá a seguir, na região de estudo, estas características são encontradas predominantemente no período de entressafra. Já no período da safra de cana e laranja, o mercado de trabalho volante se apresenta mais estável e formal, com o empreiteiro individual sendo substituído, na maior parte das vezes, pela contratação direta ou pela contratação via firmas de empreita de mão-de-obra.

Na colheita da cana-de-açúcar, pode-se observar, na região de Jaboticabal, quatro formas de contratação de mão-de-obra.

Ainda persiste, com importância reduzida, o em

preiteiro individual "típico" que agencia os serviços de sua turma junto a pequenos fornecedores, detentores de pequenas áreas de cana, colhidas em um curto período de tempo. As turmas desses empreiteiros "típicos", durante a safra, realizam também atividades auxiliares à colheita, como a "catação" da cana (operação referente ao recolhimento de restos de cana cortada e não transportada) cujo pagamento é feito através de diária fixa. Desta forma, são usados nesta operação trabalhadores menos produtivos - como alcóolatrás, velhos e menores - que não conseguem atingir a remuneração mínima no corte da cana, onde o pagamento é realizado por tarefa.

Outra forma de contratação é feita através de firmas de empreita de mão-de-obra, pessoa jurídica, com personalidade própria que contrata formalmente a mão-de-obra, assumindo ela própria os encargos trabalhistas. Essas firmas de empreita resumem-se a meros escritórios, não tendo caminhões próprios para o transporte de turma. O que fazem é contratar trabalho com os produtores e repassar a empreiteiros individuais que arregimentam, fiscalizam e transportam a mão-de-obra.* /

Muitas vezes a legalidade dos contratos destas firmas é apenas aparente. Têm surgido denúncias de que elas mantêm somente pequena parcela de trabalhadores registrados e quando acontece algum problema com qualquer trabalhador, como um acidente de trabalho, tratam rapidamente de registrá-lo, mantendo a aparência legal.

* / Estes empreiteiros individuais, na entressafra, passam a trabalhar autonomamente, não mais vinculados às firmas de empreita.

A contratação de firmas de empreita não diminui o custo social da mão-de-obra ou de direitos trabalhistas para o proprietário, já que eles são repassados aos preços cobrados pela firma. A vantagem da utilização da firma de empreita é que o proprietário se vê livre do gerenciamento da turma o que, por outro lado, torna menor seu controle sobre a mão-de-obra.

Uma terceira forma de contratação dos cortadores de cana é a que se estabelece entre proprietários rurais e os "mineiros". No início desta pesquisa sabia-se da utilização dos "mineiros" apenas por uma usina da região, famosa pelos seus barracões de trabalhadores. Com o desenvolvimento do estudo, foi-se percebendo que a utilização dos "mineiros" era muito mais generalizada do que se pensava inicialmente, sendo que número considerável de fornecedores, inclusive pequenos, faz uso deste tipo de mão-de-obra.

Os "mineiros" são migrantes sazonais, que provêm especialmente da região seca do norte de Minas Gerais, onde são pequenos produtores, na sua maior parte. Premidos pelos baixos rendimentos auferidos na região de origem, associados aos problemas da seca, eles vêm "fazer a safra" na região de Ribeirão Preto. Uma parcela desta mão-de-obra aloja-se nas cidades da região - Barrinha e Guariba, especialmente - e suas relações com os empreiteiros e proprietários rurais se assemelham às dos outros volantes da cidade.

Outra parcela, que se quer aqui destacar, aloja-se no interior das unidades produtivas, em barracões improvisados com grande número de moradores, apresentando precaríssimas condições de higiene e conforto. Residentes nas propriedades e com poucos contatos com o meio urbano e com outros tra

balhadores,^{*/} estes migrantes ficam sob forte controle dos proprietários, os quais descumprem grande parte das promessas feitas ao arregimentar esse pessoal, além de exercerem fiscalização severa sobre os seus serviços.

Pelo fato de os "mineiros" residirem nos imóveis rurais, os proprietários contam com maior flexibilidade na utilização da mão-de-obra, seja no ajustamento da jornada de trabalho, seja nos dias trabalhados na semana. Os "mineiros", não tendo que ser transportados, podem mais facilmente começar a trabalhar mais cedo e terminar mais tarde; do mesmo modo que são mais facilmente "estimulados" a trabalharem aos domingos, dependendo das necessidades de cana cortada dos proprietários rurais.

É normal os "mineiros" trabalharem com carteira assinada. Entretanto, costumam apresentar constantes reclamações que ao final da safra são lesados nos acordos com os patrões. Isto porque a pressa de voltar as suas regiões de origem, para o plantio da agricultura de subsistência, deixa pouco tempo para que lutem pelos seus direitos trabalhistas. Também, os poucos contatos no meio urbano dificultam aos "mineiros" terem acesso ao Sindicato de Trabalhadores e à Justiça do Trabalho.

Finalmente, na colheita da cana pode-se constatar o caso em que a contratação dos volantes é feita diretamen

^{*/} Os proprietários costumam manter em suas propriedades um estoque de bens como cigarros e outros artigos, além de realizarem o pagamento só no final do mês, procurando evitar que os trabalhadores se desloquem toda a semana para a cidade.

te pelo produtor, sendo o empreiteiro "absorvido" pelo proprietário. O empreiteiro, que algumas vezes é transformado em empregado do proprietário, continua responsável pela arrecimação, fiscalização e transporte de mão-de-obra volante. Entretanto, não mais exerce controle direto sobre a remuneração do volante, que passa a ser realizada diretamente pelo proprietário rural.*

O contrato de trabalho direto entre volante e proprietário, na maior parte das vezes, é temporário, abrangendo o período da safra, de aproximadamente 6 meses. Do preço pago ao volante por tonelada cortada, uma parcela é retida para ser paga ao final da safra, referente ao 13º salário, férias e indenização. Havendo rompimento do contrato de trabalho antes do término da safra, por parte do trabalhador, este perde o direito às férias e indenização. O contrato também estipula o pagamento do descanso semanal remunerado para aquele trabalhador que estiver presente ao serviço toda a semana, de segunda a sábado. Portanto, o contrato de trabalho é uma for

*/ Apesar da inexistência do controle direto sobre a remuneração dos volantes, tem-se constatado que indiretamente o empreiteiro pode se beneficiar do ganho dos trabalhadores. Uma forma é aquela em que os empreiteiros são proprietários ou fazem acordos com os donos de armazéns e bares, dos quais recebem comissões sobre os gastos efetuados pelos volantes. Outra forma torna-se possível pelo fato dos empreiteiros serem responsáveis pela medição da quantidade de cana cortada; muitas vezes eles subestimam a produção de alguns trabalhadores, repassando a diferença para outros, amigos, parentes ou parentes porventura existentes na turma. Além disso as relações pessoais entre os bóias-frias e empreiteiros costumam ser muito fortes e os primeiros, sempre premidos por necessidades financeiras, tomam dinheiro emprestado dos segundos, pagando elevadas taxas de juros.

ma de "obrigar" os volantes a trabalharem todos os dias durante a safra da cana, oferecendo garantia aos proprietários de fornecimento contínuo de mão-de-obra nesse período.

A necessidade de se garantir o fornecimento da mão-de-obra para a safra faz com que as usinas e mesmo alguns fornecedores comecem a formar as turmas de cortadores cerca de 30 a 40 dias antes do início da colheita, mesmo que nesse intervalo os trabalhadores se dediquem a serviços facilmente dispensáveis. Nas palavras de um trabalhador entrevistado:

"A usina contrata a gente mais de um mês antes do início da safra e põe a gente para capinar amendoim (erva daninha) no meio da cana. Só faz isso para garantir o pessoal na safra".

Algumas usinas chegam mesmo a fazer novos contratos de trabalho com volantes na entressafra, permanecendo os trabalhadores empregados nas propriedades o ano todo, o que significa para essas usinas garantia de fornecimento de mão-de-obra na safra seguinte. O contrato continua sendo semestral, sendo que entre os contratos de safra e entressafra, são dadas "férias" não remuneradas de 15 a 30 dias, aos trabalhadores. Os volantes não adquirem, desta forma, tempo de serviço em seus empregos e convivem com uma situação dúbia, pois, embora possam estar já há 3-4 anos no mesmo emprego, ainda são "temporários".

Na entressafra essas usinas mantêm os volantes ocupados em operações como o plantio de novas áreas de cana, operação que normalmente utiliza contingente razoável de mão-de-obra. Também empregam os volantes na carpa, cuja necessidade de mão-de-obra é intencionalmente aumentada pela menor uti-

lização de herbicidas, em serviços gerais (limpeza de carreadores etc.) e no cultivo de culturas como o amendoim e a soja nas áreas de reforma da cana.

A manutenção das turmas fixas pelas usinas é possibilitada pela adequação de operações na entressafra (menor utilização de herbicidas, por exemplo) e também pelo fato de que a expansão acelerada da área de cana chega a estender o período da colheita para 7 ou 8 meses. Desta forma, diminui a sazonalidade de necessidade de mão-de-obra torna-se viável a contratação das turmas fixas.

A manutenção das turmas fixas garante maior segurança no fornecimento de mão-de-obra para a colheita, melhor qualificação do volante pela repetitividade das operações agrícolas, controle maior sobre os bóias-frias e maiores possibilidades de selecionar os trabalhadores mais produtivos e menos contestadores, além de melhorar as condições de reprodução da força de trabalho, implicando na elevação da produtividade da mão-de-obra.

As turmas fixas não são encontradas genericamente em todas as usinas; pelo contrário, tendem a ser encontradas apenas nas agroindústrias mais eficientes e organizadas. A turma fixa revelaria uma nova fase na administração da mão-de-obra ou na exploração da força de trabalho pelas agroindústrias de açúcar e álcool, fase esta em que as empresas começam a pensar em medidas de promoção humana, como a distribuição da comida balanceada e quente e suplementação alimentar com leite de soja, por exemplo, com a finalidade de tornar o trabalhador mais produtivo e, em consequência, aumentar os lucros da empresa. Frise-se que isto deve ser encarado muito mais como uma tendência incipiente, constatada em pequeno número de empre

sas, do que como regra geral que atingisse a maior parte dos bóias-frias.

Na cultura da laranja, as turmas fixas não são constatadas. Isto porque são as indústrias de suco que administram a colheita do produto, ao passo que os pomares não são normalmente de sua propriedade. Elas utilizam a mão-de-obra volante somente para a colheita da laranja.

No mercado de apanhadores de laranja o que predomina é a contratação direta dos volantes ou através das firmas de empreita, com os trabalhadores tendo as carteiras de trabalho assinadas pelo período da safra, que também se estende por aproximadamente 6 meses.

No período de safra da cana e da laranja, quase todos os volantes do município são empregados nestas duas culturas. Uma pequena parcela de trabalhadores, normalmente menos produtivos, se dedica a serviços esporádicos e gerais como limpeza de brejos, arranquio de colônia, etc. Neste caso são agenciados por empreiteiros individuais, não têm a carteira de trabalho assinada e, conseqüentemente, não recebem os direitos trabalhistas.

De maneira geral, o que ocorre nas safras de cana e laranja é a contratação mais formal e estável dos volantes, inclusive com o empreiteiro individual perdendo importância em favor da contratação direta ou da contratação via firmas empreiteiras de mão-de-obra, permitindo melhor controle e segurança de fornecimento da força de trabalho aos proprietários rurais e industriais. Esta segurança é importante, dado o aumento da demanda por mão-de-obra utilizada simultaneamente nas colheitas da laranja e da cana, o que acirra a disputa pe

la força de trabalho.

Além disso, não se pode esquecer a vinculação da produção agrícola da cana e da laranja às agroindústrias de açúcar e álcool e de suco. Estas necessitam de um fornecimento contínuo da matéria-prima - sob o risco das máquinas ficarem paradas -, de maneira que a melhor organização dos cortadores de cana e dos apanhadores de laranja torna-se indispensável ao bom andamento das indústrias.

"Importa assinalar, particularmente quando nos ocupamos em analisar o processo de trabalho, que na relação de mútua dependência entre estes dois setores (agrícola e industrial) predomina a indústria. Não se trata de uma influência formal ou claramente explicitada, isto é, o modo de organização do sistema industrial não determina como os trabalhadores devem ser agregados ou distribuídos nas operações agrícolas, mas o que a usina faz é determinar as condições, especificações e ritmos com que necessita receber a matéria-prima, condicionando assim o planejamento que deve ser realizado obedecendo estes parâmetros" (FLEURY et alii, s.d.:10). "O que temos observado é que quanto às empresas agroindustriais oligopolizadas (agroindústrias canavieiras), o desenvolvimento que se processa tem levado a que assumam mais diretamente o controle de todo o processo produtivo, com a mecanização e o gerenciamento da parte agrícola, instaurando o controle direto sobre o trabalho" (BARBAN, s.d.:1).

Ao final das safras de cana e de laranja ocorre mudança brusca no mercado de mão-de-obra volante. Como já dito anteriormente, algumas usinas tendem a manter a maior parte dos seus cortadores empregados no período da entressafra, pa

gando diária menor do que a remuneração obtida durante o corte de cana. Entretanto, outras usinas e os fornecedores dispensam grande parcela da mão-de-obra empregada na colheita, de forma que somente pequena porcentagem de volantes consegue manter o emprego nas propriedades em que trabalham durante a safra.

Aos trabalhadores dispensados pelos produtores de cana juntam-se os trabalhadores dispensados da colheita da laranja, engrossando assim o excedente de mão-de-obra no mercado de trabalho volante.

Esse excedente de mão-de-obra, como já descrito anteriormente, é acentuado pelo fato de que a expansão das culturas da cana e laranja diminui a área plantada com outras culturas como algodão, milho e amendoim, que utilizam a mão-de-obra volante no período que coincide com as entressafras da cana e laranja.

As atividades que geram emprego na entressafra são as capinas de diversas culturas, serviços gerais (limpeza de brejo, arranquio de colônia), raleação do algodão, colheitas de algodão e amendoim, "catação" do milho, etc., as quais normalmente são de curta duração e que não mobilizam o trabalhador volante por grande período de tempo na mesma propriedade. As operações, nesta fase, são curtas e instáveis. Além disso é nesta fase que as chuvas são mais frequentes implicando em perdas de dias de trabalho pelos volantes. O desemprego aumenta acentuadamente.

O proprietário rural tende a não mais controlar diretamente a mão-de-obra, voltando o empreiteiro "típico" ou individual a representar o papel primordial na arregimentação

e organização do mercado de trabalho volante.

Nesta fase os bóias-frias trabalham de maneira geral, esporadicamente, em diversas propriedades, sob responsabilidade direta do empreiteiro, sem carteira assinada, sem direito às férias, a domingo remunerado, sem receber os direitos trabalhistas, só recebem pelos dias trabalhados, convivem com constantes períodos de desemprego e mudam constantemente de empreiteiros. O nível salarial e a renda familiar diminuem, mesmo porque membros das famílias (as mulheres, principalmente) que trabalhavam durante a safra têm dificuldades de arrumar emprego no meio rural na entressafra, sendo comum se transformarem em empregadas domésticas no meio urbano. Os homens, algumas vezes, trabalham na construção civil como serventes de pedreiro.

4.2. Condições de Trabalho

As condições gerais de trabalho no período das safras de cana e laranja dos 50 bóias-frias entrevistados em agosto de 1983 são apresentados no Quadro 13. Pela coluna do total observa-se que 38 (76%) dos bóias-frias entrevistados trabalhavam no corte da cana, sendo 7 (17%) em engenhos de pinga, 16 (32%) em usinas e 15 (30%) em fornecedores. Do restante, 2 (4%) trabalhavam na catação de cana, 2 no arranquio de colônia e 8 (16%) na colheita de laranja.

Pela linha do total observa-se que, no que se refere ao período de emprego, predominavam na amostra os bóias-frias com trabalhos temporários, ou seja, cuja duração do emprego na época da entrevista era de no máximo igual ao período

Quadro 13 - Classificação dos volantes entrevistados de acordo com o tipo de trabalho, o período de emprego, a forma
 lidade do contrato de trabalho e o tipo de contratação

Tipo de Trabalho	Período de emprego		Carteira de trabalho		Tipo de contratação				
	Permanente	Temporário	Assinada	Não assinada	Indefinida	Direta	Com firma empreitada	Com empreiteiro	Total
Corte de Cana	Engenho	-	7 (100)	5 (71,4)	-	2 (28,6)	7 (100)	-	7 {14}
	Usina	9 (56,3)	7 (43,8)	16 (100)	-	-	12 (75)	4 (25)	16 {32}
	Fornecedor	4 (26,7)	11 (73,3)	13 (86,7)	-	2 (13,3)	15 (100)	-	15 {30}
Catação de Cana	-	2 (100)	-	2 (100)	-	-	-	2 (100)	2 {4}
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arranquio colonião	-	2 (100)	-	2 (100)	-	-	-	2 (100)	2 {4}
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colheita laranja	-	8 (100)	4 (50)	3 (37,5)	1 (12,5)	6 (75)	-	2 (25)	8 {16}
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13 {26}	37 {74}	38 (76)	7 {14}	5 (10)	40 {80}	4 {8}	6 {12}	50

OBS: números entre parentesis referem-se a porcentagens dos totais de cada tipo de trabalho; os números entre chaves indicam as porcentagens em relação ao total de entrevistados.

da safra de cana e de laranja, de aproximadamente 6 meses. Estes eram em número de 37 ou 74% da amostra, enquanto que os bóias-frias com trabalho permanente, ou seja, que faziam também contrato de entressafra, no mesmo local de trabalho eram 13 (26%).

Quanto à formalidade dos vínculos empregatícios, observa-se que 38 (76%) dos entrevistados trabalhavam com carteira assinada, 7 (14%) sem carteira assinada e para 5 (10%) trabalhadores a situação era indefinida. Neste caso a carteira ainda estava retida pelo empregador ou o trabalhador preferia manter em sua carteira o registro anterior de emprego urbano, podendo, desta forma, utilizar os serviços de assistência médica do INPS ao invés do Funrural.

O tipo de contratação predominante entre os entrevistados era o diretamente realizado pelo proprietário rural, sendo que 40 (80%) dos bóias-frias estavam nesta situação. Do restante, 6 (12%) eram contratados via empreiteiro individual e 4 (8%) via firma de preita. No caso da contratação direta o empreiteiro passa a não mais ter controle sobre o pagamento do bóia-fria e, em alguns casos, chega a se transformar em empregado das empresas rurais.

Dos 7 trabalhadores que se dedicavam ao corte de cana nos engenhos, 5 moravam em uma mesma casa, sendo 4 com famílias formadas e um como pensionista. As 4 famílias haviam chegado recentemente do norte do Estado do Paraná à procura de melhores condições de trabalho na cultura da cana em São Paulo.

Nos engenhos predominava a contratação direta dos volantes e a assinatura das carteiras de trabalho através

de um contrato por tempo determinado igual à duração da safra.

Foram entrevistados trabalhadores de 5 diferentes usinas de açúcar e álcool, só duas localizadas no município de Jaboticabal. É entre os bóias-frias das usinas que se observa a maior importância do período de emprego permanente. Nove ou 56,3% dos volantes de usinas já há alguns anos vem fazendo novos contratos de aproximadamente 6 meses para a entressafra. Todos os trabalhadores de usina tinham carteira assinada e suas contratações eram feitas diretamente (na maior parte das vezes) ou através de firmas empreiteiras de mão-de-obra.

Entre os cortadores de cana que trabalhavam para fornecedores também se observou o período permanente de emprego, embora relativamente menos importante que no caso das usinas. Dos 15 cortadores de fornecedores, a maior parte era temporária (só contrato de safra) e apresentava carteira de trabalho assinada. A totalidade era contratada diretamente pelo produtor.

A situação mais precária de emprego apareceu entre os trabalhadores que realizavam serviços de catação de cana e arranquio de colônia, embora o pequeno número de observações neste caso prejudique a confiabilidade das informações. De qualquer forma, observou-se que a totalidade destes trabalhadores era contratada via empreiteiro individual, não tinha carteira de trabalho assinada e era empregado temporário. Além disto, ficava sujeitos a instabilidade de emprego maior do que a dos outros entrevistados, posto que nem mesmo o contrato de safrista possuía.

Os apanhadores de laranja entrevistados eram todos temporários, com a metade tendo carteira de trabalho assi-

nada e, além da contratação direta, foi observado a contratação através de empreiteiro individual. O pequeno número de apanhadores de laranja entrevistados e a inclusão na amostra de 2 trabalhadores que apanhavam laranja para comércio em nome de um pequeno produtor, sendo agenciados via empreiteiro e sem carteira assinada, podem estar mascarando as reais características da contratação da mão-de-obra volante pelas indústrias de suco de laranja. Outras informações, que não as obtidas diretamente dos questionários, permitem inferir que o registro em carteira de trabalho é maior do que os 50% apresentados e também que as firmas de empreita têm importante participação na organização do mercado de apanhadores de laranja.

De maneira geral se observa no período de safra a formalização do contrato de trabalho, assegurando ao volante maior garantia de emprego e acesso aos direitos previdenciários e trabalhistas. Pelo Quadro 14 pode-se observar a porcentagem de trabalhadores que recebem os direitos trabalhistas.

Quadro 14 - Recebimento dos direitos trabalhistas pelos bóias-frias entrevistados

Tipo de direito	Recebe		Não Recebe		Não Sabe		Total
	Nº	% total	Nº	% total	Nº	% total	
Domingo remunerado	31	62	16	32	3	6	50
13º salário	31	62	13	26	6	12	50
Férias	30	60	15	30	5	10	50
Dias de chuva	5	10	44	88	1	2	50

Por volta de 60% dos entrevistados disseram receber o domingo remunerado, o 13º salário e as férias. Os dias em que chovia e o volante não podia trabalhar, a maioria (88%) disse nada receber. Provavelmente o recebimento do domingo remunerado, férias e 13º salário estão subestimados nas informações dos trabalhadores, porque os pagamentos realizados, grande parte das vezes, não são acompanhados de comprovantes. O trabalhador só recebe um cheque do total ganho na semana ou na quinzena, sem que lhe seja especificada qual a parcela que trata do salário dos dias normais de trabalho, qual a parcela que trata do domingo remunerado. Além disso, o volante tem pequeno controle sobre sua produção diária, no que se refere ao número de metros de cana-de-açúcar cortados ou ao número de caixas de laranja colhidas. No acerto de final de safra fica difícil determinar se o montante de dinheiro recebido corresponde às reais porcentagens da produção do trabalhador que lhe deveriam ser pagas à título de férias ou 13º salário ou se ocorre subestimação destes valores.

A inexistência de comprovantes de pagamento e o pequeno controle dos volantes sobre sua produção diária, ao mesmo tempo que causam insegurança ao trabalhador, garantem ao empresário rural ou às firmas de empreita de mão-de-obra a possibilidade de que se cometam arbitrariedades no pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas aos bóias-frias.* Os

*/ Da greve dos cortadores de cana de Guariba e dos apanhadores de laranja de Bebedouro, que serão discutidos posteriormente, um dos itens dos acordos estabelecidos com os empresários rurais estipulava que o trabalhador deveria receber comprovante diário de sua produção e envelope de pagamento, onde fossem especificadas as diversas parcelas do salário recebido. Na prática, entretanto, estes itens foram sistematicamente descumpridos no decorrer da safra de 1984.

trabalhadores apresentam constantes reclamações de que no acerto de final de safra nunca recebem o que lhes é devido e que sua produção diária, seja o número de caixas de laranja colhidas, seja o total de toneladas de cana cortadas, é subestimada.

O caso da cana é bem típico. Os trabalhadores têm noção da quantidade cortada em termos de metros ou distância. Só que o pagamento é realizado em termos de toneladas ou peso. A conversão dos metros cortados em toneladas é realizada nas balanças das usinas, longe do controle dos trabalhadores, dando margem a que aconteçam roubos na produção diária do trabalhador.

Além destes problemas, a simples formalização dos contratos de trabalho nas safras de cana-de-açúcar e laranja não define aos bóias-frias a renda a ser recebida mensalmente, porque eles recebem de acordo com a produção realizada no mês, ou seja, de acordo com o número de toneladas de cana cortadas ou de caixas de laranja colhidas. E esta produção fica sujeita aos fatores climáticos; em meses muito chuvosos, como foram os de maio e setembro de 1983, os bóias-frias pouco trabalham, pouco produzem e, consequentemente, pouco recebem. Também, quando ficam doentes, os bóias-frias nada recebem, pois os empregadores costumam pagar os dias parados somente em casos de acidentes no trabalho ou no transporte e não em caso de doença.

A existência de contratos formais de trabalho e a maior estabilidade de emprego faz com que a remuneração média do volante tenda a aumentar no período da safra, embora continue extremamente baixa, como pode ser visto no Quadro 15.

Quadro 15 - Classificação dos bóias-frias de acordo com o nível salarial no período da safra, baseado no salário mínimo (SM)

Níveis de salário	Número	%	% acumulada
até 1 SM	7	14,6	14,6
de 1 - 2 SM	26	54,2	68,8
de 2 - 3 SM	12	25,0	93,8
de 3 - 5 SM	2	4,2	98,0
de 5 - 8 SM	1	2,1	100
Total	48	100	100

OBS 1: faltam duas informações por inconsistência nos dados.

OBS 2: o salário mínimo considerado foi o que vigorou de maio a novembro de 1983, igual a Cr\$ 34.776.

A maior parte dos trabalhadores, 26 ou 54,2% dos entrevistados, ganhava de 1 a 2 salários mínimos. A seguir, vinha a parcela de trabalhadores que ganhava de 2 a 3 salários mínimos, 25% dos entrevistados, e a que ganhava menos que 1 salário mínimo, 14,6% dos entrevistados. A grande maioria dos trabalhadores, próximo a 94%, ganhava menos que 3 salários mínimos e só houve um trabalhador que declarou ganhar mais que 5 salários mínimos mensais.

Os baixos níveis salariais são conseguidos sob condições de trabalho bastante árduas, especialmente no corte de cana, com o trabalhador se sentindo estimulado a aumentar o seu ritmo de trabalho, já que é pago pela produção realizada.

O bóia-fria percebe o corte de cana como um serviço muito fácil de ser aprendido, mas muito duro de ser reali-

zado, desgastando a saúde e o corpo do trabalhador.

"Qualquer um, mesmo bobo, faz o serviço do corte de cana, se o nego não souber cortar cana, não sabe fazer nada".

"É preciso ter opinião para cortar cana, não é um serviço mole".

"A gente está vendo o pessoal cada vez mais fraco e doente. Tem gente que não para nem para comer direito, beber água e café. Não se pode perder tempo".

"Eu trabalho até domingo para ganhar Cr\$ 2.800. E chego a noite eu não consigo dormir de dor no corpo".

O aumento do ritmo de trabalho na safra da cana provoca alterações, inclusive no horário de almoço dos trabalhadores. Eles, após desembarcarem dos caminhões de turma e antes de iniciarem o corte, já se alimentam de parte de suas bóias-frias, guardando a sobra para ser ingerida rapidamente por volta das 10 horas. Comendo logo cedo, além de substituir o café da manhã no fornecimento de energia para o trabalho, o volante evita paradas mais demoradas durante o dia, procurando com isto manter o ritmo de trabalho.

Alguns trabalhadores chegam a realizar disputas entre si para aumentar o rendimento diário no corte. Um dos trabalhadores entrevistados contou que no final da safra ele e mais três trabalhadores resolveram "tirar" todo um talhão de cana em um dia. Neste dia eles quase não pararam para comer e beber água e conseguiram cortar cada um 320 metros de cana - a média é 80-100 metros cortados/dia. Na volta para a cidade, um dos trabalhadores sentiu-se mal no caminhão, tendo câibras

em todo corpo. Preciso de tratamento hospitalar, ficando 2,5 dias internado.

Na safra de cana-de-açúcar de 1983 um fator adicional contribuiu para aumento do ritmo de trabalho dos volantes, que foi a instituição do corte de cana por 7 ruas. Dados obtidos junto às próprias usinas de açúcar e álcool permitiram estimar uma queda de 20% no rendimento do trabalhador pela passagem das 5 para 7 ruas (GEBARA & BACCARIN, 1983). Entre os trabalhadores entrevistados a queda em seus rendimentos foi unanimemente declarada.

A passagem das 5 para as 7 ruas aumenta a largura do eito de trabalho, exigindo do bóia-fria mais deslocamentos laterais e maior esforço para depositar a cana cortada na rua central do eito. A sequência de movimentos realizada nas 5 ruas: corte da cana e seu lançamento à rua central teve que ser substituída, nas duas ruas adicionadas, pela seguinte sequência: corte da cana, carregamento nos braços e deposição na rua central.

A maior complexidade de movimento nas 7 ruas exige do trabalhador volante um esforço físico maior, na tentativa de se manter a produção antes obtida nas 5 ruas. Esta necessidade de maior esforço físico encontra-se limitada pelo fato do bóia-fria já trabalhar próximo ao limite de sua força física, além de que normalmente apresenta estado nutricional deficiente. Juntamente com a implantação das 7 ruas, foi verificado entre os trabalhadores maior ocorrência de dores musculares, câibras e desmaios. Isto atingiu, de modo geral, todos os bóias-frias, mas foi mais constatado entre os cortadores mais velhos e entre as mulheres. Nas palavras dos trabalhadores:

"Não há braço que agüente as 7 ruas".

"O sistema de 7 ruas reduz a vida do homem, pelo desgaste físico e fome. Os cortadores mais fracos estão perdendo dinheiro. Está havendo desmaio pelo excesso de esforço físico para tentar manter a diária igual ao do sistema de 5 ruas".

"Dá dó ver as pessoas mais velhas cortar nas 7 ruas".

"Um homem cortando cana sem comer, comendo só abobrinha, não agüenta. E com as 7 ruas tá pior. A gente perde as forças mais rápido. Tem mulher e velho desmaiando na roça e não agüenta o tranco de pegar o eito maior. A carne para o homem é igual o milho para o burro".

O desgaste do volante pelo ritmo acentuado de trabalho é agravado pelas condições insalubres do corte da cana e pela insolação a que fica exposto.^{*/} Acontece de, ao final da safra, alguns trabalhadores estarem fisicamente esgotados e precisando de tratamento médico. Também acontece de tomarem injeção de glicose, procurando uma fonte extra de energia para o trabalho.

A jornada de trabalho dos bóias-frias tende a ser alongada, ultrapassando o limite legal de 8 horas/dia. Dos entrevistados, somente 29% trabalhavam 8 horas ou menos/dia, a maioria (51%) trabalhava de 8 a 9 horas e 20% mais de 9 horas diárias (Quadro 16).

^{*/} Existem trabalhadores que procuram morar nos locais de trabalho, normalmente em condições precárias, para que possam iniciar a jornada de trabalho mais cedo, parar durante o período de maior insolação e reiniciar o trabalho no final da tarde, até ficar totalmente escuro.

Quadro 16 - Duração da jornada de trabalho dos bóias-frias entrevistados

Jornada de trabalho (horas),	Número	%
menos 8	6	12,2
8	8	16,3
8 - 9	25	51,1
9 - 10	8	16,3
+ 10	2	4,1
Total	49	100,0

OBS: uma informação apresentou inconsistência.

À longa jornada de trabalho acresce-se o tempo gasto no transporte da cidade para o campo e vice-versa, fazendo com que todos os volantes entrevistados ficassem à disposição do empregador mais de 10 horas/dia, concentrando as informações entre 11 e 12 horas (36,7% das respostas) e 12 a 13 horas/dia (40,8%), conforme dados do Quadro 17. Os trabalhadores da laranja são os que mais tempo ficam fora de casa, posto que os pomares tendem a ser mais distantes da cidade de Jaboticabal do que as lavouras de cana. Os apanhadores de laranja, normalmente, saem às 5 horas de casa e só voltam às 19 horas, perfazendo um total de 14 horas diárias.

A longa jornada de trabalho deixa pouco tempo para o bóia-fria conviver com a família e com os companheiros

Quadro 17 - Tempo do bóia-fria à disposição do empregador (jornada de trabalho, tempo de transporte, almoço e descanso)

Tempo a disposição do empregador(horas)	Número	%
10 - 11	6	12,3
11 - 12	18	36,7
12 - 13	20	40,8
+ 13	5	10,2
Total	49	100,0

OBS: uma informação apresentou inconsistência

de serviço.^{*/} Também sobram-lhes poucas horas para o descanso, especialmente para as mulheres que acordam mais cedo para prepararem a refeição do dia. E as perturbações no sono são constantes, com medo de não acordar na hora de pegar o caminhão e perder o dia de serviço.

"Eu acordo sempre umas 2 horas antes de pegar o caminhão e não durmo mais, senão perco o dia. Acontece de uns 2 dias/semana eu não conseguir dormir".

É idéia comum entre os bóias-friass de que apenas um dia de descanso semanal não basta para recuperar o corpo

^{*/} Durante as entrevistas observou-se que, fora do trabalho, os bóias-frias não estabelecem maiores contatos com os companheiros de turma, embora muitos morem próximos uns dos outros.

dos esforços feitos durante a semana. Algumas vezes acontece de o bóia-fria faltar um dia normal de serviço, o que lhe sai extremamente caro, pois além de perder a remuneração deste dia, perde também o descanso semanal remunerado.

O regime extenuante de trabalho traz implicações no que se refere aos acidentes de trabalho, sendo corriqueiros, na cultura da cana, os cortes nas mãos e nas pernas que os trabalhadores sofrem no manejo do podão de corte.

Se durante as safras de laranja e cana-de-açúcar o mercado de trabalho volante apresenta maior estabilidade e formalidade dos contratos de trabalho, no período da entressafra estas condições são muito alteradas. Os serviços passam a ser mais variados, de curta duração e instáveis e a assinatura das carteiras de trabalho tende a não mais ocorrer.

No Quadro 18, são apresentadas as atividades que os 50 trabalhadores entrevistados disseram ter durante o período de entressafra de cana e laranja, em relação à ocupação da safra. Observa-se que 21,5% das atividades referidas foram no setor urbano, especialmente na construção civil. E quase 80% das referências foram de atividades desenvolvidas no setor rural, embora a maior parte dos volantes tenha trabalhado na entressafra em outras culturas que não na cana e na laranja.

Como o Quadro 18 indica, as atividades do setor urbano ocupam importante papel na oferta de emprego aos volantes na entressafra. E este quadro refere-se somente à entressafra imediatamente anterior ao período da pesquisa. Se se considerar todos os anos de trabalho dos bóias-frias entrevistados, 25 deles (50%) declararam já terem tido emprego no se

Quadro 18 - Atividades dos bóias-frias na entressafra da cana e da laranja em relação à ocupação na safra

Tipo de Serviço na Safra	Ocupação na Entressafra					Total
	Urbano		Rural		Serviços Gerais/	
	Construção Civil	Outro	Mesma Cultura	Outras Culturas		
Engenho	3 (33,3)			6 (66,7)		9
Corte de Cana	1 (5,9)	2 (11,8)	9 (52,9)	5 (29,4)	-	17
Fornecedor	3 (18,8)	1 (6,3)	5 (31,3)	7 (43,8)	-	16
Catação de cana				2 (100)		2
Arranquio de colônia				1 (50,0)	1 (50,0)	2
Apanha de laranja	2 (20,0)			7 (70,0)	1 (10,0)	10
Total	9 (16,1)	3 (5,4)	14 (25,0)	28 (50,0)	2 (3,6)	56

OBS 1: os números entre parêntesis referem-se a porcentagem em relação aos totais das respectivas linhas

OBS 2: o total geral foi maior que o número de entrevistados porque alguns volantes disseram ter diferentes atividades na entressafra.

tor urbano.

As informações obtidas através dos questionários de acompanhamento aos 11 bóias-frias selecionados permitem melhor qualificação das variações nas condições de trabalho durante o ano. Estes questionários, realizados de agosto de 83 a agosto de 84, englobam a safra de cana e laranja de 83, a entressafra 83/84 e a safra de 84. Suas principais informações são apresentadas nos Quadros 19, 20 e 21.

Dos volantes que inicialmente se dedicavam ao corte da cana em engenhos ou usinas (Quadro 19), o trabalhador I, na entressafra, passou por fases de desemprego e trabalhou nas colheitas do amendoim e algodão, recebendo salários mais baixos do que os da safra, passando a ser agenciado pelo empreiteiro de mão-de-obra e a não mais contar com carteira de trabalho assinada. Na safra de 84 ele esteve empregado em duas usinas de açúcar e álcool, sendo que na segunda passou a morar nos barracões de trabalhadores da própria empresa. O trabalhador II esteve empregado durante todo o tempo junto ao mesmo empregador, tendo realizado um contrato na safra de 1983 como cortador de cana, um contrato na entressafra como diarista (capina, plantio de cana, serviços gerais) e um novo contrato como cortador de cana em 1984, entremeados por 2 períodos de férias não remunerados. Durante todo o tempo foi contratado diretamente pela usina e contou com carteira de trabalho assinada, além do que seu nível salarial não caiu na entressafra, aliás foi até um pouco mais alto do que o da safra. O trabalhador III, após o questionário inicial e o 1º questionário de acompanhamento, não foi mais encontrado na pensão onde morava, sendo que na safra de 1983 sua contratação era feita através de firma empreiteira de mão-de-obra. O trabalhador IV, que

Quadro 19 - Variação no tipo de serviço e nas condições de trabalho para os bóias-frias que inicialmente trabalharam em engenhos ou usinas, período 8/83 a 8/84

MES DO ANO													
Trabalhador	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
I (Engenho)	Corte de cana EN1, CD, CA, 2 SM				Corte EN2, CE NA, 3,5 SM	Desemprego, amendoim, algodão VE, CE, NA, 1,5 SM		Serviços gerais e corte USA, CD, CA, 1,8 SM		Corte UB, CD, CA, barracão			
II (Usina)	Corte USM, CD, CA, 1,6 SM				FNR	Capina e serviços gerais USM, CD, CA, 1,8 SM			FNR	Corte USM, CD, CA			
III (Usina)	Corte USC, CF, CA, 1,4 SM				O trabalhador não foi mais encontrado								
IV (Usina)	Corte USA, CD, CA, 1,4 SM				FNR	Desempregado, tentando aposentadoria		Serviços gerais FD1, CD, NA, 1,4 SM		Corte FD2, CD, CA, 1,6 SM			

OBS: As informações contidas em cada célula estão na seguinte ordem: tipo de serviço, empregador, tipo de contratação, formalização do contrato de trabalho, nível salarial, outras informações.

São usadas as seguintes siglas:

- a) tipo de serviço: corte de cana, amendoim-colheita, algodão-colheita, serviços gerais, capina, FNR - férias não remuneradas, apanha de laranja, carregamento de caixa de laranja.
- b) empregador: EN - engenho, USM - Usina São Martinho, USA - Usina Santa Adélia, USC - Usina São Carlos, UB - Usina Bonfim, DT - destilaria, VE - vários empregadores, PD - fornecedor, PR - proprietário rural, IS - indústria de suco.
- c) tipo de contratação: CD - contratação direta, CE - contratação com empreiteiro, CF - contratação com firma de empreita.
- d) formalização do contrato: CA - carteira assinada, NA - não assinada.
- e) nível salarial: SM - salário mínimo (até novembro de 83 = Cr\$ 34.776, de novembro/83 a maio/83 = Cr\$ 57.120 e de maio de 84 em diante = Cr\$ 97.156)

inicialmente apresentava condições muito semelhantes às do trabalhador II, posteriormente passou uma fase onde tentou a aposentadoria e, não tendo sucesso nessa tentativa, voltou a trabalhar na safra de 1984 em propriedades de fornecedores de cana.

Dos bóias-frias que inicialmente trabalhavam no corte de cana em lavouras de fornecedores (Quadro 20), um deles (número II) ao findar a safra de 1983 esteve doente por 15 dias devido a esgotamento físico e depois passou a trabalhar como guarda-noturno no meio urbano, conciliando esta atividade noturna com a de pedreiro durante parte do dia. Os outros três trabalhadores (números I, III e IV) apresentaram condições de trabalho bastante semelhantes entre si. Na safra de 1983 eram contratados diretamente para o corte da cana e tinham carteira de trabalho assinada. Na entressafra, dedicaram-se a serviços gerais, à colheita do amendoim e do algodão, entremeados por fases de desemprego. Nesta fase não contaram mais com carteira de trabalho assinada e muitas vezes foram agenciados por empreiteiros de mão-de-obra. O nível salarial caiu da safra para a entressafra, sendo que na época da colheita do amendoim e do algodão ocorreu certa melhora. Na safra de 1984, os trabalhadores III e IV voltaram a se dedicar ao corte de cana enquanto o I conseguiu emprego como diarista em uma destilaria de álcool, procurando fugir intencionalmente do desgaste físico provocado pelo corte de cana.

No Quadro 21, observa-se que os 2 volantes colhedores de laranja (o número I apanhador, o número II carregador de caixa) trabalharam sob as mesmas condições nas safras de 83 e 84, sendo contratados diretamente por uma indústria de suco e contando com carteira de trabalho assinada. Na entres

Quadro 20 - Variação no tipo de serviço e nas condições de trabalho dos bóias-frias que inicialmente trabalharam em fornecedores, período 8/83 a 8/84

MÊS DO ANO													
Trabalhador	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
I	Corte FD, CD, CA, 1,7 SM		Serviços gerais, desemprego PR, CD, NA, 1 SM		algodão VE, CE NA, 1,4 SM		Serviços gerais DT, CD, CA, 1,5 SM						
II	Corte FD, CD, CA, 2,2 SM		Guarda-noturno e pedreiro, simultaneamente. Carteira assinada, 2 SM										
III	Corte FD, CD, CA, 1,5 SM		Desemprego, serviços gerais, amendoim, algodão VE, CE, NA, 1 SM		Corte FD, CD, CA, 1,9 SM								
IV	Corte FD, CD, CA, 3,4 SM		Serviços gerais PR, CD, NA, 1,3 SM		Amendoim, algodão VE, CE, NA, 2,5 SM		Corte FD, CF, CA, 5 SM						

OBS: a mesma observação do quadro 19 é válida aqui.

safras inicialmente também trabalharam sob as mesmas condições em serviços gerais e na colheita do amendoim, agenciados por empreiteiros e sem carteira de trabalho assinada. No final da entressafra, enquanto o primeiro trabalhava na cultura da cana, o segundo passou a trabalhar autonomamente como carroceiro, embora logo depois voltasse a trabalhar como volante. O trabalhador III é um alcóolatra que durante toda a fase de acompanhamento não se fixou em emprego nenhum, trabalhando poucos dias/semana, normalmente em serviços menos qualificados como limpeza de brejos e arranquio de colônia. Sua situação o colocava no limiar da marginalidade social.

Os quadros analisados confirmam que, no geral, as condições de trabalho vigentes na entressafra se caracterizam pela instabilidade de emprego e informalidade dos vínculos empregatícios. Os empregos tornam-se mais escassos e os salários diminuem.

"Até a safra da laranja a vida é ruim, trabalha-se 3 dias e para".

"As duas peruas que levam a gente para o serviço vão lotadas. Na minha vão 18-20 pessoas. Sempre tem gente implorando para trabalhar, pois estão passando necessidade. Ninguém consegue serviço nesta época da 'parada'".

A escassez de serviço faz com que alguns trabalhadores planejem se deslocar ou mesmo se desloquem para outras regiões e Estados como Goiás, Minas Gerais, Paraná e até mesmo Pernambuco, à procura de maiores oportunidades de emprego. As experiências de deslocamento que se concretizam não trazem maiores benefícios aos trabalhadores, de maneira que

Quadro 21 - Variação no tipo de serviço e nas condições de trabalho dos bóias-frias que inicialmente trabalharam na laranja ou fizeram serviços gerais, período 8/83 a 8/84

MES DO ANO											
Trabalhador	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
I (laranja)		apanha de laranja IS, CD, CA, 1,7 SM			desemprego, serviços gerais, amendoim, algodão, VE, CE, NA, 1 SM				Corte FD, CD, NA, 1 SM	Carpa PR, CE, NA, 1 SM	apanha de laranja IS, CD, CA, 1,7 SM
II (laranja)		Carregador de caixa de laranja IS, CD, CA, 1,2 SM			Serviços gerais e amendoim VE, CE, NA, 1 SM				Autônomo (carroceiro) 3,5 SM		Carregador de caixa de laranja IS, CD, CA, 2,6 SM
III (serviços) (gerais)		Serviços gerais, desemprego, corte de cana, colheita de laranja, de amendoim e algodão VE, CE, NA, menos 1 SM									

OBS: A mesma observação do quadro 19 é válida aqui.

estes deslocamentos não se tornam sistemáticos.* /

Da mesma maneira que na safra, os serviços que são feitos na entressafra são pesados e esgotantes, ainda mais sendo realizados em épocas de maior insolação e calor. Um dos serviços comumente realizado é o arranquio de colônias das lavras de cana. Este serviço foi descrito assim por um volante: "O 'peão' tem que entrar no meio das ruas de cana para arrancar o colônio. Faz muito calor e as folhas de cana cortam o rosto e as mãos. Além de arrancar o capim, o 'peão' deve levar a touceira até o carreador. Chega a molhar a camisa e a calça de suor. Têm companheiros que abandonam o serviço e voltam a pé para a casa". Na colheita do amendoim o trabalhador tem que ficar o tempo inteiro agachado, o que provoca constantes dores nas costas. "O amendoim cansa mais que a laranja, pois o sol está judiando da gente e dá muito dor na costa".

A subestimação, ou melhor, o roubo na produção obtida pelo bóia-fria continua existindo, seja no número de metros arrancados de amendoim, seja no número de arrobas colhidas de algodão ou em outras tarefas realizadas. Ainda mais que na entressafra o empreiteiro ou gato intermedia os pagamentos e contribui para os descontos nos salários dos bóias-frias.

"No primeiro lugar onde eu 'panhava' algodão a balança roubava 4-5 kg por saco de 30 kg. Depois que eu mudei de empreiteiro passei de 4 para 5 arrobas 'panhada'/dia, isto numa roça mais ruim".

* / Evidentemente está se considerando neste comentário somente os bóias-frias moradores permanentes de Jaboticabal e não os "mineiros" que se caracterizam justamente por serem migrantes sazonais.

Uma tentativa de aproximação das principais condições de trabalho dos bóias-frias de Jaboticabal observados ao longo de um ano agrícola é apresentada no Quadro 22. Observe-se que apesar das variações já comentadas entre a safra e a entressafra, durante todo o ano o nível salarial do volante é extremamente baixo. O bóia-fria vende sua força de trabalho para realização de tarefas duras e desgastantes, nas quais não tem nenhuma satisfação e com o objetivo único de conseguir obter o seu sustento, muitas vezes no limiar da fome. Sabe que o trabalho esgota o seu corpo e procura dosar o ritmo de trabalho, de maneira que "conseguindo fazer o dia" tenha maior horizonte de vida.^{*/} Mas isto nem sempre é possível; muitas vezes, sente-se obrigado a aumentar o ritmo de trabalho, apesar de suas deficiências nutricionais e dos problemas que isto acarreta ao seu corpo e a sua saúde.

4.3. Procedência, a Família e Condições de Vida

A procedência dos bóias-frias ainda é essencialmente rural. Como pode ser visto no Quadro 23, dos trabalhadores entrevistados, 36 (72%) tiveram origem no meio rural, enquanto que 14 (28%) nasceram no meio urbano. Destes últimos, 9 tiveram seus pais originados do meio rural e somente cinco

^{*/} Com um dos bóias-frias entrevistados trabalhavam no corte de cana seus dois filhos mais velhos. Eles haviam começado a trabalhar recentemente e tinham mais de 16 anos. O entrevistado disse que não pôs os filhos para trabalhar mais cedo, pois quando o trabalhador começa a trabalhar desde muito novo, com 20 anos "já está acabado e desiludido com a vida".

tiveram seus pais nascidos no meio urbano.

Quadro 22 - Procedência dos bóias-frias entrevistados

Meio	Número	%
Rural	36	72
Urbano	14	28
Total	50	100

Dos 36 bóias-frias de origem rural, somente 2 (5,6%) foram proprietários rurais, ambos na Região Nordeste do Brasil. Outros 9 (25%) tiveram acesso à posse da terra como parceiros ou arrendatários. A maioria, entretanto, não teve acesso nem à posse nem à propriedade da terra, pois já eram as salariados quando moravam no setor rural. Estes eram em número de 21 ou 58,3% do total de bóias-frias de origem rural (Quadro 24).

Quadro 24 - Ocupação dos bóias-frias quando residentes no meio rural

Ocupação	Número	%
Não trabalhava	4	11,1
Empregado assalariado	21	58,3
Parceiro	4	11,1
Arrendatário	5	13,9
Proprietário	2	5,6
Total	36	100,0

Os dados revelam que na formação da categoria de bóias-frias o principal movimento foi a passagem dos assalariados rurais permanentes (colonos) para assalariados rurais temporários (bóias-frias). A expropriação de pequenos produtores teve menor importância na formação dos bóias-frias locais.

Atualmente mais um movimento contribui para a formação da categoria bóia-fria na região de Ribeirão Preto, que é a vinda de migrantes, especialmente de Minas Gerais, para trabalharem na cultura da cana-de-açúcar. Destes migrantes, muitos dos quais pequenos proprietários em sua região de origem, uma parcela permanece definitivamente na região de destino como assalariados temporários ou volantes.

Dos bóias-frias entrevistados, a grande maioria (43 ou 86%) era do sexo masculino e a faixa de idade com maior incidência de trabalhadores era a de 21 a 30 anos (36% dos entrevistados), vindo a seguir as faixas de 31 a 40 anos (22%) e de 41 a 50 anos (16%) (Quadro 25).

Como pode ser visto no Quadro 26, o tamanho mais encontrado de família foi aquele formado por 4 ou 5 pessoas, sendo que 18 ou 36% dos entrevistados se encontravam neste caso. A seguir vinham as famílias com 2 ou 3 pessoas e de 6 a 8 pessoas, cada um dos casos com 24% das constatações. De modo geral, portanto, as famílias dos bóias-frias eram pouco numerosas sendo a prole composta, normalmente, de 2 a 3 filhos.

Geralmente, todas as pessoas aptas das famílias, inclusive os filhos maiores de 14 anos, trabalhavam fora de casa para complementação da renda familiar. Como o Quadro 27 revela, a maior parte dos membros das famílias tinham a mesma ocupação do entrevistado, ou seja, eram também volantes, sendo

Quadro 25 - Classificação dos bóias-frias entrevistados de acordo com a idade e sexo

Sexo	Classe de idade em anos												Total	
	- 21		21 - 30		31 - 40		41 - 50		51 - 60		+ 60			
	Nº	% total	Nº	% total	Nº	% total	Nº	% total	Nº	% total	Nº	% total		
Homens	5	10	15	30	11	22	5	10	5	10	2	4	43	86
Mulheres	-	-	3	6	-	-	3	6	-	-	1	2	7	14
Total	5	10	18	36	11	22	8	16	5	10	3	6	50	100

Quadro 26 - Número de membros da família dos bóias-frias entrevistados

Membros da família	Número	%
1	6	12
2 - 3	12	24
4 - 5	18	36
6 - 8	12	24
+ 8	2	4
Total	50	100

Quadro 27 - Tipo de trabalho dos membros da família dos entrevistados

Tipo de trabalho	Número	%
Volante	35	70
Doméstica	10	20
Outros	5	10
Total	50	100

que em 70% dos casos foi observada esta situação. Vinha a seguir o emprego como doméstica constatado em 20% das respostas. Os outros serviços citados foram balconista, guarda-noturno e ceramista. O bóia-fria e sua família trabalham em serviços de pouca ou nenhuma qualificação e que são mal remunerados, sendo que o fato dos filhos reproduzirem a situação dos pais, ou seja, trabalharem também como volantes, revela as pequenas possi

bilidades de ascensão social desta categoria de trabalhadores.

Apesar de várias pessoas trabalharem na família, o nível geral de renda familiar constatado entre os bóias-frias era baixo. A renda familiar mais comum era a de 2 a 3 salários mínimos, verificada em 18 ou 37,5% das famílias. A renda de 3 a 5 salários mínimos foi observada em 29,2% dos casos e de 1 a 2 salários mínimos em 20,8% das famílias. Em cerca de 65% dos casos observou-se que a renda familiar dos entrevistados estava abaixo de 3 salários mínimos e em aproximadamente 94% abaixo de 5 salários mínimos. Somente cerca de 6% dos entrevistados apresentavam renda familiar de 5 a 8 salários mínimos e nenhum acima disto (Quadro 28).

Quadro 28 - Renda familiar dos bóias-frias entrevistados

Nível de renda (SM)	Número	%	% acumulada
até 1	3	6,3	6,3
1 - 2	10	20,8	27,1
2 - 3	18	37,5	64,6
3 - 5	14	29,2	93,8
5 - 8	3	6,3	100,0
Total	48	100,0	100,0

OBS: 2 informações apresentavam inconsistência

Os níveis de renda apresentados no referido quadro foram constatados no período da safra de cana-de-açúcar e de laranja. Na entressafra a renda familiar tende a cair, porque os salários caem e porque diminuem as oportunidades de em

prego no meio rural, fazendo com que os menores e as mulheres deixem de trabalhar ou se empreguem como domésticas no meio urbano.

É com os rendimentos obtidos na safra e, especialmente, com os acertos trabalhistas em seu final, que as famílias conseguem adquirir bens duráveis como eletrodomésticos e móveis, além de guardarem alguma economia para os meses de entressafra. Não raro, no período de entressafra, os salários recebidos e as economias guardadas não são suficientes para o sustento da família, fazendo com que os trabalhadores vendam os bens adquiridos anteriormente.

"Trabalhei uma semana e tirei Cr\$ 6.000,00. Precisei vender mesa e cadeiras".

Quanto ao grau de instrução, constatou-se (Quadro 29) que 18 (36%) dos entrevistados eram analfabetos, 6 (12%) só assinavam o nome e 17 (34%) não tinham completado o curso primário. Assim, 82% dos bóias-frias entrevistados tinham no máximo primário incompleto. O agravante desta situação é que os pais têm dificuldade de manterem seus filhos na escola, pois saem para o trabalho de madrugada, antes do horário de enviarem as crianças para a aula, além do que as crianças mais velhas têm obrigações domésticas. Os filhos tendem a reproduzir desta forma, as condições de analfabetismo ou semi-analfabetismo dos pais.

Pelo Quadro 30, observa-se que 42% dos bóias-frias entrevistados moravam em casa alugada, vindo a seguir as casas próprias (34% das observações). Estas, muitas vezes, foram construídas pelos volantes nos domingos e folgas do serviço. Geralmente não possuem pintura nem vidraças, além do que

Quadro 29 - Grau de instrução dos bóias-frias entrevistados

Grau de instrução	Número	%	% acumulada
Analfabeto	18	36	36
Só assina o nome	6	12	48
Primário incompleto	17	34	82
Primário completo	4	8	90
Ginásio incompleto	4	8	98
Ginásio completo	1	2	100
Total	50	100	100

apresentam pequeno número de cômodos, por morador. Foi comum constatar-se casos em que o casal e os filhos dormiam no mesmo quarto. Existem também os cortiços e pensões dos solteiros, caracterizados pelo amontoamento de pessoas e pelas precárias condições de higiene.

Quadro 30 - Tipo de moradia dos bóias-frias entrevistados

Tipo de moradia	Número	%
Própria	17	34
Financiada	5	10
Alugada	21	42
Pensão	7	14
Total	50	100

Na safra, devido ao aumento da população pela

vinda de trabalhadores de outras regiões, as condições precárias de habitação tendem a se agravar.

As moradias dos bóias-frias se localizam na periferia das cidades normalmente em ruas não pavimentadas (90% dos casos). Em relação aos outros equipamentos urbanos a situação era melhor, com 80% das moradias contando com instalação sanitária, 98% com luz elétrica e 86% com água encanada (Quadro 31).

Quadro 31 - Equipamentos urbanos nas moradias dos bóias-frias entrevistados

Tipo de equipamento	Possui		Não Possui		Total
	Número	%	Número	%	
Instalação sanitária	40	80	10	20	50
Luz elétrica	49	98	1	2	50
Água encanada	43	86	7	14	50
Ruas pavimentadas	5	10	45	90	50

Quanto à saúde dos bóias-frias, a pesquisa não permitiu que se obtivessem informações mais precisas e rigorosas. Visivelmente, as crianças apresentavam problemas de subnutrição e verminose. Os adultos comumente relataram problemas de lesões resultadas de acidentes de trabalho, bem como problemas musculares, de esgotamento físico e estomacais. O agravante é que a assistência médica e hospitalar de que dispõem é precária, principalmente quanto à qualidade do atendimento médico.

Contudo é a alimentação, ou melhor, a fome que revela de maneira marcante a precariedade de existência do bóia-fria.

"Eu tenho medo de faltar serviço e passar fome". A causa deste medo muitas vezes se concretiza.

Durante a safra de cana e laranja a falta total de comida dificilmente chega a ocorrer. O bóia-fria consegue levar sempre arroz e feijão, um pedaço pequeno de carne, sardinha ou linguiça normalmente e alguma outra mistura. Uma alimentação pobre em proteínas que mantém o trabalhador subnutrido.

Os problemas que a subnutrição causa ao rendimento do trabalhador têm começado a preocupar, de certa forma, algumas usinas da região. Conhecem-se dois exemplos em que recentemente começaram a ser distribuídas refeições quentes e balanceadas e um outro exemplo em que começou a ser distribuído leite de soja aos trabalhadores, na tentativa de aumentar as toneladas de cana cortadas diariamente.

Na entressafra a fome deixa de ser apenas qualitativa, mas passa a ser, muitas vezes, quantitativa - falta comida. Isto se evidencia em vários relatos de diferentes trabalhadores.

"Eu não tenho vergonha de dizer, no Natal minha mistura foi abóbora". "A comida está pior do que antes, já não compro nem carne mais, só levo arroz e feijão". De um trabalhador que carregava caixas de laranja na safra.

"Tem dia que eu levo só pão para a roça. Para amanhã eu tenho um pouco de arroz para levar, foi minha tia que deu a comida". Essa trabalhadora que na safra apanhava la

ranja já há dois meses não contava com feijão em sua marmita.

Aliás, a saída do feijão da dieta normal -- dos trabalhadores foi uma tendência generalizada observada na entressafra 83/84.

"Em casa está sem sal, café, óleo. Hoje precisei pegar sal emprestado do cunhado. A mulher precisou tirar Cr\$ 10.000 adiantado para comprar arroz e óleo que estão acabando. Vou sem feijão para roça, não tenho dinheiro para comprar. Levo arroz e ovo ou linguiça (um pedaço). Quando chego na roça, na hora de comer, eu vou para um canto com vergonha dos outros companheiros, para que não vejam que nem feijão estou levando. Têm companheiros na mesma situação, alguns ficam até 5 dias sem comer". De um trabalhador que na safra cortava cana.

Trabalhar para se alimentar passa a ser o objetivo imediato e imprescindível para o bóia-fria. "Se a gente ganha para comer deve dar Graças a Deus".

Nesta situação de miserabilidade a bebida alcólica, a pinga, é consumida corriqueiramente, mesmo porque ela é uma fonte extra de energia para o trabalhador. Entre os entrevistados havia um alcóolatra que não trabalhava mais de dois dias por semana, mudando constantemente de emprego. Havia também vários outros trabalhadores que sempre se mostravam embriagados nas entrevistas, embora apresentassem um rítmo normal de trabalho.

De maneira geral, portanto, o bóia-fria vive sob condições de vida precárias, com a fome sendo ameaça constante no seu dia-a-dia. E o trabalhador percebe em sua realidade

poucas possibilidades de ascender socialmente; sua perspectiva imediata se resume, muitas vezes, em arrumar emprego fixo me nos duro no meio urbano ou conseguir arrumar emprego fixo nas usinas. No período em que durou a pesquisa, um bóia-fria con seguiu emprego fixo no setor urbano como guarda-noturno, tendo ainda que realizar alguns serviços durante o dia como servente de pedreiro para complementar o seu ganho. Outro bóia-fria passou a ser carroceiro, embora meses depois voltasse a traba lhar como volante na colheita da laranja.

As condições de vida são precárias e as expectaa tivas pequenas. "Se fosse para nascer hoje eu preferia nascer morto. A fome que passei, as necessidades que eu precisei..."

5 - REIVINDICAÇÕES E MOBILIZAÇÃO DOS BÓIAS-FRIAS

Em seu livro *Expropriação e Violência*, MARTINS (1980:12) afirma que: "As grandes inquietações no campo, os conflitos cada vez mais numerosos são determinados pelo processo de expropriação da terra. A exploração do trabalhador é um problema que aparece num segundo plano, muitas vezes embutida na propriedade e por ela escamoteada. É exatamente o inverso do que acontece nas grandes cidades, nas indústrias. Aí, nos confrontos entre as classes sociais, surge intensa e primeiramente o problema de exploração do trabalhador pelo capital, pelo patrão". (Grifado no original).

Esta afirmação merece ser reavaliada face aos recentes movimentos sociais acontecidos na agricultura brasileira durante o ano de 1984. O mais abrangente foi o movi

mento dos cortadores de cana que no primeiro semestre atingiu Estados do Centro-Sul do País como Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro. No segundo semestre foram os cortadores de cana do Nordeste, especialmente em Pernambuco, que se mobilizaram e realizaram movimentos reivindicatórios. Enquanto que no primeiro caso destacou-se o ineditismo do movimento, pelo menos em sua abrangência e em seu grau de violência, no segundo os trabalhadores mantiveram a já tradicional luta anual com os proprietários das lavouras de cana do Nordeste.

Além dos cortadores de cana, outras categorias de trabalhadores também realizaram amplos movimentos reivindicatórios, especialmente os colhedores de café e os apanhadores de laranja do Estado de São Paulo.

Estes movimentos, onde a greve foi instrumento de pressão generalizado e que envolveram milhares de trabalhadores assalariados, especialmente bóias-frias, todos eles se caracterizaram pelas reivindicações por salários mais altos e melhores condições de trabalho. Foram lutas de assalariados contra a exploração do trabalho pelo capital.

O município de Jaboticabal e seus trabalhadores foram atingidos por dois destes movimentos, o dos cortadores de cana e o dos apanhadores de laranja. Ambos se iniciaram em municípios vizinhos a Jaboticabal, o primeiro em Guariba e o segundo em Bebedouro, e tenderam a se espalhar por toda a região canavieira e citrícola.

Até então os movimentos reivindicatórios dos bóias-frias locais não costumavam abranger mais do que a turma de um caminhão, caracterizando-se por serem esparsos e ocasionais.

naís. Já em Guariba e Bebedouro toda uma categoria social ten deu a se mobilizar, dando maior amplitude e força à luta dos bóias-frias por melhores condições de trabalho. No restante deste capítulo tenta-se explicar o porquê destes dois momen tos, ou seja, porque até Guariba e Bebedouro os volantes apre sentavam pequeno poder de mobilização e reivindicação e, após, este poder foi bruscamente alterado e reforçado.

5.1. As Reivindicações e as Dificuldades de Mobilização dos Bóias-Frias

A literatura tem considerado que o trabalhador volante apresenta dois tipos básicos de reivindicação: um rela cionado à aspiração pela posse da terra, outro direcionado pa ra melhores condições de trabalho.

Através dos 50 questionários iniciais tentou-se captar quais as reivindicações dos bóias-frias de Jaboticabal. Quando aos trabalhadores foi feita a específica pergunta se gostariam de voltar a morar na roça, muitos responderam que sim, especialmente como proprietários da terra, "tocando lavou ra por conta". Aspiração por uma situação que a maioria dos trabalhadores jamais vivenciou. Duas justificativas básicas apresentadas pelos trabalhadores para o desejo de voltarem a morar no meio rural foram:

"Na roça tem mais fartura de coisas, na cidade é tudo na base do dinheiro".

"Na roça não paga aluguel, luz, água".

Outros trabalhadores responderam negativamente

à pergunta retro explicitada. Esses não viam possibilidade de terem acesso efetivo à terra e diziam que os fazendeiros restringem o plantio e a criação de animais.

"Na cidade é mais fácil. Se o cara vai para a roça não pode plantar mais nada. Ninguém deixa plantar".

"Na fazenda não dá nada, nem dinheiro, nem terra".

Quando aos bóias-frias foi feita uma pergunta mais geral sobre o que eles desejavam que melhorasse em sua vida, quais suas principais aspirações, já então o desejo pela posse da terra quase não mais apareceu nas respostas. As aspirações básicas verbalizadas pelos trabalhadores referiam-se a melhorias no nível salarial e nas condições de trabalho.

"Gostaria de pegar um serviço bem pago".

"Um melhor salário".

"Um meio de transporte mais seguro".

"Ganhar um dinheirinho que desse pelo menos para comer bem".

"É melhor ganhar mais do que ter um pedaço de terra".

O desejo de emprego fixo, especialmente na cidade, foi comumente citado.

"Gostaria de um emprego mais garantido".

"Arrumar emprego na cidade, livre do caminhão".

Também expressaram aspiração de empregos menos esgotantes e mais valorizados socialmente.

"Preferia um serviço melhor que o corte de cana, onde pudesse aprender alguma coisa".

"Gostaria de trabalhar sem sofrer tanto".

"Ser mais valorizado, pois sou um trabalhador braçal e têm pessoas que não fazem esforço (serviço de escritório) e ganham muito mais".

O acesso à terra é algo vago, distante e sem muito sentido na percepção dos trabalhadores volantes. Suas aspirações imediatas e para as quais conseguem algum nível de mobilização, são aspirações de assalariados, por maiores salários e melhor qualidade de emprego.

Isto se evidenciava em reuniões de bóias-frias promovidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Sempre que os coordenadores propunham discussões sobre a posse da terra e mesmo quando tentaram integrar os bóias-frias na Campanha Nacional pela Reforma Agrária, a motivação dos trabalhadores era pequena, com as discussões no final se direcionando para problemas relacionados ao custo de vida e as condições de trabalho, especialmente o sistema de corte de cana por 7 ruas.

O bóia-fria local não resultou, no geral, de processo de expropriação da terra. Ao que tudo indica, a maior parte do contingente de bóias-frias em Jaboticabal foi formada por ex-assalariados rurais que perderam as condições de emprego permanente, normalmente associada à produção de bens de subsistência no campo, e se transformaram em trabalhadores rurais temporários residentes na cidade. De modo geral, não são pequenos produtores expropriados, já na sua origem são assalariados, sendo que sua consciência foi-se moldando nesta situação, daí o predomínio das reivindicações por salários e melhores condições de trabalho.

As precárias condições de trabalho e vida dos bóias-frias, com a fome sendo uma ameaça constante, tornam o trabalhador extremamente insatisfeito e desejoso de mudanças imediatas em sua situação. Sabem que precisam se organizar e reivindicar conjuntamente.

"União com os companheiros é bom porque dá mais força para reclamar. Sózinho ninguém pode reclamar".

"A turma toda se negou a cortar 7 ruas e o patrão voltou atrás. Não deixamos também que entrasse o pagamento por metro em vez de tonelada".

Entretanto, são os próprios trabalhadores que reconhecem a falta de união entre eles.

"Os gatos e o patrão sobem em cima de nós porque nós não temos uma união boa".

"Os 'cativados' não vão atrás de lei. Se todo mundo fosse junto seria melhor. Os pobres não têm união, um prejudica o outro. Se fosse unido seria bem melhor".

"O problema do trabalhador é que tem muito que é desencontrado um com outro. Greve não vai para frente, falta união".

"Ele se vê apertado, se não for pelo que o patrão oferece passa fome. Antes pingado do que a fonte secar".

"A preocupação com saúde e a 'brabeza' do pessoal é só longe do feitor. O homem chega e tudo se acaba. O problema é o desemprego que gera a falta de união da turma. A barriga dói e aí ninguém é mais macho para pedir nada".

Do ponto de vista institucional aparecem barreiras

ras ao encaminhamento das reivindicações dos volantes. São constantes as reclamações quanto à morosidade e ineficácia da Justiça do Trabalho o que, em última análise, acaba favorecendo a classe empregadora.

"O pobre não tem dinheiro, não pode comprar a lei. O patrão chega e compra a lei".

"Quando o pobre ganha alguma coisa, demora um ou dois anos para receber".

Mesmo o Sindicato de Trabalhadores Rurais não aparece para o bóia-fria como um órgão de organização, mobilização e de encaminhamento de suas reivindicações. Como o Quadro 23 revela, a utilização do Sindicato pelos bóias-frias era direcionada maciçamente para assistência médica ou odontológica. Muitos trabalhadores chegavam a confundir o Sindicato com o Funrural, revelando o caráter meramente assistencialista que assume a entidade.

Quadro 23 - Filiação e utilização do Sindicato de Trabalhadores Rurais pelos bóias-frias entrevistados

Filiação	Utilização							
	médica		trabalhista		não utiliza			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	21	42	16	76,2	2	9,5	5	23,8
Não	26	52	10	38,5	2	7,7	15	57,7
Já foi	3	6	2	66,7	1	33,3	-	-
Total	50	100	28	56,0	5	10,0	20	40,0

Poucos trabalhadores utilizavam o Sindicato para reclamações trabalhistas e, nestes casos, existia a preocupação de ficarem "marcados" pelos empreiteiros e empregadores e terem dificuldades de arrumar emprego.

"Sindicato não resolve nada, pois a gente fica mal visto, os fazendeiros queimam a gente. A verdade é que o patrão faz o que quer e nós não fazemos nada. Uma vez levei ferro com o sindicato. Não recebi e minha carteira ficou suja".

Nenhum dos 50 trabalhadores entrevistados revelou perceber o Sindicato de Trabalhadores Rurais como um órgão de organização e mobilização dos bóias-frias, um órgão que direcione as reivindicações dos trabalhadores, que organize movimentos grevistas, por exemplo. O Sindicato é visto como outra entidade burocrática qualquer, como a Delegacia da Justiça do Trabalho ou como o Posto do Funrural, que presta alguns serviços aos trabalhadores, mas sobre o qual o trabalhador não tem nenhum controle. Uma entidade que não lhes pertence, enfim.

E na própria situação vivenciada pelo bóia-fria dois fatos dificultam sua organização como classe social e impedem um poder reivindicatório mais eficaz e amplo. Em primeiro lugar, o mercado de trabalho volante tende a se caracterizar pela existência de uma superpopulação relativa, estimulando a ocorrência de acirrada competitividade entre os trabalhadores. Isto se evidencia especialmente no período da entressafra da cana e da laranja, quando diminuem as oportunidades de emprego. Nesta situação qualquer tentativa mais séria de reivindicação pode significar a perda de emprego para o trabalhador, que é facilmente substituído por outro. E, posto que os

bóias-frias precisam de imediato de seus salários para poderem sobreviver - é comum o volante dizer que "trabalho hoje para comer amanhã" - isto acirra ainda mais a competitividade entre os trabalhadores e obriga-os a se sujeitarem a qualquer tipo de trabalho.

Outro fator que dificulta a organização do bóia-fria é o caráter disperso e irregular de seu trabalho, observado especialmente na entressafra. Nesta fase o trabalhador muda constantemente de serviço e de empregador, com os trabalhadores não ficando juntos muito tempo. No máximo ocorre consolidação ou organização de determinada turma de um caminhão de empreiteiro. A organização dos trabalhadores torna-se difícil, pois existem os que colhem amendoim, os que colhem algodão, os que capinam, os que realizam a catação do milho, os que estão desempregados, sendo que 1 ou 2 semanas depois os tipos de serviço dos bóias-frias podem estar totalmente alterados.

Durante a safra, quando a necessidade de trabalhadores é maior, o que contribuiria para diminuir a competitividade entre os trabalhadores, este fato é compensado, até certo ponto, pela vinda de migrantes sazonais, os "mineiros", para fazerem a safra de cana.*

Além de tenderem a aumentar a competitividade entre os trabalhadores, parcela dos "mineiros" é mantida no interior das propriedades, alojada em barracões, permitindo maior controle sobre a mão-de-obra por parte do empregador no ajuste

*/ Na verdade é impossível determinar o real alcance deste fato, pois não há meios de se estimar a participação dos "mineiros" no número total de cortadores de cana.

de jornada de trabalho, nos dias trabalhados na semana, na designação das tarefas a serem realizadas e mesmo nos salários estipulados para cada tarefa. Entre os bóias-frias locais, os "mineiros" são considerados como aqueles que se sujeitam às piores condições de trabalho e aos piores salários.

"Trabalham por qualquer preço e enchem os caminhões, não sobrando lugar nos caminhões para nós, às vezes".

"Quando começou a aparecer os mineiros, os bóias-frias da cidade não gostavam, porque os mineiros vêm pra ganhar, não reivindicando. Há uns 10/15 anos atrás, antes dos mineiros quando aparecia 'cana pé-rolo' (cana de primeiro corte, muito densa e entrelaçada, difícil de ser cortada) exigia-se preço de corte de cana crua; caso não aceitassem este preço, não trabalhavam, se a cana não queimava bem, não iam. Se era necessário trabalhar domingo, cobravam em dobro, se não pagassem, não trabalhavam. Agora com os mineiros, se a usina falava para eles trabalharem domingo e eles não iam, colocavam os mineiros. Atrapalhou portanto as greves, porque se a gente não faz, os mineiros faz. Os mineiros trabalham mesmo!" Fala de um bóia-fria citado em SEADE (1983:34).

O isolamento dos "mineiros" nos barracões, separados de outros trabalhadores volantes da cidade, contribui para a desorganização e desmobilização dos cortadores de cana-de-açúcar. Entretanto, a sujeição ou a docilidade dos "mineiros" em aceitarem as piores tarefas deve ser melhor qualificada. Na safra de 1983, uma única usina da região não conseguiu implantar o sistema de 7 ruas, justamente aquela que utiliza, como grosso do contingente de cortadores de cana, os "mineiros", mantidos em seus barracões. Estes trabalhadores não

aceitaram a substituição das 5 ruas.

Um fator que diferencia os "mineiros" dos trabalhadores locais é o fato deles ficarem alojados no interior das unidades produtivas. Outra fator é que muitos "mineiros" são pequenos produtores em sua região de origem e que se assalariam temporariamente, enquanto os bóias-frias locais encontram-se totalmente proletarizados. A permanência dos "mineiros" na região de cana é temporária, não possibilitando que eles estabeleçam maiores vínculos com o meio urbano. Além disso, sua manutenção não depende exclusivamente do trabalho assalariado, mas também é garantida, em parte, por cultivos de subsistência em sua região de origem. Assim, poder-se-ia supor que os "mineiros" constituiriam uma categoria à parte, diferenciada em termos políticos do bóia-fria. Entretanto, há muito pouco subsídio para se avançar neste ponto e, preliminarmente, poder-se-ia confrontar esta suposição com o fato de que a pequena produção do "mineiro" talvez lhe garanta uma renda tão baixa que eles estariam na eminência de se tornarem assalariados. Muitos "mineiros" que vêm para a safra de cana acabam ficando definitivamente na região.

De qualquer maneira, a maior necessidade de mão-de-obra nas safras de cana e laranja e a grande vinculação da produção agrícola à produção industrial nesta fase (as moendas precisam de fornecimento contínuo de cana cortada e laranja colhida) reforçam, neste período, o poder de reivindicação e de mobilização dos trabalhadores perante seus empregadores. E, diferentemente da entressafra, o mercado de trabalho volante mostra-se mais organizado na safra, com o trabalhador passando a contar com maior estabilidade de emprego e formali

dade nos vínculos empregatícios. Não por coincidência, foi justamente na fase da safra de cana e de laranja que ocorreram os movimentos de Guariba e Bebedouro.

5.2. Os Movimentos de Guariba e Bebedouro

Como já discutido anteriormente, uma das características básicas tanto do movimento dos bóias-frias de Guariba quanto do de Bebedouro foi a sua abrangência, com a participação de grande número de trabalhadores, envolvendo praticamente toda a categoria de bóias-frias das duas cidades, em um primeiro instante e de outras cidades da região, em um segundo momento.

O grande número de trabalhadores envolvidos está relacionado com a expansão da cultura da cana-de-açúcar em Guariba e da laranja em Bebedouro, tornando suas agriculturas praticamente monocultoras^{*/} e fazendo com que a grande maioria dos volantes locais passe a ser ou cortador de cana, no primeiro caso, ou apanhador de laranja, no segundo. Ao mesmo tempo que o crescimento da área de cana e laranja dá uma identidade própria à agricultura destes dois municípios, assim como a de outros municípios da região - são os municípios canavieiros ou os municípios citrícolas -, ele faz com que o bóia-fria passe

^{*/} Em 1980 a cultura da cana-de-açúcar ocupava 73% da área dos estabelecimentos e 83% da área de lavouras no município de Guariba, enquanto que a laranja ocupava 56% da área dos estabelecimentos e 79% da área de lavouras no município de Bebedouro (FIBGE, 1980).

a se identificar apenas como cortador de cana-de-açúcar ou como apanhador de laranja. Para o bóia-fria sobram poucas outras oportunidades de emprego no campo, mesmo porque a expansão da cana-de-açúcar e da laranja expulsa outras atividades agrícolas, assim como se mostram reduzidas as oportunidades de emprego no setor urbano, inclusive em centros maiores, onde o nível de desemprego tem se mostrado elevado nos últimos anos.*/

Embora os bóias-frias muitas vezes revelem desejos de mudar de emprego, de deixarem de ser cortadores de cana ou apanhadores de laranja, as perspectivas para que isso aconteça são pequenas. A sua condição não é temporária, mas sim definitiva, e precária. Seus problemas, os baixos salários, a precariedade de seu nível de vida, têm que ser solucionados na situação de cortadores de cana ou de apanhadores de laranja e suas reivindicações e mobilizações se posicionam contra os empresários da cana e da laranja.

"Contraditóriamente, porém, vão surgindo na região as pré-condições para a organização dessa classe trabalhadora. O fato da região transformar-se em monocultora garante-lhe uma identidade econômica que tem, como contraponto, a emergência da identidade dos próprios bóias-frias, enquanto categoria de trabalhadores. A possibilidade de, todos os anos, trabalharem na safra vai possibilitando a auto-identificação como trabalhadores da cana. Vai permitindo-lhes substituir as velhas fantasias de trabalho na indústria ou da volta à terra,

*/ Em anos recentes tem-se observado a afluência de ex-metalúrgicos desempregados e outros ex-trabalhadores urbanos para os serviços nas culturas da cana-de-açúcar e laranja.

por essa dura realidade. Realidade que, uma vez enfrentada, passa a ser avaliada e criticada pelos mesmos. Passa a ser percebida como passível e necessitada de modificações" (D'INCAO, 1984:31).

A identificação dos bóias-frias como trabalhadores da cana ou da laranja é especialmente verificada na fase de colheita. Neste período, diferentemente da entressafra, as operações agrícolas são pouco variadas, limitando-se praticamente ao corte da cana ou a apanha da laranja. Em consequência, um contingente maciço de trabalhadores passa a ter idênticos problemas e as mesmas reivindicações, o que, ao menos potencialmente, aumenta o poder de pressão dos bóias-frias sobre a classe patronal.

É também na safra que o mercado de volantes se mostra mais organizado, com os trabalhadores sendo contratados diretamente pelos empresários, sem a intermediação de empregadores, por período normalmente de 6 meses, em alguns casos permanentemente e contando com vínculos formais de emprego. Esta maior organização, como já visto anteriormente, decorre de necessidades próprias das agroindústrias sucro-alcooleira e citrícola. Para o trabalhador, esta situação significa maior garantia de emprego ou, dito de outra forma, menores chances de ficar desempregado, o que também contribui para fortalecer seu poder de pressão perante o empresário.

5.2.1. A Revolta de Guariba

Uma das causas imediatas do movimento dos bóias-

frias de Guariba, ocorrido no início da safra de 1984, foi a implantação do sistema de corte de cana por 7 ruas a partir da safra de 1983. A medida inicialmente foi adotada pelas usinas, as quais passaram a incentivar seus fornecedores de cana para que fizessem o mesmo. Com as 7 ruas as usinas são beneficiadas tanto em termos de rendimento agrícola, quanto industrial, enquanto que os fornecedores se beneficiam somente dos rendimentos agrícolas.

Já na safra de 1983 ocorreu forte reação dos trabalhadores contra as 7 ruas. Foram observados movimentos esparsos de trabalhadores, greves localizadas, onde se exigia a volta do sistema de 5 ruas. Junto à maior parte dos fornecedores os trabalhadores conseguiram sucesso em suas reivindicações, entretanto as usinas, com exceção de uma delas, mantiveram as 7 ruas durante toda a safra de 1983.

O fato dos fornecedores terem voltado a adotar o sistema de 5 ruas já na safra de 1983 tem três prováveis explicações. Em primeiro lugar eles não são diretamente beneficiados pelos ganhos de rendimento industrial que as 7 ruas propiciam. Em segundo lugar o número de cortadores que contratam é pequeno, facilitando a mobilização e reação dos trabalhadores. Em terceiro lugar, greves de trabalhadores representam para os fornecedores a impossibilidade de entregarem suas cotas diárias de cana na usina, ocorrência que está sujeita a sanções e multas.

A manutenção pelas usinas das 7 ruas em 1983 fez com que a safra daquele ano apresentasse um nível de tensão elevado entre trabalhadores e empresários. Os bóias-frias foram obrigados a aceitar as 7 ruas, mas se percebia entre

eles um descontentamento generalizado, quase unânime. Em todas as reuniões de trabalhadores realizadas naquela fase inviavelmente as discussões se encaminhavam para as consequências prejudiciais que a passagem das 5 para 7 ruas estava causando no rendimento diário e no desgaste físico do cortador.

A tensão gerada pelas 7 ruas veio a explodir no início de 1984 com a revolta dos bóias-frias em Guariba, sendo que outros dois fatores contribuíram para a revolta dos trabalhadores.

Os bóias-frias estavam saindo do período de entressafra, no qual as oportunidades de emprego diminuem e os salários caem. Mesmo aqueles bóias-frias componentes das turmas fixas das usinas tiveram no final da entressafra 20 dias de férias não remuneradas, o que reduziu seus salários. Foi comum os trabalhadores em Guariba receberem no mês de abril (último mês de entressafra) salários variando entre Cr\$ 35.000 a Cr\$ 40.000, abaixo do salário mínimo da época (Cr\$ 57.100).

Um agravante deste nível salarial rebaixado foram as altas contas d'água cobradas aos trabalhadores na cidade de Guariba, em média em torno de Cr\$ 20.000 a Cr\$ 25.000. Isto, inclusive, vinha fazendo com que a Prefeitura Municipal estivesse tendo que subsidiar o pagamento dessas taxas para muitos trabalhadores.

O bóia-fria tem sempre a expectativa de que na safra conseguirá recuperar-se dos baixos salários e do desemprego da entressafra. As 7 ruas contrariava, até certo ponto, esta expectativa, daí a reação imediata, ocorrida logo no início da safra, contra este sistema de corte.

Uma das características básicas do movimento de

Guariba foi que não houve organização prévia, pelo menos organização patrocinada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) ou por outras entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). O movimento se iniciou no próprio local de trabalho, com uma turma de bóias-frias da Usina São Martinho (USM) parando o corte e incentivando outras turmas a fazerem o mesmo. Rapidamente toda uma frente de trabalho, constituída por trabalhadores de Guariba, estava parada.

Fato que merece destaque é que a USM é vista pelos próprios trabalhadores como "modelo", onde todos querem trabalhar, pois é a usina que paga melhor, que rouba menos na produção do cortador e na qual a quase totalidade dos trabalhadores constituem turmas fixas. Até mesmo neste "modelo" a situação estava insustentável, as 7 ruas haviam ultrapassados os limites físicos dos cortadores, o esforço extra que tinham que fazer para manter seus níveis de rendimento no corte saía-lhes muito caro em termos de sua saúde e de seu corpo.

A interrupção do corte naquela frente de trabalho da USM aconteceu de manhã. À noite, na cidade de Guariba, o movimento foi engrossado pela adesão de outras frentes de trabalho da USM, bem como por trabalhadores de outras usinas e até mesmo de fornecedores. Todos eles eram prejudicados pelas 7 ruas e pelos baixos salários e, a partir do momento que se iniciou o movimento grevista, este se espalhou rapidamente entre os trabalhadores.

Na manhã seguinte nenhum caminhão de turma saiu para a roça e os trabalhadores se aglomeraram na praça principal da cidade. Nesta hora, o movimento atingiu características violentas com a ocorrência de depredação, principalmente

contra o prédio da SABESP, saques contra supermercados e troca de tiros entre policiais e trabalhadores, com alguns bóias-frias sendo feridos a bala e um morador da cidade morto.

A partir desta explosão inicial na cidade de Guariba, o movimento se espalhou rapidamente e sem nenhuma organização por toda a região canavieira de Ribeirão Preto. Em várias outras cidades os saques foram verificados, assim como a ocorrência de conflitos entre trabalhadores e policiais.

De imediato as usinas suspenderam o corte de cana por 7 ruas. Mas aí, os trabalhadores, já mais organizados e assessorados, especialmente por representantes da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo (FETAESP), passaram a reivindicar outras melhorias, principalmente aumento salarial. Teve início então um processo, até o momento inédito na região, de negociação entre os trabalhadores e os usineiros e fornecedores.

Este processo de negociação foi marcado e condicionado pela revolta violenta e ampla dos trabalhadores que atingiu várias cidades da região. Inclusive, dada certa relutância inicial dos usineiros em querer negociar com os trabalhadores, foram praticados atos de sabotagem como a queima de canaviais, além de ameaças de se queimar as próprias unidades industriais das usinas, o que foi impedido pelo emprego de numeroso contingente policial.

O acordo foi conseguido 5 dias após ter se iniciado o movimento, sendo que a discussão final ocorreu na cidade de Jaboticabal, com a participação de uma Comissão de Greve, de representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais e representantes de usineiros e fornecedores, intermediada pela

Secretaria do Trabalho do Estado de São Paulo.

As principais conquistas dos trabalhadores foram a volta do corte de cana por 5 ruas, o aumento no preço da tonelada cortada e maior controle sobre a produção diária. Além disso, os patrões ficaram obrigados a fornecerem podão, lima, macacão, luvas e proteção de couro para pernas, pagar os dias em que o bóia-fria não pode trabalhar por motivos de doença, manter na lavoura remédios e primeiros socorros etc. Em contraposição, a classe patronal nada cedeu no que se refere à medida da produção diária do corte que continua sendo feita nas balanças da usina, longe do controle direto dos trabalhadores. O acordo foi referendado por uma assembléia no estádio municipal de Guariba por cerca de 5.000 bóias-frias.

5.2.2. A Revolta de Bebedouro.

O movimento de apanhadores de laranja em Bebedouro ocorreu na mesma época que o movimento de Guariba, no mês de maio de 1984, quando se iniciava a safra de laranja. Diferentemente de Guariba, entretanto, o movimento de Bebedouro apresentou uma organização prévia, existindo uma comissão de trabalhadores que conduziu o processo reivindicatório. Esta comissão, inclusive, foi responsável pela pressão feita junto aos diretores do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Bebedouro para que viessem dar apoio ao movimento.

A reivindicação básica era a elevação do preço da caixa colhida de laranja de Cr\$ 60 para Cr\$ 200. O primeiro valor era pago no final da colheita de 1983 e no início da

nova safra em 1984 não havia sido majorado.

A organização do movimento fica evidenciado pelo fato de que o percentual do aumento solicitado na caixa de laranja colhida, em torno de 233%, acompanhava a elevação do preço internacional do suco de laranja ocorrido no período de entressafra 83/84 devido à quebra da safra de laranja norte-americana. Os trabalhadores queriam participar do aumento nos ganhos observados no setor citrícola, mesmo porque nos 5-6 meses de entressafra seus salários haviam se deteriorado pela alta taxa de inflação do período.

O encaminhamento do movimento não foi explosivo como em Guariba, mas cumpriu várias etapas. Foram realizadas algumas assembléias e uma passeata com a presença de aproximadamente 1.500 trabalhadores. Paralelamente tentou-se entrar em acordo com os industriais do suco para elevação dos salários. Estes não se mostravam muito propensos a negociar e passaram a insinuar que a culpa pelos baixos salários não era sua, mas sim das firmas empreiteiras de mão-de-obra.

Diante desta indecisão, o movimento se radicalizou e a greve foi decidida, tendo-se realizado piquetes para que os caminhões de turma não saíssem em direção às lavouras de laranja. Houve intervenção policial e o movimento assumiu características violentas com choque entre trabalhadores e policiais.

A partir daí o processo de negociação teve início de fato, caracterizando-se por ser mais moroso que o de Guariba e sendo realizado na cidade de São Paulo, fora da região de conflito e longe da pressão direta dos trabalhadores.

O acordo obtido estipulava que o preço da laranja colhida seria de Cr\$ 144 por caixa mais Cr\$ 66 referentes aos direitos trabalhistas, dando um total de Cr\$ 210 por caixa. Além disso, os empregadores ficaram obrigados a fornecer as sacolas de colheita, dar comprovantes diários da quantidade de caixas colhidas, manter nos locais de trabalho medicamentos para primeiros socorros, pagar os dias em que o volante não trabalhasse por motivos independentes de sua vontade (chuva, falta de caixas, caminhão quebrado) e outras obrigações.

A participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no movimento foi dúbia e contraditória, fato que se revelou no anúncio do acordo para os trabalhadores. Quando o acordo foi firmado, o Sindicato anunciou com bastante alarde que havia conseguido obter Cr\$ 210/caixa colhida, quando os trabalhadores reivindicavam Cr\$ 200. Além de determinar o fim do movimento grevista, este anúncio provocou grande euforia inicial entre os trabalhadores, mas que logo se transformou em frustração ao saberem que haviam sido enganados e que no preço anunciado pelo Sindicato já estavam incluídos os direitos trabalhistas e que na verdade iriam receber somente Cr\$ 144/caixa de laranja colhida. Na assembléia de apresentação do acordo havia menos que 200 trabalhadores presentes, ao passo que nas iniciais sempre existiam 1.500 a 2.000 trabalhadores.

5.2.3. Consequências e Perspectivas

Os movimentos dos bóias-frias de Bebedouro e Guariba representaram importante marco na luta e na organização

dos trabalhadores volantes no Estado de São Paulo, pela abrangência e pelo poder de mobilização que os trabalhadores apresentaram. Os movimentos conhecidos anteriormente na região eram de pequeno alcance, reduzindo-se, na maior parte das vezes, à turma de um caminhão. Inicialmente nas duas cidades e, posteriormente em outras cidades da região, toda uma categoria de trabalhadores tendeu a se mobilizar, aumentando desta forma seu poder de pressão e dando grande amplitude ao movimento.

No caso dos cortadores de cana, os movimentos reivindicatórios atingiram abrangência nacional. Em uma primeira fase, no primeiro semestre do ano de 1984, foram os trabalhadores do Centro-Sul que se mobilizaram; em outra fase, no segundo semestre, foram os cortadores de cana do Nordeste que organizaram greves e outras atividades reivindicatórias. Foram movimentos reivindicando melhores salários e, nos casos específicos de Goiás e São Paulo, também contrários à implantação de sistema de corte de cana por 7 ruas.

Duas entidades ligadas aos trabalhadores e que têm atuação na região junto aos bóias-frias são a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR). A participação direta de ambas nos movimentos dos bóias-frias foi pequena.

O trabalho da CPT com os bóias-frias locais já vinha sendo feito há aproximadamente 5 anos. Tratava-se de promoção de reuniões de discussão, com participação de trabalhadores e agentes de pastoral, onde a preocupação básica era fortalecer a organização dos trabalhadores, incentivando a formação de sindicatos. De prático havia se conseguido a fundação de sindicatos de trabalhadores rurais em Dobrada (região

da cana) e Taquaritinga (intermediária entre a cana e a laranja). Também a CPT vinha marcando sua atuação pela denúncia de problemas envolvendo os bóias-frias, em particular o caso do corte de cana por 7 ruas.

Entretanto, o desenvolvimento dos movimentos de Guariba e Bebedouro não foi acompanhado pela CPT. Em reunião de avaliação após a revolta dos bóias-frias os próprios membros da entidade reconheceram terem sido "atropelados pelos fatos", "a entidade precisou correr atrás dos trabalhadores, acompanhar seus movimentos".

Também o STR mostrou pequeno controle sobre o movimento. Em Guariba o STR de Jaboticabal (Guariba é extensão de base) veio a participar apenas na fase de discussão do acordo, não participando de organização das greves. Já em Bebedouro, o posicionamento dos trabalhadores sempre foi adiante daquele tomado pelo sindicato; foram necessárias constantes pressões para que o sindicato participasse do movimento dos apanhadores de laranja.

Muito mais que a ineficiência dos STR de Jaboticabal e Bebedouro (dirigidos por presidentes "vitalícios" há mais de 15 anos), os movimentos dos bóias-frias foram importantes para reforçar ou mesmo revelar aos trabalhadores o papel político que deve ser ocupado pelo sindicato. Não mais uma entidade assistencialista, mas uma entidade que encampe e organize as reivindicações dos trabalhadores.

A questão sindical tem vindo à tona em todas as reuniões de trabalhadores ao lado de assuntos anteriormente discutidos como aluguel, custo de vida, salários, etc., dando

evidências que os volantes estão percebendo que um de seus maiores problemas é a falta de organização mais autêntica e eficiente como força reivindicatória.

Em algumas cidades onde não existe o STR, como Pitangueiras e Guariba, estão se observando movimento de trabalhadores para criação da entidade. São sindicatos que estão surgindo marcados pelo movimento de Guariba e Bebedouro e que provavelmente terão atuação mais efetiva junto aos bóias-frias que os STR de Jaboticabal e Bebedouro, por exemplo. Mesmo estes começam a se sentir pressionados a alterar sua atuação, tentando acompanhar mais de perto os movimentos dos trabalhadores.

Os empresários, diante dos acontecimentos de Guariba e Bebedouro, apresentaram dois níveis básicos de reação. Um foi o de estabelecer represálias contra os trabalhadores. Assim, no caso da cana, aumentou-se a exigência e fiscalização no serviço de corte da cana, tentando-se compensar com isto a queda das 7 ruas. Também, os trabalhadores denunciam constantemente que algumas usinas aumentaram a taxa de "roubo" na conversão de metros de cana cortada em toneladas.^{*/} E, de forma velada, circulam na região ameaças de dessimação do uso de colhedeira mecânica de cana já na safra de 1985.

O outro nível de reação dos empresários foi o de reavaliar e modificar suas relações com os bóias-frias. Até então eles não se preocupavam em negociar com os trabalhado

^{*/} Isto fez com que, inclusive, ocorressem mais dois movimentos grevistas em usinas da região, já sem a cobertura inicial da imprensa.

res; mesmo quando da implantação das 7 ruas percebeu-se o autoritarismo dos empresários exteriorizado na seguinte frase: "são os diretores, os administradores, os técnicos que precisam aceitar as 7 ruas e não o cortador, porque este apenas cumpre ordens", que consta de um documento precursor das 7 ruas na região. O trabalhador revelou que não apenas cumpre ordens, mas que também reage, às vezes, violentamente.

Os fornecedores e usineiros, especialmente estes, sempre relutantes em discutir com os trabalhadores, após Guariba e Bebedouro, tenderam a mudar esta postura e passaram a negociar mais diretamente com os trabalhadores. O ano 1984 foi o primeiro em que os representantes patronais compareceram às reuniões que antecederam o eventual julgamento do dissídio coletivo dos cortadores de cana.

Na procura de maior entendimento com os trabalhadores, os empresários têm, inclusive, procurado cooptar as novas lideranças surgidas nos movimentos. Em pelo menos um dos casos, na cidade de Taquaritinga, eles obtiveram sucesso sendo que o Sindicato Rural (patronal) da cidade forneceu a sede para o Sindicato de Trabalhadores Rurais e mantém a família de seu presidente.

A reação do Governo Federal aos movimentos de Guariba e Bebedouro não foi muito grande, pelo menos de forma aparente. Foi reforçada a idéia de criação das Cooperativas de Trabalhadores Volantes, patrocinadas pelo Ministério do Trabalho, na região dos conflitos. Pelo menos três cidades da região, Sertãozinho, Guariba e Taquaritinga, já contam com planos ou vêm instalando as citadas cooperativas. Em Taquaritinga, a Cooperativa já se encontra constituída, com diretoria

eleita e atuando em conjunto com o Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Dos acordos estabelecidos entre bóias-frias e empresários rurais vários itens não foram cumpridos durante a safra de 1984. De prático e no geral os cortadores de cana conseguiram a volta das 5 ruas e elevação salarial e os apanhadores de laranja tiveram seus salários aumentados. Uma reclamação que permanece generalizada entre os cortadores de cana e os apanhadores de laranja é que eles ainda têm pouco controle sobre sua produção, o que dá margem a descontos espúrios por parte de empreiteiros e empresários.

Os movimentos de Guariba e Bebedouro apresentaram vários desdobramentos, entre eles a ocorrência de uma segunda greve dos apanhadores de laranja no final da safra de 1984. As relações entre trabalhadores e empresários da cana e da laranja mudam necessariamente após Guariba e Bebedouro, provavelmente com tendência a se melhorar a organização e se reforçar as entidades representativas de parte a parte.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na agricultura do município de Jaboticabal, ao longo dos anos, duas culturas assumiram maior destaque. Do último cartel do século XIX até por volta de 1930, o café predominou na ocupação da área agrícola local e de 1950 em diante caracterizou-se a fase canavieira, com a grande expansão da cana-de-açúcar. Intermediariamente, de 1930 a 50, houve uma fase policultora com destaque para o algodão e o milho.

Tanto no desenvolvimento da cultura cafeeira quanto no desenvolvimento da cultura canavieira a concentração da posse e da propriedade da terra se manteve alta no município.

Ambas as culturas, em suas devidas épocas, necessitavam ou necessitam de grande contingente de trabalhadores, especialmente para a realização dos serviços da colheita.

No café este contingente era suprido através do

sistema de colonato, com o trabalhador morando na fazenda, realizando a colheita, e na entressafra se dedicando a serviços diversos no café - onde a necessidade de mão-de-obra não era tão grande quanto na colheita - e no restante do tempo praticando cultivo de subsistência nas entrelinhas do café ou em áreas anexas.

Já na cultura da cana-de-açúcar a necessidade de mão-de-obra na colheita é suprida basicamente, nos dias de hoje, pela utilização de trabalhadores volantes ou bóias-frias, moradores da cidade e que são remunerados exclusivamente através de salários monetários.

A passagem do colono ao bóia-fria foi o direcionamento básico constatado na evolução das relações de trabalho no município de Jaboticabal. Esta passagem foi intermediada por uma fase onde a parceria teve significativa importância, especialmente na cultura do algodão.

A evolução das relações de trabalho se deveu a uma série de transformações pela qual passou a agricultura do município, como a incorporação de tecnologia mecânica que impediu o cultivo nas entrelinhas da cultura principal e diminuiu a necessidade de mão-de-obra nas operações agrícolas, a valorização da terra que tornou anti-econômica a concessão de áreas para cultivo de subsistência e a formação de um mercado de trabalho constituído por ex-colonos que, morando nas cidades, aí não se empregam definitivamente, ficando disponíveis para os serviços agrícolas nas épocas de maiores necessidades de mão-de-obra.

Atualmente, a maior parte da força de trabalho utilizada na agricultura do município se constitui de trabalha

dores volantes, empregados especialmente pela cultura da cana-de-açúcar e secundariamente pela laranja. Na colheita destas duas culturas o mercado de volantes se apresenta mais organizado, com maior formalidade de vínculos empregatícios, maior estabilidade de emprego e eliminação do empreiteiro individual de mão-de-obra. Já na entressafra para a maior parte dos volantes o mercado de trabalho se torna instável, informal e sob controle direto do empreiteiro ou gato. Algumas usinas de açúcar e álcool estão avançando ainda mais na organização da força de trabalho, mantendo os trabalhadores contratados o ano inteiro, ainda que através de seguidos contratos semestrais.

O nível salarial dos volantes continua baixo, sendo que 94% dos entrevistados revelaram ganhar menos que 3 salários mínimos no período da safra. Uma reclamação constante expressada pelos volantes foi o desgaste físico que o trabalho rural provoca, especialmente o corte da cana.

A precariedade da existência dos volantes é revelada em suas condições de vida, destacando-se o alto nível de analfabetismo ou semi-analfabetismo verificado entre eles e o estado de desnutrição em que vivem. Foi muito comum ter-se constatado a presença da fome nas moradias dos bóias-frias.

A exploração a que os bóias-frias estão submetidos, perfeitamente caracterizada por suas precárias condições de vida, faz com que a categoria represente um foco de constante tensão social, com o trabalhador percebendo sua realidade como necessitando de mudanças imediatas. O caráter disperso do trabalho dos bóias-frias, observado especialmente na entressafra e a competição entre os trabalhadores pelos empregos existentes dificultam a mobilização e realização de movimentos

reivindicatórios por parte da categoria. Entretanto, o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e também da laranja, praticamente como monoculturas, cria condições para que os volantes realizem movimentos reivindicatórios amplos. Ocorre identificação de grande número de volantes como cortadores de cana ou apanhadores de laranja e, a organização da mão-de-obra observada nas safras destas duas culturas que objetiva, em última instância, permitir um fornecimento contínuo de matéria-prima às agroindústrias produtoras de açúcar e álcool ou de suco de laranja, contraditoriamente, possibilita à mão-de-obra maior poder de mobilização e de direcionamento dos seus movimentos reivindicatórios.

Os movimentos dos apanhadores de laranja iniciado na cidade de Bebedouro e dos cortadores de cana iniciado na cidade de Guariba na safra de 1984 refletiram esta nova realidade. Foram movimentos amplos e abrangentes que se espalharam rapidamente por toda a região citrícola e canavieira e que mobilizaram praticamente toda a categoria dos trabalhadores volantes. Basicamente foram movimentos pouco organizados, não apresentando condução centralizada, sendo que especialmente na cidade de Guariba assumiu um caráter bastante explosivo.

A partir daí se alteram necessariamente as relações entre proprietários e trabalhadores volantes, com tendência ao fortalecimento dos órgãos representativos de parte a parte e generalização de negociações coletivas das condições de trabalho dos bóias-frias da cana-de-açúcar e da laranja.

7 - LITERATURA CITADA

- ÂNGELO, C.F. de, 1980. Absorção de mão-de-obra no setor industrial. Estudos Econômicos IPE-USP. São Paulo, 10 (1): 71-97.
- ANTUNIASI, M.H.R. de, 1976. Contribuição ao estudo das relações de produção no meio rural. In. II Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, Departamento de Economia Rural.
- AZZI, G.M., 1972. Incidência de matéria estranha no processo de carregamento da cana-de-açúcar. Piracicaba, ESALQ/USP, 105 p. (Tese de Doutorado).

- BACCARIN, J.G.; SOUSA, A.O.; GEBARA, J.J. e ZOCOLLER, M. M. (1984). Processo de intermediação de mão-de-obra e a coope
rativa de bóias-frias. Jaboticabal, 17 p. (Mimeo).
- BARBAN, V. (1983).- O trabalhador rural da agroindústria ca
navieira empresarial do Estado de São Paulo - pontos para
discussão. São Paulo, 14 p. (Mimeo).
- BRANT, V.C., 1977. Do colono ao bóia-fria: transformações na
agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta So
rocabana de Assis. Estudo CEBRAP, São Paulo, 19:37-91.
- DEE (Departamento Estadual de Estatística), 1940. Anuário Es
tatístico do Estado de São Paulo, São Paulo, 1056 p.
- D'INCAO E MELLO, M.C., 1975. O bóia-fria: acumulação e misé
ria. Petrópolis, Vozes. 154 p.
- D'INCAO, M.C., 1984. Bóia-fria, sangue quente. Folha de São
Paulo, São Paulo, 2 de junho p. 35.
- FETAEG, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado
de Goiás, 1977. O bóia-fria no Estado de Goiás. Goiânia,
Ed. Roriz.
- FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísti
ca), 1950. Censos Econômicos de 1940. São Paulo, Parte
XVII, Tomo 3. Rio de Janeiro, 601 p.

- FIBGE, 1955. Censo Agrícola de 1950. São Paulo, Vol. XXV. Tomo 2. Rio de Janeiro, 485 p.
- FIBGE, 1967. Censo Agrícola de 1960. São Paulo, Vol. II, Tomo XI, 2ª Parte. Rio de Janeiro, 511 p.
- FIBGE, 1975. Censo Agropecuário de 1970. São Paulo, Vol. III, Tomo XVIII, 1ª, 2ª e 3ª Partes. Rio de Janeiro, 1043 p.
- FIBGE, 1979. Censo Agropecuário de 1975. São Paulo, Vol. I. Tomo XVIII, 1ª e 2ª Partes. Rio de Janeiro, 1695 p.
- FIBGE, 1984. Censo Agropecuário de 1980. São Paulo, Vol. 2. Tomo 3, 1ª, 2ª e 3ª Partes. Rio de Janeiro, 1926 p.
- FIBGE, 1950. Censo Demográfico de 1940. Estado de São Paulo. Rio de Janeiro.
- FIBGE, 1955. Censo Demográfico de 1950. Estado de São Paulo. Rio de Janeiro.
- FIBGE, 1965. Censo Demográfico de 1960. Estado de São Paulo. Rio de Janeiro.
- FIBGE, 1982. Censo Demográfico de 1980. Estado de São Paulo. Rio de Janeiro.
- FLEURY, M.T.L.; FERREIRA, R.M.F. e FISCHER, A.L., (1983). Processo e organização do trabalho na agroindústria canavieira. São Paulo, 17 p. (Mimeo).

- FREITAS, G.P., 1977. O acidente "in itinere" e o trabalhador rural volante "bóia-fria". In: II Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, Departamento de Economia Rural, p. 328-336.
- FREITAS, G.P. e ARANHA, N.M.P., 1975. "Bóia-fria", problemas, soluções. In: I Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, Departamento de Economia Rural.
- GEBARA, J.J., 1976. A estrutura agrária no município de Ser^{ta}ozinho (SP) - evolução, caracterização e efeitos. São Pau^{lo}, EAESP/FGV, 85 p. (Tese de Mestrado).
- GEBARA, J.J. e BACCARIN, J.G., 1983. O novo sistema de corte de cana por 7 ruas: quem ganha ? Série Estudos nº 8. Jabot^{ic}abal, Departamento de Economia Rural, 9 p.
- GEORGESCU-ROEGEN, N., 1970. Uma análise crítica da função de produção neoclássica. O processo de produção na indústria e agricultura. Revista de Teoria e Pesquisa Econômica. São Paulo, 1 (1):11-35.
- GNACCARINI, J.C., 1980. Latifúndio e proletariado (formação da empresa e relações de trabalho no Brasil Rural). São Pau^{lo}, Editora Polis, 185 p.
- GONZALES, E. e BASTOS, M.J., 1977. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: PINSKY, J., Org. Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, HUCITEC, p. 25-48.

GRAZIANO DA SILVA, J., 1981. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, HUCITEC. 210 p.

GRAZIANO DA SILVA, J., 1982. O "bóia-fria" entre aspas e com os pingos nos is. In: Departamento de Economia Rural - FCA de Botucatu, Org. A Mão-de-Obra Volante na Agricultura, São Paulo, CNPq/UNESP/POLIS, p. 137-177.

GRAZIANO DA SILVA, J. e FREITAS, G.P., 1976. Os volantes da Zona de Avaré e Cerqueira César. In: II Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, Departamento de Economia Rural.

GRAZIANO DA SILVA, J. e GASQUES, J.G., 1982. Diagnóstico inicial do volante em São Paulo. In: Departamento de Economia Rural - FCA de Botucatu, Org. A Mão-de-Obra Volante na Agricultura. São Paulo, CNPq/UNESP/POLIS, p. 85-125.

IAA (Instituto do Açúcar e Alcool). Boletim de Safra - resultado final. São Paulo, diversos números.

IANNI, O., 1976. Relações da produção e proletariado rural. In: SZMRECSANYI, T. e QUEDA, O., Org. Vida Rural e Mudança Social. São Paulo, Companhia Editora Nacional, p. 148-159.

IANNI, O., 1976. A classe operária vai ao campo. Caderno CEBRAP 24. São Paulo, Editora Brasiliense. 64 p.

IANNI, O., 1977. Notas sobre o bóia-fria. Escrita Ensaio. São Paulo, 1 (2):40-45.

- IEA (Instituto de Economia Agrícola), 1982. Prognóstico 1982/83. São Paulo, Secretaria da Agricultura. 255 p.
- IEA, 1983. Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo 1982/83. São Paulo, Secretaria da Agricultura. 5º levantamento - junho.
- LANGE, A.M.; BELLOTTO, H. e BASTOS, M.I., 1982. O trabalho rural volante na agricultura paranaense: esboço de uma hipótese de trabalho. In: Departamento de Economia Rural - FCA Botucatu, Org. A Mão-de-Obra Volante na Agricultura. São Paulo, CNPq/UNESP/POLIS, p. 127-137.
- KAGEYAMA, A.A., 1982. O emprego temporário na agricultura brasileira: seus determinantes e sua evolução recente. Reforma Agrária. Campinas, 12 (5):3-12.
- MARTINEZ-ALIER, V., 1977. As mulheres do caminhão de turma. In: PINSKY, J., Org. Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, HUCITEC, p. 69-100.
- MARTINS, J. de S., 1980. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo, HUCITEC. 181 p.
- MARX, K., 1982. O Capital (Crítica da Economia Política). São Paulo, DIFEL, Livro 1, Vol. 2, Cap. XXIII, p. 712-827.
- MICHELOTTO, A.R., 1980. Trabalho volante e reprodução capitalista - estudo sobre os bóias-frias de Tupaciguara, MG. Piracicaba, ESALQ/USP, 95 p. (Tese de Mestrado).

MONTEIRO, H. et alii, 1983. "Matéria estranha": custos e técnicas de sua diminuição na colheita. Álcool e Açúcar. São Paulo, 2 (6):20-26.

OLIVEIRA, J.F. de C. OLIVEIRA, M.H.S.D. de (Org.), 1981. Bóias-frias: uma realidade brasileira. São Paulo, CNPq/ACIESP. 273 p.

RAMOS, P., 1983. Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982). São Paulo, EAESP/FGV, 258 p. (Tese de Mestrado).

SAINT, W.S., 1980. Mão-de-obra volante na agricultura brasileira. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 10 (2):503-526.

SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), 1983. Repercussões do Proálcool no comportamento migratório do Estado de São Paulo: o caso de Ribeirão Preto. Informe Demográfico. São Paulo, nº 10, 168 p.

SEP (Secretaria de Economia e Planejamento), 1978. Plano Regional de Ribeirão Preto. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo. 140 p.

SILVA, J.G., 1977. A "turma firme" de Dona Eloisa. In: III Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, Departamento de Economia Rural, p. 118-148.

- SINGER, P., 1977. Introdução: capital e trabalho no campo. In: PINSKY, J. Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, HUCITEC, p. 1-6.
- SOUSA, A.O. e GEBARA, J.J., (1984). A condição do homem nas relações de trabalho sob o capital. Jaboticabal, 19 p. (Mimeo).
- WEBER, M., 1981. A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias de Alé^um-Elba-1982. In: GRAZIANO DA SILVA, J. e STOLCKE, V., Org. A Questão Agrária. São Paulo, Editora Brasiliense, p. 13-57.
- WHITAKER, A.P. de A., 1978. Os primeiros anos de uma história sesquicentenária. In: Edição do Sesquicentenário de Jaboticabal (1928-1978). São Paulo, Edições Populares, p. 11-23.
- ZAMBONI, S.P., 1978. A agricultura em Jaboticabal. In: Edição do Sesquicentenário de Jaboticabal (1928-1978). São Paulo, Edições Populares, p. 64-65.
- ZAMBONI, S.P., 1979. O café no norte paulista: a crise de 1929 na Fazenda Dumont. Piracicaba, ESALQ/USP, 87 p. (Tese de Mestrado).
- ZOCOLLER, M.M.; BACCARIN, J.G. e GEBARA, J.J. O processo de intermediação de mão-de-obra e qualidade de vida do trabalhador volante na região de Jaboticabal. In: Conferência Latinoamericana de Economia Agrícola, Piracicaba, IAAE, 19 p.